JONNAS ESMERALDO MARQUES DE VASCONCELOS

DIREITO: DA FORMA JURÍDICA À HEGEMONIA

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo

2014

JONNAS ESMERALDO MARQUES DE VASCONCELOS

DIREITO: DA FORMA JURÍDICA À HEGEMONIA

Dissertação apresentada à Faculdade de
Direito da Universidade de São Paulo para
obtenção do título de Mestre em Direito

Área de concentração: Direitos Humanos

Orientador: Professor Associado Marcus
Orione Gonçalves Correia

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
São Paulo
2014

Autorizo a reprodução e divulgação total e parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

VASCONCELOS, J. E. M.

Direito: da Forma Jurídica à Hegemonia / Jonnas Esmeraldo Marques de Vasconcelos; orientador: Marcus Orione Gonçalves Correia. – São Paulo, 2014.
176fls.

Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, 2014.

1. Direito. 2. Forma Jurídica. 3. Hegemonia. 4. Marxismo.

Nome: VASCONCELOS, Jonnas Esmeraldo Marques de

Título: Direito: da Forma Jurídica à Hegemonia

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Direito
--

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Aos lutadores e às lutadoras do povo.

AGRADECIMENTOS

Os pedregosos caminhos dessa pesquisa só foram possíveis de ser superados porque contei com a ajuda, consciente ou inconsciente, de inúmeras pessoas ao longo dessa trajetória. Ajudas que vieram de todos os jeitos e momentos inimagináveis. Temo que as palavras não consigam expressar a intensidade do meu sentimento de gratidão a vocês que tornaram essa caminhada possível e menos solitária.

Agradeço à minha família, a quem devo tudo e mais um pouco, especialmente pelo tempo precioso de convívio que os estudos em São Paulo tiraram. Por nunca deixarem de apostar em mim e pela terna compreensão, sou eternamente grato. Somente um amor tão grande como esse é capaz de dirimir as distâncias que, momentaneamente, separam-nos. Entre Catu, Salvador, Campinas, Buritama, São José dos Campos, Aberystwyth e Los Angeles, vocês são o meu coração e a minha razão.

Agradeço à Universidade, que, apesar dos constantes ataques privatizantes, ainda encontra defesas ao seu caráter público. Quem sabe, um dia, o jogo mude de lado e a universidade se torne, além de pública, popular.

Na complexa vivência universitária, fui agraciado por conhecer valiosos professores, servidores e estudantes, com os quais aprendi a pensar as injustiças do mundo. A todos vocês, o meu muito obrigado!

Dentre eles, destaco o meu orientador, professor Marcus Orione, que, além de toda generosidade, sabedoria e paciência com que me guiou nessa pesquisa, ensina cotidianamente, com coragem e perseverança, a importância de abrir as portas da universidade ao povo. Certa vez, dizendo que “*a vida era uma sucessão de idas e vindas, chegadas e partidas, rostos que se perdiam, nomes que ficavam na memória*”, revelou-me seu mais profundo caráter: a humildade. Pela oportunidade, confiança e diálogo, o meu mais puro obrigado.

Aos professores Lincoln Secco e Oswaldo Akamine Jr., agradeço pela leitura e recomendações na banca de qualificação. Foram fundamentais para iluminar o percurso investigativo e expositivo desse trabalho.

Agradeço à Prof. Leda Paulani, pela disciplina “Capitalismo Financeiro: Acumulação, Regulação e Instituições”, ao Prof. Lincoln Secco, pela disciplina “Tópicos de História Econômica” e aos professores Jorge Luis Souto Maior, Marcus Orione e Flávio Batista pela disciplina “Direitos Sociais e Método”. Fontes intelectuais dessa pesquisa.

Agradeço a todos do grupo de estudos DHCTEM: importante espaço de reflexão crítica e de discussões acaloradas, estimulando, mesmo que sem a intenção, ideias desse trabalho. Obrigado Prof. Marcus Orione, Prof. Flávio Batista, Thiago Barison, Pablo Biondi, Rafael de Sá, William Castanho, Danilo “Padre”, Isadora Brandão, Pedro Muller, Luciano Palhano, Tairo Esperança e Thiago Arcanjo. Ao “Doutor Barisa”, agradeço especialmente pelo incentivo, companheirismo e os cafés orientadores do prumo filosófico e político dessa dissertação.

Ao grupo de estudos “Direito e Subdesenvolvimento: o desafio furtadiano”, escola de pensamento crítico, agradeço por aprender tanto com vocês ao longo da minha graduação e, em nome do Prof. Gilberto Bercovici e do Prof. Alessandro Octaviani, agradeço também pela oportunidade de coordenar cursos sobre o pensamento marxista e economia política para valioso e seletivo grupo de estudantes da graduação. Obrigado Mari Gondo, Ana Flora, Danilo Cruz, Mônica Coelho, Helena Romera, Paula Zugaib, Vitor Ido, Bruna Diniz, Carmem Brasolin, Eugênio dos Santos, Beatriz Bellintani, Gabriella Guimarães, Luiz Sibashi, Thaís Chartouni, Ana Lúcia, Ana Tavassi, Giuliano Salvarani, Henrique Lamonica, Mateus Maia, Gabriella Fontes, Fabrício Nascimento, Isabela Caramelli, Gabriel Spuch e Ana Carolina. Ao “prof. Alê”, mestre de todos nós, obrigado por desbravar o pensamento de Gramsci sobre o direito. Sem o seu pioneirismo, essa pesquisa talvez nem existisse.

Ao grupo de estudos GEDIRC, muito obrigado pelas primorosas discussões sobre a teoria do valor e sobre o regime de acumulação financeirizado, que, em muito, ajudaram-me a desenvolver ideias nesse texto. Em nome do Prof. Luís F. Massonetto, agradeço a todos pelos bons momentos de estudo e discussão coletiva.

Ao grupo de estudos GMARX, agradeço, em nome do Prof. Lincoln Secco e do Antonio David, a oportunidade de participar de rico espaço de diálogo interdisciplinar.

Ao IPDMS e à AJD, pelo esforço de estimular pesquisa jurídica voltada às demandas dos movimentos sociais, agradeço em nome do Ney Stroszake e do Alberto Muñoz.

Agradeço aos amigos que, ao longo da pós-graduação, nos intervalos, nos cafés, nas bibliotecas, no trabalho, no futebol, nos bares, nas festas e nos telefonemas pela madrugada, compartilhei angústias e textos, recebendo estímulos e análises valorosas: Aton Fon, Aline Viotto, Caio Santiago, Caio Yamaguchi, Flávia Annenberg, Flávio Prol, Gustavo Seferian, Iagê Miola, Ivan de Franco, Lea Vidigal, Luis Felipe, Marco Braga, Rachelle Balbinot, Rafael Tatemoto, Regina Stela, Renan Quinalha, Riccardo Spengler, Silas Cardoso, Silvio Estrela, Tatiana Berringer, Walter Andrade e Yasmin Pestana.

À Consulta Popular e inestimáveis companheiros.

Ao “Os Broderis” e ao “Taypus”, gangues soteropolitanas que, apesar da distância, mantêm a amizade escolar firme e forte, também estendo os meus agradecimentos. Pois, das “resenhas” polêmicas por meio das redes sociais, não posso negar que parte delas estimularam, em alguma medida, esse estudo.

À FAPESP, agradeço pelo indispensável apoio financeiro e institucional.

Por fim, mas não por último, àquela por quem meu coração transborda diariamente de paixão, agradeço pela inigualável ajuda em todas as fases dessa pesquisa: de correções textuais às análises de conteúdo. Ariella Kreitlon Carolino, singelamente “Lela”, meu porto seguro!

Com todos vocês eu divido os (eventuais) méritos desse trabalho. Os defeitos, por outro lado, assumo-os exclusivamente.

*“Eu semeio o vento na minha cidade
Vou pra rua e bebo a tempestade”
(Chico Buarque – 1972)*

RESUMO

VASCONCELOS, J. *Direito: da Forma Jurídica à Hegemonia*. 2014. 176fls. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

A presente dissertação tem por objetivo articular as contribuições de dois marxistas à ciência jurídica, são eles: Eugeny Pasukanis e Antonio Gramsci. Trata-se de esforço para delimitar pontos de diálogo entre ambos, os quais refletiram, cada um à sua maneira, sobre o direito. Apesar de contemporâneos, esses dois pensadores não mantiveram contato entre suas posições teóricas. O diálogo entre as suas reflexões, tendo como fio condutor a abordagem sobre o direito, é o desafio enfrentado nessa pesquisa. Por um lado, com o conceito de *forma jurídica*, a teoria de Pasukanis busca explicar a especificidade do direito que se desenvolve intimamente conectado às relações de produção e troca do capitalismo. Por outro lado, ao investigar as particularidades que conformam as relações políticas no capitalismo, a abordagem de Gramsci sobre a *hegemonia* estabelece quadro analítico para o estudo da dinâmica do direito. Da aproximação entre essas análises, apostamos na construção de campo conceitual fértil ao estudo jurídico, capaz de iluminar as questões sobre os limites, as possibilidades de desenvolvimento e os sentidos do direito na sociedade capitalista.

PALAVRAS-CHAVE: Direito. Forma Jurídica. Hegemonia. Marxismo.

ABSTRACT

VASCONCELOS, J. *Law: from Juridical Form to Hegemony*. 2014. 176fls. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

This research aims to analyse the contributions of two marxist authors to the study of Legal Science: Eugeny Pasukanis and Antonio Gramsci. It seeks to delimitate the points of contact, deviation and complementation between these two authors, who came to think about Law in their own different ways. Although contemporaries, Pasukanis and Gramsci did not maintain any contact regarding their theoretical positions. Thus, the attempt to establish a dialogue between their thoughts, using Law as a common thread, presents itself as the main challenge facing this research. On the one hand, through the concept of *juridical form*, Pasukanis theory seeks to explain the specificity of Law that arises from its intimate historical connections to capitalism's production and trade relations. On the other hand, by investigating the specificities that shape political relations under capitalism, Gramsci's approach to *hegemony* establishes an interesting analytical framework for studying the dynamics of Law. By approximating these two concepts of *juridical form* and *hegemony*, a rich conceptual field is constructed, enabling a critical analysis that could shed light into some compelling questions in relation to the limits, development possibilities and meanings of Law in a capitalist society.

KEYWORDS: Law. Juridical Form. Hegemony. Marxism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 – CONTORNOS DA ANÁLISE MARXISTA	17
1.1. O Contexto Político-Cultural	18
1.2. Uma Nova Teoria do Conhecimento.....	21
1.3. Fundamentos Metodológicos	25
1.3.1. A Ciência.....	26
1.3.2. O Materialismo, a Metafísica e a Dialética.....	27
1.3.3. História: terreno da <i>sociedade civil</i>	29
1.3.3.1. <i>Divisão Social do Trabalho</i> : propriedade e trabalho.....	31
1.3.3.2. Consciência e Classe	31
1.3.3.3. Ser Social e Comunismo	33
1.4. A Crítica da Economia Política e o Método.....	34
1.4.1. Totalidade, Conteúdo e Forma: novo sistema de conceitos	35
1.4.2. Duplo Movimento	39
1.4.3. Estrutura e Superestrutura	41
1.4.4. Investigação e Exposição	42
1.4.4.1. Da Mercadoria ao Capital	43
1.4.4.2. Da Forma Jurídica à Hegemonia.....	47
CAPÍTULO 2 – TEXTO E CONTEXTO: AMBIENTE POLÍTICO-CULTURAL... 49	49
2.1. As contradições do desenvolvimento capitalista.....	51
2.1.1 As Respostas: econômicas, políticas e militares	55
2.2. A Autoimagem das Contradições.....	57
2.2.1 Revisionismo: reformismo <i>versus</i> revolução	58
2.2.1.1 <i>Reforma ou Revolução?</i>	59
2.2.1.2 <i>Que Fazer?</i>	64
2.2.2 O Imperialismo em Debate	67
2.2.3 Entre a Paz Perpétua e o Internacionalismo Proletário	71
2.3. A Maré da Revolução: da onda vermelha à onda negra.....	73
CAPÍTULO 3 – DIREITO E FORMA JURÍDICA: A ANÁLISE DE PASUKANIS. 78	78
3.1. Entre os Debates Jurídicos	80
3.1.1 Normativistas	80
3.1.2 Psicológicas.....	82
3.1.3 Sociológicas	84
3.1.3.1 O <i>Socialismo Jurídico</i>	84
3.1.3.2 Stucka.....	86
3.2. Direito: conteúdo e forma	88
3.2.1 A Relação Jurídica	92
3.2.1.1 A <i>Forma Jurídica</i>	94
3.2.1.2 A Vitória do <i>Sujeito de Direito</i>	98
3.2.1.3 Entre o Jusnaturalismo e o Juspositivismo.....	100
3.3. Direito e Estado e o Estado de Direito	102
3.3.1 Dualidades na Teoria Jurídica	105
3.3.1.1 O Imperialismo e as Doutrinas.....	108

3.4.	Direito e Revolução.....	111
3.4.1	Direito e Socialismo.....	112
3.4.1.1	Normas Jurídicas e Normas Técnicas	112
3.4.2	O “Fim do Direito”	113
CAPÍTULO 4 – HEGEMONIA E DIREITO: A ANÁLISE DE GRAMSCI.....		116
4.1.	Considerações Bibliográficas	123
4.2.	Prisma Metodológico	126
4.2.1	A <i>Filosofia da Práxis</i> : superação do <i>economicismo histórico</i> e do <i>ideologismo</i>	128
4.3.	A Crítica da Política: convergência entre ciência e arte.....	134
4.3.1	As Determinações da Política: as <i>relações de força</i>	137
4.3.1.1	Hegemonia e Formas Sociais	139
4.4.	Mecanismos da Hegemonia e o Direito	143
4.4.1	Estado e Direito.....	144
4.4.1.1	<i>Sociedade Política</i> e <i>Sociedade Civil</i>	145
4.4.1.1.1	<i>Oriente e Ocidente</i>	147
4.4.2	<i>Intelectuais</i> e Direito	148
4.4.2.1	Ideologia: <i>senso comum</i> , <i>bom senso</i> e <i>filosofia</i>	152
4.4.3	<i>Americanismo e fordismo</i> e Direito.....	153
4.5.	<i>Estatolatria</i> e <i>Sociedade Regulada</i>	155
4.5.1	A questão do “fim do Estado e do direito”	156
CONSIDERAÇÕES FINAIS		158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....		168

INTRODUÇÃO

O que é o direito?

A natureza do direito é objeto de intensa produção teórica, não existindo consensos definitivos sobre o tema. Comumente, o debate se polariza entre duas perspectivas: em um extremo, as correntes de inspiração juspositivista que abordam o direito a partir das regras positivadas (o ordenamento jurídico), e, em outro, as interpretações jusnaturalistas que o analisam como fenômeno intrínseco, logo “natural”, da condição humana. Trata-se de histórico (e vivo) debate cuja resultante conforma os sentidos dos conceitos da chamada teoria geral do direito, a instância reflexiva da ciência jurídica.

Se do ponto de vista teórico, as definições sobre o direito importam para delimitar as determinações que o diferenciam da moral, da política, da religião etc., tornando-o um campo específico do conhecimento, tais definições, do ponto de vista prático, não deixam de ser menos relevantes, uma vez que fundamentam, no cotidiano, distintas operações e decisões jurídicas, intervindo nos conflitos da sociedade.

Ainda que o debate sobre a natureza do direito atravesse os diversos ramos em que se divide (direito civil, direito penal, direito constitucional etc.), no caso dos direitos humanos a questão ganha contorno nuclear. Isso porque, parece-nos, a luta pela sua efetividade usualmente se desloca para o terreno da fundamentação teórica do próprio direito, como se os direitos humanos fossem (ou devessem ser) a célula de todo o tecido jurídico.

Nesta seara, vejamos a elaboração do jurista Fábio Konder Comparato, para quem os direitos humanos seriam fundados no aperfeiçoamento ético da noção de *dignidade humana* (COMPARATO, 2013). Trata-se de narrativa que aborda os direitos humanos como conjunto normativo que derivaria do desenvolvimento histórico da concepção de “ser humano” em diferentes esferas da vida (religião, filosofia e ciência), atravessando séculos e aperfeiçoando-se nos ideais iluministas. Assim, os valores de liberdade e igualdade, de afirmação do direito como inerente à condição humana,

impulsionariam a construção das modernas “declarações de direitos” (por exemplo: o *Bill of Rights*, de 1689 na Inglaterra; a *Declaração de Direitos da Virgínia*, de 1776 nos EUA; a *Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão*, de 1789 na França; a *Declaração Universal de Direitos Humanos*, de 1948 etc.). A unidade entre a condição humana e a condição jurídica seria, por isso, a estrutura do direito.

Ainda que apresentem variações entre autores, narrativas desse gênero encontram grande guarida na doutrina jurídica nacional (SARLET, 2007, pp.45-51; TRINDADE, 2006, pp. 6-16).

Contudo, tais teorias sobre o direito não nos explicam por que somente a partir de um determinado momento da história, mais exatamente no período de ascensão do capitalismo, a noção jurídica de dignidade humana se consolidou enquanto unidade articuladora da vida em sociedade. Afinal, existe algum vínculo entre essa noção moderna de direito e o capitalismo? Trata-se de uma coincidência histórica ou de uma conexão necessária?

Em verdade, há tempos essa conexão tem sido objeto de reflexões que buscam historicizar o fenômeno jurídico. Já em 1844, o jovem Karl Marx (1818-1883), diferentemente dos filósofos de sua geração (os “jovens hegelianos”) concentrados na “crítica da religião” (expressão teórica da luta política contra as instituições feudais na Alemanha da época), denunciou a necessidade de transformar “a crítica da religião em crítica do direito, e a crítica da teologia em crítica da política” (MARX, 2005, p.146). Denúncia que, de um lado, resulta do pressuposto de que a crítica das representações e instituições somente pode ser feita à luz das relações materiais que as fundamentam, e que, de outro lado, aponta para novas determinações na ordem social que superou o feudalismo. Trata-se da percepção de que, com a generalização das relações capitalistas, a unidade social não mais se estabelecia em torno de “Deus”, mas no “Estado de Direito”. Nesse sentido, a “cidadania” substituiu a “fé” tal qual a “lei” substituiu a “vontade divina”.

A crítica principiada por Marx buscou, assim, desvelar a aparente neutralidade e autonomia que revestem as formas jurídicas e políticas que se desenvolvem no terreno histórico das relações sociais capitalistas.

Dentro dessa perspectiva teórica, o presente trabalho objetiva abordar as contribuições de dois marxistas ao estudo jurídico, são eles: Eugeny Pasukanis (ou Evgeni Pachukanis) e Antonio Gramsci. Pensadores que, apesar de contemporâneos e de proximidades analíticas e temáticas, não tiveram contato entre suas posições teóricas.

Pasukanis (1891-1937), após a “Revolução de Outubro” de 1917, destacou-se enquanto jurista e teórico marxista no campo do direito. Sua principal (e também mais polêmica) obra, *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo*, publicada pela primeira vez em 1924, inovou a análise neste campo do conhecimento, tornando-se referência para estudos críticos no tema. Com o conceito de *forma jurídica*, a teoria de Pasukanis busca explicar a especificidade do direito que se desenvolve intimamente conectado às relações de produção e troca do capitalismo.

Gramsci (1891-1937), por sua vez, foi um destacado dirigente político italiano. Vítima da perseguição e repressão fascista, foi preso e, nesse contexto de reclusão, produziu suas reflexões mais originais. De sua pesquisa no cárcere, resultou volumoso conjunto de notas escritas e esparsas em cadernos, que, anos depois da sua morte, foram reunidos e publicados. Estes escritos constituem um importante legado à crítica da política. E a sua reflexão sobre a *hegemonia* estabelece pontos de conexão entre o direito e as relações políticas típicas da ordem social burguesa.

Do diálogo entre essas análises, do esforço de aproximação entre os conceitos de forma jurídica e de hegemonia, apostamos na construção de campo conceitual fértil às reflexões que iluminem as questões sobre o direito.

Para tanto, o presente trabalho está dividido em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, expomos os contornos do terreno teórico comum a Pasukanis e Gramsci. Trata-se de uma tentativa de elucidar pressupostos da análise marxista que julgamos importante para a melhor apreensão dos conceitos forma jurídica e hegemonia.

Tendo em vista que não há texto sem contexto, o que significa reconhecer que as teorias se desenvolvem em torno de problemas colocados em cada época, julgamos importante apresentar, no segundo capítulo, panorama sobre o ambiente político-cultural que influenciou a geração de marxistas a qual pertencem. Com essa exposição, limitamo-

nos a apontar para questões comuns presentes em suas obras, como as polêmicas em torno do *revisionismo* e do *imperialismo*.

Em seguida, fazemos uma espécie de mergulho vertical no universo teórico de Pasukanis e de Gramsci, tendo como fio condutor a abordagem de ambos sobre o direito. Tratam-se, respectivamente, dos capítulos três e quatro.

Ao longo desse percurso, esperamos demonstrar algumas potencialidades desse diálogo à ciência jurídica, contribuindo para a compreensão do direito em sua especificidade e em sua dinâmica: da *forma jurídica* à *hegemonia*.

CAPÍTULO 1 – CONTORNOS DA ANÁLISE MARXISTA

Todo começo é difícil, e isso vale para toda ciência.
(MARX, 2013, p.77)

Antes de adentrarmos nas análises de Pasukanis e Gramsci sobre o direito, julgamos necessário pavimentar o terreno filosófico comum entre estes pensadores. Importa, por isso, apresentar algumas definições para compreender as implicações de uma análise marxista e o direito.

Afinal, o que significa uma *análise marxista*?

Esta questão provocou (e continua provocando) inúmeras interpretações, debates e polêmicas entre comentadores, instaurando complexo mosaico de posições teóricas. Se para uns, Karl Marx e Friedrich Engels (1820-1895) seriam responsáveis pela fundação de uma nova forma de pensar a realidade, para outros, esta seria uma ideologia ultrapassada, devendo ser revisada e/ou abandonada.

Veremos, no capítulo seguinte, que as correntes revisionistas se desenvolveram em torno do movimento operário, conformando o contexto de debates e disputas que influenciou a geração de marxistas a qual pertencem Pasukanis e Gramsci. Não à toa, estes autores conferiram importância (teórica e política) aos debates de natureza filosófica, reagindo às investidas revisionistas de seu tempo.

Contudo, ainda que descartando a análise das hipóteses revisionistas por agora, a resposta à nossa pergunta inicial não se delineia facilmente, pois existem múltiplas visões sobre os termos e o alcance dessa novidade filosófica¹. Por isso, a questão se desdobra na noção de “marxismos”, isto é, na pluralidade de filiações teóricas que abordam o tema.

Dessa forma, os objetivos desse capítulo se restringem a introduzir os contornos gerais do que seja uma análise marxista e, ainda assim, fazendo escolhas dentre

¹ As referências bibliográficas são inúmeras e o debate é extenso, o que demandaria uma pesquisa própria sobre o tema, fugindo aos propósitos da nossa pesquisa. Para ficarmos em um exemplo, destaquemos as análises e as periodizações de Louis Althusser sobre o pensamento de Marx. Althusser criticou o que chamou de leituras “analítico-teleológicas” das obras do “Jovem Marx”, que revelariam, para ele, uma incompreensão da especificidade do pensamento do “Marx maduro”, que seria uma nova “problemática” inaugurada a partir do acerto de contas com a consciência filosófica anterior (ALTHUSSER, 1979, pp.54-5).

as correntes interpretativas. A parcialidade no tratamento do tema é, por isso, um risco inerente ao nosso esforço. Para diminuí-lo, exploraremos a questão a partir de obras dos seus fundadores – Marx e Engels² - e, de maneira subsidiária, das interpretações e desenvolvimento do tema em Pasukanis e Gramsci. Esta escolha tem um propósito específico: o nosso objetivo consiste em expor o terreno teórico que julgamos importante para a melhor apreensão dos conceitos *forma jurídica e hegemonia*.

Feitas essas ressalvas iniciais, podemos avançar na exposição.

À medida que o marxismo pode ser entendido como uma determinada forma de pensar a realidade, podemos, então, perguntar: o que seria a realidade para o marxismo? A questão sobre o “status” da realidade se desenvolveu, em Marx e Engels, em determinado contexto político-cultural, desdobrando-se em uma teoria do conhecimento que fundamentou uma nova metodologia. Vejamos.

1.1. O Contexto Político-Cultural

As ideias de Marx e Engels se desenvolveram a partir da crítica à chamada “filosofia alemã”: conjunto de pensamentos que predominava nos círculos intelectuais da Alemanha em meados do século XIX. Os debates da época giravam em torno das teorias inspiradas na dialética do filósofo Georg Hegel, que foi professor na Universidade de Berlim e que, mesmo falecido em 1831 (cinco anos antes de Marx iniciar os estudos na mesma universidade), continuou a exercer influência intelectual por muito tempo:

A influência de Hegel dominava o meio universitário berlinense. Os discípulos do filósofo se achavam divididos. Uns se prendiam aos elementos conservadores da filosofia hegeliana, à apologia do Estado Prussiano, à defesa da ordem constituída: eram os *hegelianos de direita*. Outros procuravam aplicar o método historicista do mestre à análise das questões sociais: eram os *hegelianos de esquerda*. (KONDER, 1981, pp.24-5)

² Por certo, a identidade de pensamento entre Marx e Engels é um dos pontos de divergência interpretativa. Sem querer entrar nesta polêmica, colocamos Engels ao lado de Marx para ressaltar a importância (ainda que desigual) deste para a construção e difusão deste edifício filosófico.

Nesse contexto, Marx e Engels, inicialmente, aproximaram-se dos “hegelianos de esquerda”, formuladores da crítica da religião como essência da *alienação*. Em apertada síntese, para tais hegelianos, a concepção religiosa seria a expressão da alienação do homem de si, vez que a abstração criada pelo homem acabaria por domar as suas próprias forças, aprisionando-o em suas próprias representações. Ou seja, notaram uma relação inversamente proporcional entre o ser humano e a religião: quanto maior a força desta, menor a liberdade daquele. Assim, defenderam que o ser humano se emanciparia a partir do momento em que não existisse mais uma religião politicamente privilegiada, materializada pelo Estado religioso (como o Estado Alemão à época); ou seja, o Estado laico representaria o fim da alienação.

As ideias materialistas do hegeliano Ludwig Feuerbach³, a partir da obra *A Essência do Cristianismo*, influenciaram as primeiras abordagens do jovem Marx acerca das insuficiências de tal “crítica da religião”. No escrito de 1843, *Para a questão judaica*, Marx argumentou que essa “crítica” invertia os termos do problema, pois a religião não era a essência, e sim a expressão da alienação. Por isso, a verdadeira crítica, para ele, devia compreender os fundamentos mundanos da religião; somente assim não incorria no erro de confundir a libertação do Estado da alienação religiosa (*emancipação política*) com a libertação do homem da alienação (*emancipação humana*) (MARX, 2009, p.44).

Com esta chave, Marx, em escrito da mesma época, a “*Introdução à crítica da filosofia do direito de hegel*”, continuou a polêmica, acusando a “crítica da religião” de ter chegado a seu fim. Este esgotamento se revelava em um duplo aspecto: (i) seja porque aquela “crítica” estava presa às manifestações “sagradas” da alienação (a Religião), não

³ Filósofo alemão, cujas ideias materialistas influenciaram a geração de jovens hegelianos da qual pertenceram Marx e Engels. Vejamos o próprio testemunho de Engels sobre a importância de Feuerbach: “Foi então que apareceu a ‘Essência do Cristianismo’, de Feuerbach. De repente, essa obra pulverizou a contradição criada ao restaurar o materialismo. A Natureza existe independentemente de toda a filosofia, ela constitui a base sobre a qual os homens cresceram e se desenvolveram, como produtos da natureza que são; nada existe fora da natureza e dos homens; e os entes superiores, criados por nossa imaginação religiosa, nada mais são que outros tantos reflexos fantásticos de nossa própria essência. Quebrara-se o encantamento: o ‘sistema’ salva em pedaços e era posto de lado - e a contradição ficava resolvida, pois existia apenas na imaginação. Só tendo vivido, em si mesmo, a força libertadora desse livro, é que se pode imaginá-la. O entusiasmo foi geral - e momentaneamente todos nós nos transformamos em ‘feuerbachianos’. Com que entusiasmo Marx saudou a nova concepção e até que ponto se deixou influenciar por ela — apesar de todas as suas reservas críticas — pode ser visto em ‘A Sagrada Família’. Os próprios defeitos do livro contribuíram para o seu sucesso momentâneo. O estilo ameno, e mesmo empolado em certos trechos, assegurou-lhe um público maior e constituiu incontestavelmente um alívio, após tantos anos de hegelomania abstrata e abstrusa.” (MARX; ENGELS, 1977, pp.87-8).

avanzando sobre as suas formas “profanas” (o Estado e o Direito)⁴; (ii) seja porque não buscava compreender os fundamentos mundanos da alienação, ou melhor, das condições da miséria real, cuja miséria religiosa seria a sua expressão e protesto (MARX, 2005, p.145). Este esgotamento revelava não apenas uma incapacidade analítica, mas um ponto de vista: o dos interesses burgueses, isto é, o da emancipação parcial da sociedade alemã dos resquícios feudais. Ou seja, ao ter por horizonte esse interesse parcial, a “crítica” se restringia a atacar as reminiscências do passado feudal (Estado religioso) para que a sociedade alcançasse a modernidade (Estado laico). Para Marx, a “crítica” devia se ocupar dos fundamentos atuais da alienação, alterando, por isso, a ordem dos problemas: “por exemplo, a relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, com o mundo político, é um dos problemas fundamentais dos tempos modernos” (MARX, 2005, p.149). Concluiu que a “crítica da religião”, portanto, não era a expressão teórica das necessidades da emancipação humana, isto é, das necessidades daquele setor da sociedade potencialmente interessado em libertar toda a sociedade da opressão em face dos engodos tanto do *passado* feudal quanto do *presente* moderno. Para ele, o sujeito dessa emancipação radical somente podia ser o oprimido em face das duas temporalidades, a saber: o *proletariado* (MARX, 2005, p.154).

Assumindo que, do ponto de vista da emancipação humana, a tarefa da filosofia consistia em compreender as relações reais de opressão a partir do ponto de vista do proletariado, Marx, já em diálogo intelectual com Engels, principiou os seus estudos sobre os pensadores da economia política. Em seus rascunhos, apontou como estes, ao naturalizarem a propriedade privada, não compreendiam o seu movimento histórico e, por isso, não apreendiam o seu fundamento: o *trabalho estranhado* (MARX, 2004, pp.87-8). Trata-se da tripla determinação a que o trabalhador está objetivamente⁵ submetido na sociedade capitalista: o estranhamento (i) em face do produto do trabalho⁶; (ii) do ato

⁴ “(...) uma vez que se desmascarou a forma de santidade da autoalienação humana, a missão da filosofia, que está à serviço da história, consiste no desmascaramento da autoalienação em suas formas não santificadas. Com isto, a crítica do céu se converte na crítica da terra, a crítica da religião na crítica do direito, a crítica da teologia na crítica da Política.” (MARX, 2005, p.146)

⁵ Entendemos que a mudança terminológica operada – de “alienação” para “estranhamento” – já expressa, em Marx, a concepção de que a chave da emancipação humana estaria na superação das formas objetivas da opressão, não das suas representações.

⁶ “O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, pelas leis nacional-econômicas, em que tanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna (...) que quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador”. (MARX, 2004, p. 82).

produtivo⁷; e (iii) do próprio ser humano⁸. Nessa análise, o trabalho aparece como categoria fundante do que chamou de *gênero humano*, isto é, daquilo que o diferencia dos demais seres vivos, mas que, na sociedade presente, aparece como momento de sua desefetivação enquanto ser humano, de sua animalização. Por isso, para Marx, necessário investigar o movimento de apropriação do trabalho humano, que, na sociedade capitalista, ocorre mediada pela forma da propriedade privada.

Nesse percurso intelectual, Marx e Engels sentiram a necessidade de empreender um acerto de contas com os fundamentos epistemológicos da “filosofia alemã”, buscando desvencilharem-se dos resquícios idealistas que impediam o avanço da crítica que assume o ponto de vista da emancipação humana. Nesse processo de crítica e autocrítica⁹, nem mesmo Feuerbach foi poupado e as deficiências do seu materialismo serviram justamente de fio condutor para a construção de uma nova teoria do conhecimento.

1.2. Uma Nova Teoria do Conhecimento

Do ponto de vista epistemológico, o marxismo surgiu como uma crítica ao idealismo, que teria alcançado o ápice de desenvolvimento na citada “filosofia alemã”. Ao contrário desta, Marx e Engels entenderam que não há uma identidade entre a representação da realidade e a realidade. Dito em outros termos filosóficos, não há identidade entre “sujeito e objeto”, “ser e pensar”, “matéria e espírito”, “concreto e abstrato” etc. Isto implica reconhecer a existência de uma *contradição* entre o real e a sua

⁷ “Mas o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no *ato da produção*, dentro da própria *atividade produtiva* (...). O seu trabalho não é portanto voluntário, mas forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um *meio* para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui de forma tão pura que, tão logo inexistente coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste”. (MARX, 2004, pp.82-3).

⁸ “Consequentemente, quando arranca do homem o objeto de sua produção, o trabalho estranhado arranca-lhe a sua *vida genérica*, sua efetiva objetividade genérica e transforma a sua vantagem com relação ao animal na desvantagem de lhe ser tirado o seu corpo inorgânico, a natureza” (MARX, 2004, p.85). E logo adiante conclui: “Em geral, a questão de que o homem está estranhado do seu ser genérico quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles está estranhado da essência humana”. (MARX, 2004, p.86).

⁹ Nota-se, inclusive, que, dentro desse processo de afastamento, Marx e Engels abandonam certos termos como “ser genérico”, “estranhamento” e “emancipação humana”, para o uso de termos que expressariam conceitos mais adequados aos pressupostos dessa nova concepção de mundo, como “ser social”, “fetiche” e “revolução”.

representação¹⁰. Desde já, afastaram a possibilidade de um conhecimento absoluto sobre o concreto.

O desvio idealista consiste em justamente identificar as determinações abstratas produzidas pelo pensamento (os conceitos) com a própria realidade. E isto somente pode acontecer por pressupor uma dicotomia, uma *dualidade*, entre sujeito e objeto, e não uma contradição. Tal desvio acaba por apreender a representação da realidade e a realidade como existentes em si, não em *unidade dialética*. Nesse sentido, para Marx e Engels, o conhecimento somente pode existir enquanto *processo* de conhecimento.

A concepção dualista implica duas maneiras aparentemente opostas, mas igualmente idealistas de compreender o concreto. Ora a realidade é identificada com o próprio pensamento, tornando o sujeito criador do real; ora a realidade é o polo ativo, colocando o sujeito em uma posição contemplativa, de receptáculo do real. Na primeira, o sujeito determina o concreto, enquanto que, na segunda, opera-se uma inversão mecânica dos termos.

Essa razão dualista dicotomiza o mundo em partes independentes, tais como “mundanidade e religião”, “homem e natureza”, “teoria e prática”, “Estado e sociedade civil”, “público e privado” etc. O mesmo pensamento que pressupõe uma verdade absoluta, espécie de deus oculto da sabedoria, que adviria, para uns, do ser humano e, para outros, do não-humano (da alma, da natureza, dentre outros exemplos). Enfim, estabelece formas de consciência que ganham vida aparentemente autônoma aos seres reais. O resultado é a *ideologia*: mistificação dos termos da relação entre o ser e a sua consciência.

Assim, por meio da crítica ao dualismo e às inversões encontradas na filosofia alemã, Marx e Engels posicionaram os seus pressupostos para a análise da realidade:

¹⁰ Os termos desta complexidade filosófica podem ser, por nós, metaforicamente aproximados por meio do seguinte exemplo: cadeira *é* e *não-é* cadeira. Este exemplo serve para afastar a ideia de falsidade - ou lógica da identidade (cadeira não pode não ser cadeira) - e incorporar, no lugar, a noção da contradição entre o ser e o pensar. Ao refletir sobre a frase, percebemos que “cadeira”, de fato, representa, no plano do pensamento, uma determinada coisa, ou melhor falando, um conjunto de coisas, que, por sua vez, nunca poderá ser encontrada de maneira abstrata (ideal) na realidade, vez que somente seria apreensível em relação. Afinal, “cadeira” não se define por si, de maneira ideal, mas em relação aos demais componentes da realidade (cadeira é uma não-mesa, uma não-geladeira etc.). Por isto, ser e não-ser são, nesta perspectiva dialética, realidades da cadeira.

Totalmente ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu à terra, aqui se eleva da terra ao céu. Quer dizer, não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também ao desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida. Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não têm história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transforma também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (MARX; ENGELS, 2007, p.94)

Por mais que Marx e Engels partissem do ponto de vista que a realidade determina as representações da realidade (por isso, *materialistas*), esta relação não ocorre, para eles, de maneira dicotômica e mecânica. Para ambos, a realidade não deixa de ser, ao mesmo tempo, uma produção do pensamento, do sujeito, ainda que, como visto, sem identidade entre os termos. Essa unidade dialética, por outro lado, não acontece em um terreno abstrato, mas em condições específicas do desenvolvimento humano (por isso, *históricas*). Isso significa que, como adiantamos, o conhecimento é um contínuo processo, resultante da interação, historicamente determinada pelas condições de vida material, entre sujeito e objeto. Esta concepção rompe, portanto, com qualquer pressuposto de verdade absoluta tanto como ponto de partida quanto de chegada nas análises filosóficas¹¹.

¹¹ Segundo Engels, esta perspectiva decorre do próprio método de Hegel, ainda que este não o tenha levado às últimas consequências: “Em Hegel, a verdade que a filosofia procurava conhecer já não era mais uma coleção de teses dogmáticas fixas que, uma vez descobertas, bastaria guardar na memória; agora a verdade residia no próprio processo do conhecimento, através do longo desenvolvimento histórico da ciência, que sobe, dos degraus inferiores, até os mais elevados do conhecimento, sem, porém, alcançar jamais, com o descobrimento de uma pretensa verdade absoluta, um nível em que já não se possa continuar avançando, em que nada mais reste senão cruzar os braços e contemplar a verdade absoluta conquistada. E isso não se passava apenas no terreno da filosofia, mas nos demais ramos do conhecimento e no domínio da atividade prática. Da mesma forma que o conhecimento, também a história nunca poderá encontrar seu coroamento definitivo num estágio ideal e perfeito da humanidade; uma sociedade perfeita, um ‘Estado’ perfeito, são coisas que só podem existir na imaginação. Pelo contrário, todas as etapas históricas que se sucedem nada

Assim, por meio dessa perspectiva, Marx e Engels argumentaram que a realidade somente pode ser apreendida enquanto *atividade humana sensível*; enquanto *práxis*. Nessa chave, fizeram o acerto de contas “com a sua consciência filosófica anterior”, expurgando o idealismo incrustado, inclusive, no materialismo de Feuerbach, que os havia inspirado na crítica à “crítica da religião”:

O principal defeito de todo o materialismo existente até agora – o de Feuerbach incluído – é que o objeto, a realidade, o sensível, só é apreendido sob a forma do *objeto* ou da *contemplação*; mas não como *atividade humana sensível*, como *prática*, não subjetivamente. Daí decorreu que o lado *ativo*, em oposição ao materialismo, foi desenvolvido pelo idealismo – mas apenas de modo abstrato, pois naturalmente o idealismo não conhece a atividade real, sensível, como tal. Feuerbach quer objetos sensíveis efetivamente diferenciados dos objetos do pensamento; mas ele não apreende a própria atividade humana como *atividade objetiva*. (MARX; ENGELS, 2007, p.537)

Além do dualismo, rejeitaram o mecanicismo desse materialismo idealista, que não compreende a relação dialética entre o sujeito e o objeto, ao colocar o primeiro (pensamento) como reflexo/epifenômeno do segundo (ser):

A doutrina materialista de que os homens são produtos das circunstâncias e da educação, de que os homens modificados são, portanto, produto de outras circunstâncias e de uma educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador tem de ser educado. (MARX; ENGELS, 2007, p.537-8)

mais são que outras tantas fases transitórias no processo de desenvolvimento infinito da sociedade humana, do inferior para o superior. Todas as fases são necessárias e, portanto, legítimas para a época e as condições que a originam; uma vez, porém, que surgem condições novas e superiores, amadurecidas pouco a pouco em seu próprio seio, elas caducam e perdem sua razão de ser e devem ceder o lugar a uma etapa mais alta, a qual, por sua vez, também terá um dia de envelhecer e perecer. Da mesma forma que, através da grande indústria, da livre concorrência e do mercado mundial, a burguesia liquida na prática todas as instituições estáveis, consagradas por uma venerável antiguidade, esta filosofia dialética põe fim a todas as ideias de uma verdade absoluta definitiva, e a um conseqüente estágio absoluto da humanidade. Diante dela, nada é definitivo, absoluto, sagrado; ela faz ressaltar o que há de transitório em tudo que existe; e só deia de pé o processo ininterrupto do vir-a-ser e do perecer, uma ascensão infinita do inferior ao superior, cujo mero reflexo no cérebro pensante é a própria filosofia. É verdade que ela tem também seu aspecto conservador quando reconhece a legitimidade de determinadas formas sociais e de conhecimento, para sua época e sob suas circunstâncias; mas não vai além disso. O conservantismo desta concepção é relativo; seu caráter revolucionário é absoluto, e a única coisa absoluta que deixa de pé.” (MARX;ENGELS, 1977, p.83). Sobre esse raciocínio concluiu: “O que se pode, entretanto, dizer é que a argumentação que acabamos de apresentar não se encontra desenvolvida, em Hegel, com a mesma nitidez. Ela decorre, necessariamente, de seu método, mas o autor jamais a deduziu com a mesma clareza.” (MARX;ENGELS, 1977, p.83)

Em apertada síntese, o pensamento de Marx e Engels, elevando a *práxis* à princípio filosófico, postulou que a chave para o conhecimento da realidade não está na análise de suas representações, mas nos fatos que as fundamentam, os quais, como vimos, não deixam de ser apreendidos por meio da atividade humana sensível. Por isso, trata-se de uma *crítica imanente* das relações apreendidas pelo pensamento.

Podemos, então, avançar na análise dos fundamentos metodológicos do marxismo enquanto *materialismo histórico e dialético*.

1.3. Fundamentos Metodológicos

Vimos que, do ponto de vista materialista, a compreensão da realidade está na análise dos fenômenos reais, e não de suas representações. Segundo Engels, esta percepção, largamente desenvolvida no âmbito das chamadas “ciências da natureza”, permitiu inúmeros avanços ao conhecimento, especialmente a partir do século XV na Europa:

A análise da natureza em suas diferentes partes, a classificação dos diversos fenômenos e objetos naturais em determinadas categorias, a investigação interna dos corpos orgânicos segundo a sua diferente estrutura anatômica, foram outras tantas condições fundamentais a que obedeceram os progressos gigantescos realizados nos últimos quatrocentos anos, no que se refere ao conhecimento científico da natureza. (ENGELS, 1976, p.20)

Para Engels, este “progresso” resultava do estudo cada vez mais minucioso dos elementos da natureza, não das suas representações¹². Ao superar a perspectiva idealista, o materialismo dos naturalistas tinha pavimentado o caminho para o conhecimento *científico* da realidade, fornecendo sentido metodológico à análise dos elementos captados pelos meios de pesquisa¹³ disponíveis em cada situação histórica.

¹² Em um exemplo: a compreensão do fenômeno da chuva somente foi possível a partir da análise dos elementos da natureza, e não das ideias humanas sobre a mesma, as quais, por muitos séculos, derivaram das narrativas religiosas.

¹³ Aqui, ao contrário do senso comum, está contida a ideia de que o conhecimento científico da realidade não é determinado pela evolução dos instrumentos de pesquisa, mas é a perspectiva materialista que, em última instância, impulsiona a criação e aprimoramento dessas ferramentas humanas. Caso não fosse, a humanidade estaria ainda em cruzadas para buscar o “Santo Graal”, ao invés de desenvolver tecnologias para estudar o

Para evitar confusão e certo anacronismo com os termos da crítica à ciência enquanto ideologia, que tem por alvo certa visão e prática sobre a ciência e que ganhou força no século XX, importa esclarecer o significado preciso do termo “ciência” em Marx e Engels.

1.3.1. A Ciência

Trata-se de conceito que expressa a razão como centro da produção do conhecimento sobre a vida. Esta perspectiva retira do não-humano (do divino) e coloca no ser humano (por isto, uma visão *humanista*) a fonte do saber. Ou seja, parte-se da premissa de que não há produção do conhecimento fora das relações humanas.

Nesse preciso sentido, Marx e Engels estão inseridos na tradição conhecida por “iluminismo”, movimento que abriu a chamada “modernidade”. No entanto, dotados de uma perspectiva crítica do conhecimento, vimos que estes apontaram a necessidade de desentranhar radicalmente a ideologia na análise das relações. E a ideologia, como veremos mais à frente, expressa-se, por exemplo, tanto na visão teleológica do mundo, isto é, de um progresso determinado, quanto na possibilidade de um conhecimento absoluto.

O termo ciência é, por isso, entendido, aqui, como a aplicação da razão para a compreensão da realidade enquanto processo histórico do conhecimento humano determinado pelas condições materiais. Em face deste valor, Marx e Engels, assim como Pasukanis e Gramsci, conferiram, em suas obras, conotação positiva ao termo, não impedindo-os, por sua vez, de lançar luzes sobre a temática da ciência enquanto ideologia. A título de ilustração, vejamos a seguinte reflexão de Gramsci sobre o tema:

Deve-se notar que, ao lado do mais superficial fanatismo pelas ciências, existe realmente a maior ignorância dos fatos e dos métodos científicos, que são muito difíceis e que se tornam cada vez mais difíceis graças à progressiva especialização dos novos ramos de investigação. A superstição científica traz consigo ilusões tão ridículas e concepções tão infantis que a própria superstição religiosa termina enobrecida. O progresso científico fez

plasma de quarks-glúons, como no moderno empreendimento científico de cooperação internacional *ALICE* (*A Large Ion Collider Experiment*).

nascer a crença e a espera em um novo Messias, que realizará nesta terra o Eldorado (...). Na realidade, por se esperar muito da ciência, ela é concebida como burxaria superior e, por isso, torna-se impossível valorizar com realismo o que a ciência oferece de concreto. (GRAMSCI, 2011a, p.176).

Seguindo o raciocínio de Gramsci, a especialização crescente operada no capitalismo, que implica a concentração de recursos e conhecimentos em poucos setores da sociedade, acabou por difundir uma concepção invertida e mistificadora de ciência. Podemos dizer: a Fé na Razão substituiu, assim, a Razão na Fé. Trata-se, contudo, de outro capítulo da história das relações sociais.

Voltando ao conceito positivo de ciência, destacamos que, para Marx e Engels, a chave materialista foi o que permitiu grandes avanços do conhecimento humano sobre os fenômenos da natureza. Entretanto, nas chamadas ciências da natureza, o predomínio da perspectiva metafísica, variante do idealismo, empacou o seu desenvolvimento.

1.3.2. O Materialismo, a Metafísica e a Dialética

Segundo Engels, apesar dos avanços obtidos pelos naturalistas, estes padeceram, por muito tempo, de uma visão estática dos fenômenos naturais, apreendendo-os de maneira fixa, unilateral, positiva. Para ele, o defeito residia no fato de que tal materialismo caminhava sobre os trilhos metafísicos, não dos da dialética:

Para o metafísico, as coisas e suas imagens no pensamento, os conceitos são objetos isolados de investigação, objetos fixos, imóveis, observados um após o outro, cada qual per si, como algo determinado e perene. O metafísico pensa em toda uma série de antíteses desconexas: para ele, há apenas o sim e o não e, quando sai desses moldes, encontra somente uma fonte de transtornos e confusão. Para ele, uma coisa existe ou não existe. Não concebe que essa coisa seja, ao mesmo tempo, o que é uma outra coisa distinta. Ambas se excluem de modo absoluto, positiva e negativamente. Causa e efeito se revestem da forma de uma antítese rígida. (ENGELS, 1976, p.20).

Para o metafísico, a matéria possuiria uma “essência” que, analisada dentre os seus componentes, seria desvelada ao cientista. A perspectiva dialética, ao contrário, rompe com essa noção de “essência”, vez que o “ser” do objeto é sempre um *processo*, um *devenir*. Por essa razão, a dialética - segundo Engels a própria “pedra de toque da natureza” (ENGELS, 1976, p.21) - é seu método de desenvolvimento e análise por excelência. Nesta toada, os fenômenos precisam ser apreendidos à luz do seu movimento real, que se dinamizam em três “leis”¹⁴: (i) da *ação recíproca*, (ii) da *transformação da quantidade em qualidade e vice-versa* e (iii) da *negação da negação*.

De maneira sintética, a primeira lei expressa, em crítica à perspectiva unilateral da antítese “causa e efeito”, a noção de que os elementos da realidade estão em uma cadeia ininterrupta de relações. Ou seja, nada existe em si, mas somente em relação¹⁵. Ao continuar ampliando o horizonte analítico, Engels destacou que “causas e efeitos trocam constantemente de lugar e o que, antes, era causa, toma, logo depois, o papel de efeito e vice-versa” (ENGELS, 1976, p.21). Assim, colocando-se no ponto de vista do máximo horizonte, isto é, da *totalidade*, a realidade se apresenta como uma trama universal de ações recíprocas. Reciprocidade, por sua vez, onde se observa a preponderância lógica do todo sobre as partes, sendo aquele distinto da mera soma destas¹⁶. Portanto, esta lei pressupõe uma hierarquia lógica, historicamente determinada, e não uma circularidade na trama de relações.

A segunda lei expressa o entendimento de que os fenômenos da realidade transitam, em seu movimento, entre dois diferentes estágios de transformação: o quantitativo e o qualitativo¹⁷. Este par revela, então, a necessidade de observar que os fatores, isto é, as ações sociais ou naturais que atuam sobre o objeto, produzem efeitos distintos em situações qualitativamente distintas. Ademais, rompe com a noção do

¹⁴ Termo que não deve ser entendido como norma positiva, como regra, mas como abstração lógica de tendências do movimento da realidade para compreender a dinâmica da natureza e da própria sociedade.

¹⁵ Vemos isso na própria noção de morte: fenômeno que não tem início ou fim organicamente delimitado, significando um processo, uma teia de ações biológicas e sociais

¹⁶ Em outro exemplo, notemos que a vida de recém-nascido é determinada pelas relações no seu local de nascimento, que, por conseguinte, está em certo território, dotada de certa cultura, de certa organização política, de certas condições materiais etc.

¹⁷ Diferenciação que expressa as ações que influem dentro de um determinado quadro de relações (exemplos: a diminuição da temperatura do líquido; o aumento das reivindicações salariais) daquelas que acabam por instaurar novas relações (continuando: a solidificação; a revolução socialista).

movimento histórico (social e natural) como necessariamente linear ou progressivo, mas comportando o disruptivo: a transformação revolucionária.

A lei da negação da negação, já adiantada na noção de contradição, coloca a perspectiva de que a realidade se movimenta em um processo de conservação, eliminação e superação (em termos lógicos: tese-antítese-síntese). Trata-se da análise que todo fenômeno (tese) incorpora a sua própria negação (antítese), motor da sua transformação em um novo fenômeno (síntese)¹⁸. Em termos lógicos, o novo é, ao mesmo tempo, a conservação do velho em si (negação) e a sua eliminação (negação da negação)¹⁹.

Em vista dessa perspectiva materialista e dialética - observáveis, segundo Engels, no desenvolvimento da própria natureza – o marxismo retira a análise das relações sociais do plano das ideias e coloca no único terreno concreto possível: o da história.

1.3.3. História: terreno da *sociedade civil*

Para Marx e Engels, a história não é a história das ideias, das representações humanas sobre a época vivida e passada, mas é a história concreta, dos “homens reais”, mundanos, que, decerto, incorpora o desenvolvimento das concepções em seu seio, mas que a elas não se reduz.

Essa perspectiva parte do pressuposto de que a história do ser humano somente pode ser compreendida enquanto conjunto de relações fundadas (i) na produção dos meios de vida para a satisfação das suas necessidades vitais, (ii) na criação de novas necessidades a partir da produção desses meios de vida e (iii) na procriação da espécie. Complexo de relações que possibilita, destarte, a existência material da vida humana e que, por isso, torna-se a premissa do desenvolvimento da própria consciência humana sobre as relações vividas, sendo a linguagem a sua forma primeira (MARX; ENGELS, 2007a, pp.33-4).

¹⁸ Esta concepção de desenvolvimento, em certo sentido (haja vista a necessidade de se eliminar a ideia de circularidade), está contida na famosa frase de Lavoisier: “na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma”.

¹⁹ Em um exemplo: o fruto é a negação da negação da planta, que é a negação da negação da semente etc. Alertamos que esse raciocínio lógico do desenvolvimento não pode ser interpretado de maneira teleológica, como se, tomando o mesmo exemplo, o fim necessário da semente fosse a fruto, vez que ela poderia, porventura, sofrer a ação de outro fator, como a de ser moída pela ação humana (ENGELS, 1976, p.120).

Desse ponto de vista, todas as formas de consciência, inclusive a ciência, somente podem existir dentro do terreno da história *humana*. Esta afirmação implica a seguinte contradição: apesar de existir uma história da natureza anterior ao ser humano, aquela somente “existe” a partir desta. Por essa razão, Gramsci (2011a, p.155) chegou a afirmar que o marxismo é um *historicismo absoluto*, interpretação que encontra eco nas seguintes palavras de Marx e Engels:

Conhecemos uma única ciência, a ciência da história. A história pode ser examinada de dois lados, dividida em história da natureza e história dos homens. Os dois lados não podem, no entanto, ser separados; enquanto existirem homens, história da natureza e história dos homens se condicionarão reciprocamente. (MARX; ENGELS, 2007a, pp.86-7).

Assim, a chave para a apreensão científica da história está no estudo das relações de produção e reprodução da vida, naquilo que Marx e Engels chamaram de *sociedade civil*:

Essa concepção de história consiste, portanto, em desenvolver o processo real de produção a partir da produção material da vida imediata e em conceber a forma de intercâmbio conectada a esse modo de produção e por ele engendrada, quer dizer, a sociedade civil em seus diferentes estágios, como o fundamento de toda a história, tanto a apresentando em sua ação como Estado como explicando a partir dela o conjunto das diferentes criações teóricas e formas da consciência – religião, filosofia, moral etc. etc. – e em seguir o seu processo de nascimento a partir dessas criações, o que então torna possível, naturalmente, que a coisa seja apresentada em sua totalidade (assim como a ação recíproca entre esses diferentes aspectos) (MARX; ENGELS, 2007a, p.42).

Portanto, a sociedade civil²⁰, termo usado para designar o terreno material da produção e reprodução da vida social, apresenta-se como a base das representações da vida humana (MARX; ENGELS, 2007a, p.74). Nesse sentido, a história pode ser significada como os diferentes “estágios da sociedade civil”: as formas da interação entre os homens e a natureza; ou seja, da *divisão social do trabalho*.

²⁰ Veremos, no capítulo sobre Hegemonia, que Gramsci utilizou este termo com outro significado.

1.3.3.1. *Divisão Social do Trabalho: propriedade e trabalho*

Para Marx e Engels, a satisfação das necessidades vitais, o incremento de novas necessidades e o aumento populacional foram as premissas da divisão social do trabalho. O desenvolvimento dessas relações possibilitou, por sua vez, a apropriação desigual da produção social, engendrando formas de propriedade e a separação entre trabalho “manual” e “espiritual” (MARX; ENGELS, 2007a, p.35)²¹.

A apropriação privada da produção social, em última instância, fundou-se na violência, cuja protoforma se encontra na divisão sexual do trabalho (nas sociedades patriarcais: a apropriação do trabalho da mulher pelo homem por meio das múltiplas relações familiares). Desse modo, a propriedade e violência são momentos da exploração do trabalho social, assumindo diferentes formas históricas: da “propriedade tribal” à “propriedade privada” (forma de apropriação do trabalho social específica no capitalismo) (MARX; ENGELS, 2007a, pp.89-92).

A apropriação privada engendrou, por conseguinte, o desenvolvimento do trabalho “espiritual”, isto é, da atividade especificamente voltada a produzir as representações da divisão social do trabalho - complemento necessário para ancorar a violência da exploração. Com esta separação entre atividade material e espiritual, deu-se, então, a possibilidade de autonomização da consciência da própria realidade.

1.3.3.2. *Consciência e Classe*

À medida que a apropriação privada do trabalho social se impôs historicamente, desenvolveu-se também as representações humanas sobre essas relações de exploração. Em face dessas relações que determinam a consciência, concluíram Marx e Engels (2007a, p.47):

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição

²¹ Importa destacar que, aqui, trata-se da historiografia dos escombros sobre quais se ergueria a produção e reprodução da vida no capitalismo, a unidade dentro das variações de cada formação social.

os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual.

Nesse sentido, a luta pela exploração impulsiona, no interior dos próprios dominadores, a especialização das atividades espirituais, formando indivíduos e mecanismos para a elaboração, organização e difusão da consciência social²². A crescente especialização possibilita, além da força espiritual dominante, contradições entre as representações da dominação e o próprio exercício da classe (MARX; ENGELS, 2007a, pp,47-8). Não se trata, por isso, de uma relação mecânica entre representação dominante e interesse dos dominantes, mas de uma unidade dialética.

Assim, a história da especialização e autonomização do trabalho espiritual, de formação dos ideólogos no terreno da divisão social do trabalho, explica, para Marx e Engels, o desenvolvimento do pensamento idealista, da qual derivou a “filosofia alemã”:

Uma vez que as ideias dominantes são separadas dos indivíduos dominantes e, sobretudo, das relações que nascem de um dado estágio do modo de produção, e que disso resulta o fato de que na história as ideias sempre dominam, é muito fácil abstrair dessas diferentes ideias “a ideia” etc. como o dominante na história, concebendo com isso todos os conceitos e ideias singulares como ‘autodeterminações’ do conceito que se desenvolve na história. (MARX; ENGELS, 2007a, p.49)

Portanto, à luz das determinações da divisão social do trabalho, a história das relações humanas não pode ser identificada com a história das representações humanas sobre as mesmas. Sem esse pressuposto a análise da história resta presa ao terreno da *ideologia*, não apreendendo o movimento das relações humanas, mas apenas as suas expressões ideais (MARX; ENGELS, 2007a, p.94).

A ciência da história deve, por isso, incorporar os elementos que engendram a transformação – não só quantitativa, mas também qualitativa – das relações na divisão social do trabalho, adotando a perspectiva da revolução. Sem este ponto de vista, a história

²² Encontramos aqui a principal referência de interpretação da categoria de “intelectuais” nos escritos gramscianos.

não pode ser apreendida em sua dinâmica real, mas em sua forma idealizada, naturalizadora e eternizadora das relações existentes. O conflito é, portanto, o ponto de vista científico da história; tese sintetizada da seguinte maneira no *Manifesto Comunista*: “a história de todas as sociedades que existiram é a história da luta de classes” (MARX; ENGELS, 2007b, p.7).

A adoção dessa perspectiva implica a eliminação de todo e qualquer resquício transcendental e teleológico no conceito de “essência humana”. Premissa das análises idealistas sobre a sociedade. Para Marx e Engels, esse conceito somente pode ser significado enquanto relação histórica e multideterminada: enquanto *ser social*.

1.3.3.3. Ser Social e Comunismo

A análise do ser social, isto é, das formas assumidas na divisão social do trabalho, possibilita a compreensão científica do capitalismo e das representações humanas sobre o mesmo. Para tanto, necessário pressupor a sua transformação, visto ser forma histórica, não eterna, a despeito da ideologia dominante.

Para Marx e Engels, uma vez descoberta a lógica que organiza as relações no interior de determinado modo de produção, abre-se a possibilidade de incidência efetiva da vontade política para sua superação. E o comunismo consiste justamente no *movimento* de transformação da divisão social do trabalho fundada na violência de classe para o de uma sociedade sem classes, isto é, para uma formação social sem apropriação privada do trabalho social (e, bem por isso, sexual). Por esta razão, reposicionaram o papel do intelectual: “Os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (MARX; ENGELS, 2007a, p.535).

Desse ponto de vista, o estudo do ser social implica a análise e transformação (momentos da *práxis revolucionária*) do conjunto das relações que fundamenta as ações humanas à luz da divisão social do trabalho. Para tanto, como já adiantado, necessário apreender a dinâmica na sociedade civil. Esta ideia foi sintetizada no balanço autobiográfico de Marx, no Prefácio à sua primeira publicação sobre o funcionamento do sistema capitalista, na obra intitulada “*Para a Crítica da Economia Política*”:

Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de ‘sociedade civil’, seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa deve ser procurada na economia política. (MARX, 1978, p.129).

A síntese a que chegou Marx consistiu, então, na necessidade de investigar a fundo a economia política capitalista para compreender a base sobre a qual se desenvolve o conjunto das relações humanas que conformam o ser social da sociedade burguesa, como as *relações jurídicas*, e, com isso, iluminar os caminhos da sua superação.

Esta perspectiva, como veremos nos próximos capítulos, é comum a Pasukanis e a Gramsci, ainda que tomando focos distintos na análise dos momentos que conformam o ser social. Por agora, com base nos estudos de Marx sobre ‘anatomia da sociedade burguesa’, podemos delinear os elementos para responder à nossa indagação sobre o que significa uma análise marxista e as suas implicações para o estudo do direito.

1.4. A Crítica da Economia Política e o Método

Ao seguirmos mais de perto a crítica que Marx empreendeu à economia política, podemos verificar a aplicação e desenvolvimento do método para desvendar a base material (as formas da divisão social do trabalho) da sociedade burguesa.

Falamos em “aplicação e desenvolvimento” porque, em face dos próprios fundamentos epistemológicos expostos anteriormente, o método não pode ser independente ao objeto de análise, caso contrário, incorre-se no idealismo de que um conjunto de representações pré-determinadas pelo pensamento possa apreender o real de maneira mecânica. Como vimos, justamente pelo conhecimento ser entendido enquanto uma *atividade humana sensível*, uma *práxis*, as representações humanas da realidade seriam determinadas pela realidade, não o contrário. Portanto, método e objeto devem ser vistos como momentos de uma unidade, que se condicionam reciprocamente. Com esta ressalva,

podemos, então, avançar na análise da crítica da economia política e o método empregado por Marx.

Ao revisar os clássicos do pensamento econômico, Marx apontou para desvios idealistas presentes nessa literatura. Desvios que, de um lado, não apreendiam o movimento da economia e, de outro, eternizavam as relações capitalistas (MARX, 2011, pp.44-53).

Dentre estes desvios, destacamos aquilo que chamou de “robinsonadas”: termo que expressa o procedimento de escavar na história o arquétipo do indivíduo do presente (o sujeito que se define em oposição à sociedade, o *homo economicus*). A robinsonada era, por isso, a antecipação histórica da sociedade atual. Trata-se de um ideal de relação humana cuja existência restaria imersa no passado. Para Marx, operava-se a seguinte inversão: o indivíduo da sociedade burguesa não era apreendido “como um resultado histórico, mas como um ponto de partida” (MARX, 2011, p.40).

Para Marx, o próprio ponto de vista teórico que apreende o indivíduo como isolado e em oposição à sociedade é historicamente determinado. Não há, para ele, sentido científico em analisar a economia política pressupondo o indivíduo isolado, visto que, ao se manter no terreno histórico, só há de se falar de ação humana em sociedade.

Esse idealismo se expressava, ainda, nas demais abstrações desprovidas de suas determinações históricas, induzindo a diversos erros na análise econômica. Desenvolvendo esta crítica, Marx empreendeu verdadeira revolução no sistema de conceitos.

1.4.1. Totalidade, Conteúdo e Forma: novo sistema de conceitos

A chave filosófica de Marx impõe nova perspectiva sobre os conceitos. Isso porque, à medida que o conceito somente serve, em termos científicos, para representar uma relação historicamente determinada, Marx destacou a necessidade de problematizar o alcance das “abstrações em geral”, como expressa a sua crítica ao conceito de “produção em geral”:

A produção em geral é uma abstração, mas uma abstração razoável na medida em que destaca e fixa o elemento comum [de diferente estágios da

história humana], poupando-nos assim da repetição. Entretanto, esse *Universal*, ou comum isolado por comparação, é ele próprio algo multiplamente articulado, cindido em diferentes determinações (...). As determinações que valem para a produção em geral têm de ser corretamente isoladas de maneira que, além da unidade – decorrente do fato de que o sujeito, a humanidade, e o objeto, a natureza, são os mesmos -, não seja esquecida a diferença essencial. (MARX, 2011, p.41).

Esquecer a diferença essencial presente em cada modo de produção da história humana é o equívoco mais comum dos economistas burgueses. Não se trata, decerto, de mera ingenuidade, já que, no limite, serve justamente para eternizar aquilo que é específico das relações sociais do presente. Segue, abaixo, o exemplo trazido por Marx dessa operação ideológica:

(- Para os economistas) nenhuma produção é possível sem um instrumento de produção, mesmo sendo este instrumento apenas a mão. Nenhuma produção é possível sem trabalho passado, acumulado, mesmo sendo este trabalho apenas a destreza acumulada e concentrada na mão do selvagem pelo exercício repetido. O capital, entre outras coisas, é também instrumento de produção, também trabalho passado, objetivado. Logo, o capital é uma relação natural, universal e eterna; quer dizer, deixo de fora justamente o específico, o que faz do ‘instrumento de produção’, do ‘trabalho acumulado’, capital. (MARX, 2011, p.41).

Do exemplo acima, inferimos que toda “abstração em geral”, ou seja, o isolamento, no plano do pensamento, de certo *conteúdo* comum, somente possui validade analítica dentro de cada totalidade, isto é, à luz da relação entre tais conteúdos e as suas *formas sociais*²³ particulares. Isso significa que o caráter “comum” do conteúdo somente existe em sua particularidade histórica, não de maneira abstrata-universal. Marx (2011, p.43) alertou que

²³ A forma social expressa a lógica particular de comportamentos objetivados em uma totalidade. Ou seja, a depender do modo como os indivíduos se relacionam, certos comportamentos se autonomizam a partir destas interações e se tornam uma realidade particular, que a elas se opõe e com elas interagem de maneira dialética. Portanto, a forma social pode ser entendida como a lógica de comportamento que estabelece como os indivíduos realizam suas interações em cada momento da história. Entendemos ser uma definição que se aproxima daquela exposta por Alysson Mascaro em sua mais recente obra: “A apropriação do capital, a venda da força de trabalho, o dinheiro, a mercadoria, o valor são formas constituídas pelas interações dos indivíduos, mas são maiores que seus atos isolados ou sua vontade ou consciência. Formas sociais são modos relacionais constituintes das interações sociais, objetificando-as. Trata-se de um processo de mútua imbricação: as formas sociais advêm das relações sociais, mas acabam por ser suas balizas necessárias.” (MASCARO, 2013, pp.20-1)

esta perspectiva evita, por exemplo, o erro de identificar a relação abstrata de apropriação – conteúdo comum à interação entre ser humano e natureza nas diferentes fases da divisão social do trabalho - com a forma específica desta relação na sociedade presente, isto é, com a apropriação por meio da “propriedade privada”.

Essa crítica pode, ainda, ser estendida à abstração tão usual do direito enquanto “sistema coercitivo de normas” ou à da política enquanto “sistema de governo”. Como buscaremos demonstrar nos capítulos seguintes, Pasukanis e Gramsci, por meio dos conceitos de *forma jurídica* e *hegemonia*, conceitos significados à luz de uma totalidade concreta, isto é, de formas particulares, desenvolveram as suas análises na mesma toada postulada por Marx. A título de ilustração, vejamos, sumariamente, a crítica de Pasukanis às formulações escolásticas²⁴ tão comuns, quanto inúteis, ao estudo do fenômeno jurídico:

O erro fundamental deste tipo de abstração é que elas não permitem captar o conceito de direito em seu verdadeiro movimento; naquilo que desvenda toda a riqueza das interações e vínculos internos de seu conteúdo. Em lugar de nos proporem o conceito de direito em sua forma mais acabada e mais clara, mostrando-nos, em razão disto, o valor deste conceito para uma época historicamente determinada, servem-nos unicamente um lugar comum, vazio, o de ‘ordenamento autoritário’, que convém indiferentemente a todas as épocas e a todos os estudos de desenvolvimento da sociedade. As tentativas feitas na economia política para encontrar uma definição do conceito de economia que englobe todas as épocas históricas, assemelham-se a estas definições. Se a teoria econômica consistisse apenas de tais generalizações estereis e escolásticas, ela não mereceria o nome de ciência. (PASUKANIS, 1989, p.21).

Em suma, seguindo o raciocínio de Marx, os conceitos, à medida que expressam determinações abstratas, somente têm validade científica em face das especificidades concretas de cada totalidade. Assim, podemos afirmar que *o estudo das formas particulares é justamente a chave para ressignificar os termos existentes (“abstrações em geral”) em conceitos ricos em determinações para a compreensão dos diferentes momentos da história humana.*

²⁴ Os exemplos são inúmeros e corriqueiros, seguem alguns: “Ubi societas ibi ius” (“Onde está a sociedade, aí está o direito”); “direito é um conjunto de normas”; “direito é um ordenamento autoritário” etc.

Conexo a essa assertiva, Marx (2011, p.60), inclusive, argumentou que, na sociedade capitalista – modo de produção cuja especificidade reside no “capital” enquanto elemento dominante - não é possível conhecer a “renda da terra” sem conhecer a forma do capital, mas o contrário não seria verdadeiro. Em outra totalidade, como no período feudal, o exato oposto poderia ser o ponto de vista correto.

O exemplo acima pressupõe o entendimento de que a mesma abstração (como “capital” e “renda da terra”) pode implicar conceitos distintos. Pois, ao expressar conteúdos moldados por formas particulares, as categorias representam diferentes determinações. Há, por isso, um descompasso entre a história do conceito enquanto abstração do pensamento e o conceito enquanto representação de uma relação determinada. Por essa razão, a investigação deve proceder à luz das formas sociais em que tais conteúdos abstratos se concretizam em cada especificidade histórica. Para a Marx, no estudo da economia política capitalista, o importante é compreender como os conceitos produzidos pelo pensamento econômico (dinheiro, renda, trabalho etc) estão estruturados e significados dentro desta totalidade.

Em vista da ausência de necessária conexão e identidade entre o desenvolvimento dos conceitos – no caso, a história das categorias econômicas – e o das relações específicas que conformam a sociedade capitalista²⁵, Marx propôs, então, que a investigação sobre a economia política capitalista procedesse a uma *ressignificação dos conceitos* existentes a partir de um duplo movimento do pensamento: (i) *do abstrato ao concreto* e (ii) *do simples ao complexo*. Duplo movimento para apreender o conteúdo e a forma do fenômeno dentro de uma totalidade; isto é, dentro de determinado estágio da divisão social do trabalho; de determinado modo de produção.

²⁵ Em mais um exemplo dessa ausência de conexão, Marx apontou que o “trabalho” enquanto conceito abstrato de atividade humana universal (ou seja, “trabalho em geral”) não pode ser correlacionado ao conceito de “trabalho” na totalidade capitalista (a saber, ao trabalho enquanto mercadoria, sua forma específica). E assim concluiu: “Esse exemplo do trabalho mostra com clareza como as próprias categorias mais abstratas, apesar de sua validade para todas as épocas – justamente por causa de sua abstração -, na determinabilidade dessa própria abstração, são igualmente produto de relações históricas e têm sua plena validade só para essas relações e no interior delas” (MARX, 2011, p.58).

1.4.2. Duplo Movimento

Vimos até aqui que a análise marxista implica a perspectiva de que a realidade (o concreto) somente é apreendida mediada pelas representações do pensamento (os conceitos), existindo, ao invés de identidade, uma contradição entre ser e pensar, ou seja, uma unidade dialética. Nesse sentido, pode-se afirmar que o concreto resulta de uma produção do pensamento, ainda que a esta não se reduza. Ou seja, trata-se do processo do conhecimento *para apropriar o concreto, não podendo ser confundido como a gênese do próprio concreto*, tal qual tinha procedido Hegel, nas palavras de Marx (2011, pp.54-5):

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade. Por essa razão, o concreto aparece no pensamento como processo da síntese, como resultado, não como ponto de partida, não obstante seja o ponto de partida efetivo, e, em consequência, também o ponto de partida da intuição e da representação. Na primeira via, a representação plena foi volatilizada em uma determinação abstrata; na segunda, as determinações abstratas levam à reprodução do concreto por meio do pensamento. Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que sintetiza-se em si, aprofunda-se em si e movimenta-se a partir de si mesmo, enquanto o método de ascender do abstrato ao concreto é somente o modo do pensamento de apropriar-se do concreto, de reproduzi-lo como um concreto mental. Mas de forma alguma não é o processo de gênese do próprio concreto.

Como vimos, ainda, os conceitos, em sentido de “abstração geral”, nada explicam, já que não possuem significado fora das particularidades de cada totalidade, isto é, conteúdo sem forma social específica. Em face disto, a tarefa da ciência consiste justamente em sair do plano da aparência (da percepção imediata sobre o concreto, operada usualmente pelos conceitos em nível de abstração geral) e ir à essência (à percepção mediatizada por conceitos determinados em face das formas particulares).

Ir do abstrato ao concreto implica apreender as formas mais simples que conferem particularidade à totalidade em análise, pois somente assim possível reconstruí-la, de maneira logicamente ordenada, em suas múltiplas determinações, em sua complexidade.

Este duplo movimento foi explicado por Marx da seguinte maneira:

A população é uma abstração quando deixo de fora, por exemplo, as classes das quais é constituída. Essas classes, por sua vez, são uma palavra vazia se desconheço os elementos nos quais se baseiam. P. ex., trabalho assalariado, capital etc. Estes supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. O capital, p. ex., não é nada sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço etc. Por isso, se eu comesse pela população, esta seria uma representação caótica do todo e, por meio de uma determinação mais precisa, chegaria analiticamente a conceitos cada vez mais simples; do conceito representado [chegaria] a conceitos abstratos cada vez mais finos, até que tivesse chegado às determinações mais simples. Daí teria de dar início à viagem de retorno até que finalmente chegasse de novo à população, mas desta vez não como a representação caótica de um todo, mas como uma rica totalidade de muitas relações e determinações. (MARX, 2011, p.54).

Para representar por meio de conceitos ricos em determinações, e não de abstrações vazias, é necessário, portanto, investigar as relações mais simples que particularizam cada totalidade, para conferir ordenamento lógico ao todo aparentemente caótico.

Esse caminho metodológico, por sua vez, desdobra-se em precisa noção sobre o desenvolvimento das categorias do pensamento. Para Marx, ao passo que a mais simples possibilita compreender as mais complexas, a análise da forma historicamente mais desenvolvida serve de significante aos estágios precedentes, revelando o que, do ponto de vista daquele, ainda era embrionário neste. Na conhecida metáfora, “a anatomia do ser humano é uma chave para a anatomia do macaco” (MARX, 2011, p.58). Metáfora que expressa dupla compreensão: (i) a de que o concreto somente é apreensível em movimento, que, à luz das leis dialéticas, significa contínuo processo de conservação, eliminação e transformação das formas e conteúdos e (ii) a de que a representação do passado é sempre realizada à luz dos conceitos multideterminados do presente. Nas palavras de Marx:

A sociedade burguesa é a mais desenvolvida e diversificada organização histórica da produção. Por essa razão, as categorias que expressam suas relações e a compreensão de sua estrutura permitem simultaneamente compreender a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, com cujos escombros e elementos edificou-se,

parte, dos quais ainda carrega consigo como resíduos não superados, parte [que] nela se desenvolvem de meros indícios em significações plenas etc. (MARX, 2011, p.58).

A sociedade presente é, assim, o ponto de vista para o estudo da evolução histórica das formas anteriores, nunca o contrário, como procede o idealismo a-histórico. Ou seja, em relação às formas da sociedade capitalista, as formas passadas, as suas “formas antidiluvianas”, são significadas. Isso, contudo, alertou Marx, deve ser tomado “cum grano salis”, visto que não se pode perder de vista as diferenças históricas essenciais, sob pena de incorrer no mesmo erro dos economistas que veriam “a sociedade burguesa em todas as formas de sociedade” (MARX, 2011, p.58), não havendo teleologia na história.

Com estes fundamentos metodológicos, Marx avançou na investigação sobre as formas que dão especificidade à sociedade capitalista.

1.4.3. Estrutura e Superestrutura

No Prefácio de “*Para a Crítica da Economia Política*”, Marx sintetizou os resultados da sua investigação:

O resultado geral a que cheguei e que, uma vez obtido, serviu-me de fio condutor aos meus estudos, pode ser formulado em poucas palavras: na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a *estrutura* econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma *superestrutura* jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. (MARX, 1978, pp.129-130) (Grifos nossos).

Para demonstrar os resultados de suas investigações sobre a sociedade capitalista, Marx utilizou-se de outra conhecida metáfora arquitetônica (“estrutura” e “superestrutura”). Este par de conceitos expressa tanto a concatenação lógica das formas sociais (a determinação econômica em *última instância*) quanto o seu processo de diferenciação, o que significa

uma “autonomia relativa” entre as relações econômicas, políticas, jurídicas e as formas de consciência dentro da sociedade capitalista.

Como veremos, nessa perspectiva de totalidade, na qual os conceitos representam o ordenamento das formas dentro do capitalismo (em sua hierarquia e unidade dialética), inserem-se as contribuições de Pasukanis e Gramsci ao nosso estudo do direito.

Temos, agora, elementos para apresentar a diferenciação que Marx fez entre os métodos de *investigação* e o de *exposição*: as dimensões da análise marxista.

1.4.4. Investigação e Exposição

A *investigação* é justamente a análise do concreto (do todo caótico que é a síntese de múltiplas determinações), procurando desvendar a concatenação dos seus elementos dentro do processo histórico em que se situa. Ironicamente, Marx, no Posfácio da segunda edição de sua obra da maturidade, n’*O Capital*, afirmou que foi um dos seus críticos quem tinha descrito de maneira tão acertada o seu método. A passagem é didática:

Marx concebe o movimento social como um processo histórico-natural, regido por leis que não só são independentes da vontade, consciência e intenções (...). Se o elemento consciente desempenha papel tão subalterno na história da civilização, é evidente que a crítica tem por objeto a própria civilização está impossibilitada, mais do que qualquer outra, de ter como fundamento uma forma ou resultado da consciência. Ou seja, o que lhe pode servir de ponto de partida não é a ideia, mas unicamente o fenômeno externo. A crítica terá de limitar-se a cotejar e confrontar um fato não com a ideia, mas com outro fato. O que importa, para ela, é que se examinem ambos os fatos com a maior precisão possível e que estes constituam, uns em relação aos outros, diversas fases de desenvolvimento; mas importa-lhe, acima de tudo, que as séries de ordens, a sucessão e a concatenação em que estas se apresentam nas etapas de desenvolvimento sejam investigadas na mesma precisão. (KAUFMANN *apud* MARX, 2013, p.89).

Em suma, a investigação marxista pode ser entendida como a aplicação do materialismo histórico e dialético para a apreensão das relações em suas múltiplas determinações e

concatenações. Apreensão que, como vimos, requer duplo movimento do pensamento, ressignificando os conceitos em face das formas sociais particulares do modo de produção.

A *exposição*, por sua vez, resulta da ordenação lógica das determinações dentro de certa totalidade (como exposto na metáfora arquitetônica). N’*O Capital*, a exposição das formas obedece, por isso, o encadeamento categorial das formas mais simples às mais complexas, das mais abstratas às mais concretas. Por essa razão, a sua obra da maturidade não pode ser confundida com o ponto de partida das investigações, sendo, ao contrário, o ponto de chegada exposto em sua lógica.

Nesse sentido, para compreender a forma capital, Marx expôs o seu pressuposto lógico: a *forma mercadoria*. A mercadoria é a forma particular que se generaliza na sociedade capitalista, sendo o núcleo de gravitação por onde se desenvolvem o conjunto das relações de produção, a base sobre a qual se elevam as superestruturas (como o direito). Dada a importância que esta descoberta de Marx teve para Pasukanis e Gramsci, vejamos, de forma sucinta, o percurso da representação dessa totalidade.

1.4.4.1. Da Mercadoria ao Capital

N’*O Capital*, Marx expôs a lógica das categorias elementares constitutivas da sociedade capitalista. A sua apresentação começa a partir daquilo que chamou de “forma elementar da riqueza” desta sociedade: a mercadoria. Em outras palavras, inicia a exposição no nível mais abstrato, mais simples e elementar das formas sociais e, progressivamente, concatena-as logicamente no movimento de retorno ao concreto complexificado.

Pedagogicamente, pode-se entender que a mercadoria está para a sociedade na mesma medida em que a célula para o organismo. A analogia biológica, contudo, para por aí. Longe de configurar uma condição “natural”, trata-se, para Marx, de uma relação social e histórica, de uma forma específica que assume o trabalho humano. E a compreensão desta especificidade passa pela análise da forma elementar que articula a totalidade social: no caso, a mercadoria.

Em uma primeira aproximação, apresentou a mercadoria como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p.113). Ao portar utilidade, a mercadoria expressa *valor-de-uso*: determinação relacionada às propriedades sociais de sua materialidade. Trata-se de fator de distinção qualitativa entre as mercadorias existentes. Por exemplo, a diferença de utilidade entre o leite e o pão, entre casaco e linho etc.

Além do valor-de-uso, Marx expôs a segunda determinação que a mercadoria apresenta: o *valor-de-troca*. O valor-de-troca expressa uma relação de equivalência entre matérias qualitativamente distintas por meio de operadores quantitativos (em termos lógicos: *x de A vale y de B, sendo “x” e “y” os operadores quantitativos e “A” e “B” os operadores qualitativos*). Por exemplo: 2kg de pão valem 3cx de leite. Como se pode depreender, a mercadoria possui tantos valores-de-troca quantos tipos diferentes de mercadorias existirem: 1kg de pão vale 10 canetas; 2kg de feijão valem 1,5kg de açúcar etc.

Em síntese, pode-se afirmar que, do ponto de vista da mercadoria, nem todo valor-de-uso apresenta valor-de-troca e que, ao contrário, todo valor-de-troca pressupõe valor-de-uso. Disto resulta a compreensão de que é o valor-de-troca que *determina* a forma mercadoria enquanto tal.

Até este momento Marx reconstruiu as determinações já descobertas pela economia política clássica ao analisar a circulação das mercadorias. Contudo, diferentemente desta, Marx (2013, p.116) demonstrou que a troca entre mercadorias somente ocorre porque existe algo ao mesmo tempo comum e distinto de ambas: o *valor*. O valor seria o “espelho” pelo qual diferentes mercadorias podem ser comparadas, igualadas e cambiadas. Ou seja, é em relação ao valor que os valores-de-troca se quantificam. Essa operação, por sua vez, somente é possível porque as diferentes mercadorias têm algo em comum: a de resultarem do *trabalho*. E, assim, Marx iluminou o pressuposto da produção na circulação mercantil.

Enquanto trabalho, cada mercadoria apresenta duplo caráter: (i) o de resultar de *trabalho concreto*, específico (do padeiro, do leiteiro etc.); e (ii) o de expressar dispêndio humano de energia em geral; ou seja, de ser *trabalho abstrato*. Somente por pressupor essa determinação abstrata (uma “abstração-real”, visto que concretizada

cotidianamente nas operações do mercado), comum aos diferentes tipos de trabalho concreto contido em cada mercadoria, as mesmas conseguem ser comparadas e cambiadas.

A dimensão abstrata do trabalho é, portanto, o que determina a expressão do valor, que, como visto, determina o valor-de-troca e, conseqüentemente, a forma mercadoria enquanto tal. E, como demonstrou Marx (2013, p.117), a medida do valor de cada mercadoria representa justamente o *tempo socialmente necessário* para a sua produção. Medida que varia, por isso, com o grau de desenvolvimento das forças produtivas.

Aprofundando a análise das formas do valor nas relações de equivalência entre mercadorias, ou seja, sobre os valores-de-troca enquanto veículos do valor, Marx apresentou a gênese lógica da *forma dinheiro*. Partindo da mais simples relação entre mercadorias diferentes, Marx expôs os dois polos da expressão do valor: a *forma relativa* e a *forma equivalente*. Tomando a relação elementar “x de A vale y de B”, a forma relativa se refere ao termo cujo o valor é evidenciado pelo valor-de-uso de outra mercadoria (“x da A”), enquanto a forma equivalente consiste no termo que fornece o conteúdo material para evidenciar o valor da outra mercadoria (“y de B”).

Reside, por sua vez, na forma equivalente, o segredo da forma dinheiro. A forma dinheiro consiste justamente na mercadoria que assume socialmente a função de *equivalente geral*. Trata-se da mercadoria cujo valor-de-uso consiste em expressar os valores das demais mercadorias. Nesse sentido lógico, qualquer mercadoria pode ser capaz de assumir a forma dinheiro.

Ao avançar na análise sobre o equivalente geral, Marx apresenta as suas três determinações: (i) *Medida dos Valores / Padrão de Preços*; (ii) *Meio de Circulação*; (iii) *Dinheiro*. Em apertada síntese, as duas primeiras determinações expressam o aspecto monetário do equivalente geral, referindo-se às suas características enquanto *meio* ao circuito das trocas (M-D-M’). Na terceira determinação, a mercadoria que serve para medir o valor das outras assumiria existência “autônoma” à circulação das mercadorias: de *meio* passaria a ser *fim*²⁶.

²⁶ Nessa função, abre-se a possibilidade do dinheiro, inclusive, autonomizar-se da sua forma mercadoria. (PAULANI, 2011, p. 60).

Marx expôs a determinação *Dinheiro* a partir de duas outras: *entesouramento* e *meio de pagamento*. Enquanto a primeira se relaciona ao fenômeno típico dos primórdios da circulação mercantil, expressão caricata do fetiche pelo veículo material do representante da riqueza real²⁷, a segunda resulta do desenvolvimento histórico da circulação: o *crédito*.

Enquanto *crédito*, a realização das mercadorias se separa, temporalmente, da realização dos seus preços. O dinheiro não exerce aqui a função mediadora no processo de circulação entre mercadorias, as quais acontecem sem a sua materialidade. Em razão da promessa de pagamento, o vendedor e comprador passam a se relacionar enquanto credor e devedor. Ou seja, essa relação se desloca da esfera da circulação para a das *relações jurídicas*.

Assim, diferentemente do vendedor que transforma a mercadoria em dinheiro, o devedor vende a mercadorias para pagar o débito. Com essa relação cada vez mais generalizada, *ao mesmo tempo em que ela permite a expansão sem precedentes do circuito das trocas mercantis*, segundo Marx (2013, p.209), “a figura de valor da mercadoria, o dinheiro, torna-se, agora, o fim próprio da venda, e isso em virtude de uma necessidade social que deriva do próprio processo de circulação”²⁸.

Realizando um corte nesta despretensiosa exposição da mercadoria em Marx, importa salientar que não é o conteúdo do dinheiro que o determina enquanto tal. Em outras palavras, o veículo concreto da forma dinheiro pode ser “sal”, “ouro” ou “papel”, não sendo determinante para defini-lo enquanto forma social específica. O determinante é que o dinheiro expressa o princípio da equivalência entre as diferentes mercadorias: o valor.

²⁷ “Seja qualitativamente, seja segundo sua forma, o dinheiro é desprovido de limites, quer dizer, ele é o representante universal da riqueza material, pois pode ser imediatamente conversível em qualquer mercadoria. Ao mesmo tempo, porém, toda quantia de efetiva de dinheiro é quantitativamente limitada, sendo, por isso, apenas um meio de compra de eficácia limitada. Tal contradição entre a limitação quantitativa e a ilimitação qualitativa do dinheiro empurra constantemente o entesourador de volta ao trabalho de Sísifo da acumulação”. (MARX, 2013, p.206).

²⁸ Enquanto meio de pagamento, o curso do dinheiro tende a se “autonomizar” do curso de realização das mercadorias. Essa desconexão, base do sistema de crédito, possibilita que o dinheiro, com o modo de produção capitalista, adquira um valor-de-uso adicional: o de funcionar como capital. Nesta qualidade, Marx afirmou que o dinheiro se torna uma “mercadoria de gênero particular”: a *mercadoria-dinheiro*. Esta nova qualidade implica, ainda, uma específica relação de acumulação: a forma do *capital produtor de juros*. (MARX, 2008, p.451).

Com a consolidação social da forma dinheiro, as mercadorias passam a ser mediadas pelo dinheiro e pelas relações jurídicas que engendram ao funcionar como meio de pagamento. Se na aparência o dinheiro parece ter propriedades místicas, sendo um valor em si, na essência deste processo, diferentes trabalhos se relacionam enquanto parcelas de trabalho abstrato, enquanto tempo de dispêndio de trabalho socialmente necessário, cuja medida a forma dinheiro representa.

Como visto, Marx fez uma exposição lógica das categorias elementares da sociedade capitalista. A partir da análise da forma mais simples, desdobrou as diferentes determinações da mercadoria (valor, valor-de-uso, trabalho concreto, trabalho abstrato etc.) que são, ao mesmo tempo, os pressupostos das formas superiores, como a forma dinheiro. Este movimento categorial que vai do mais simples ao complexo é o fio condutor da sua obra, levando-o a expor a lógica da *forma capital* e as suas determinações.

A *forma capital* pode ser entendida como a relação mercantil onde a troca visa à transformação de um valor em um valor superior (em lógica: D-M-D'). Esse é o processo de transformação do dinheiro em capital: o intento de valorizar o valor. À medida que esse valor criado não se origina nas equivalências operadas na esfera da circulação - ainda que somente se realize nesta -, o emprego do dinheiro na condição de capital depende, assim, da aquisição de uma mercadoria que cria valor ao ser consumida: no caso, a mercadoria força de trabalho (MARX, 2013, pp.240-3). Trata-se de mercadoria *sui generis*, visto que o seu valor-de-uso para o capitalista consiste justamente em produzir valor acima do seu valor-de-troca (em outros termos, do seu salário). O capital é, assim, a relação de apropriação desse *mais-valor* por meio do contrato de trabalho.

1.4.4.2. Da Forma Jurídica à Hegemonia

Para a presente pesquisa, importa-nos destacar a seguinte conclusão a que chegou Marx: a de que a forma mercadoria somente pode se impor à totalidade das relações sociais, isto é, tornar-se a relação elementar e generalizada da sociedade, quando o trabalho, ou melhor, *quando o ser humano relaciona a sua capacidade de trabalho enquanto mercadoria*. Para tanto, diferentemente da escravidão, o sujeito desta

mercadoria-trabalho deve ser “livre” para poder dispor de sua “propriedade” e, com isso, participar das relações de troca (MARX, 2013, p.244).

A constituição do ser humano em uma mercadoria-trabalho, enquanto sujeito que se comporta como proprietário de si e, com isso, vende-se no mercado em troca do salário, não se deu por geração espontânea e/ou libertária, como faz parecer a idílica representação burguesa. Marx, ao contrário, demonstrou que transformar o ser humano em trabalhador, no sentido mercantil, resultou de um longo processo de desposamento do produtor direto dos meios de produção por meio da violência organizada da classe burguesa; capítulo da “assim chamada acumulação primitiva”:

O produtor direto, o trabalhador, só pôde dispor de sua pessoa depois que deixou de estar acorrentado à gleba e de ser servo ou vassalo de outra pessoa. Para converter-se em livre vendedor de força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde haja mercado para ela, ele tinha, além disso, de emancipar-se do jugo das corporações, de seus regulamentos relativos e aprendizes e oficiais e das prescrições restritivas do trabalho. Com isso, o movimento histórico que transforma produtores em trabalhadores assalariados aparece, por um lado, como a libertação desses trabalhadores da servidão e da coação corporativa, e esse é o único aspecto que existe para os nossos historiadores burgueses. Por outro lado, no entanto, esses recém-libertados só se convertem em vendedores de si mesmos depois que lhes terem sido roubados todos os seus meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhe ofereciam. E a história dessa expropriação está gravada nos anais da humanidade com traços de ferro e fogo. (MARX, 2013, pp.786-7)

Por refletirem dentro dessa ótica de totalidade, é possível aproximar as análises de Pasukanis e Gramsci, fornecendo ricas determinações sobre o direito enquanto momento do ser social na sociedade capitalista. A aproximação entre ambos, contudo, deve ser estabelecida em face das questões que à época influenciaram as suas reflexões, não havendo texto sem contexto.

CAPÍTULO 2 – TEXTO E CONTEXTO: AMBIENTE POLÍTICO-CULTURAL

Os grandes revolucionários foram sempre perseguidos durante a vida; a sua doutrina foi sempre alvo de ódio feroz, das mais furiosas campanhas de mentiras e difamação por parte das classes dominantes. Mas, depois de sua morte, tenta-se convertê-los em ídolos inofensivos, canonizá-los por assim dizer, cercar o seu nome de uma auréola de glória, para 'consolo' das classes oprimidas e para o seu ludíbrio, enquanto se castra a substância do seu ensinamento revolucionário, embotando-lhe o gume, aviltando-o.
(LENIN, 2010, p.27)

Algumas similaridades biográficas aproximam Antonio Gramsci de Eugeny Pasukanis. Ambos nasceram em 1891: o primeiro, italiano, nasceu na pequena cidade chamada Ales, no interior da Sardenha, enquanto o segundo, russo, nasceu na também pequena Staritsa, cidade localizada no extremo oeste da Rússia, próxima à Lituânia.

Meados dos anos 1910, ambos ingressaram na vida universitária e, nesse período, tiveram contatos com os movimentos políticos que agitavam a juventude: Gramsci, na Universidade de Turim, participou do movimento estudantil e se aproximou do Partido Socialista Italiano (PSI), enquanto Pasukanis, na Universidade de São Petesburgo, aproximou-se do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR) e da agremiação bolchevique. Nesse contexto de efervescência política e cultural, entraram em contato com o marxismo e suas variantes, aderindo progressivamente à vida militante (BESSA, 1989, p.xxi; CANDREVA;MAESTRI, 2007, p. 42; FIORI, 1979, pp.71-6; NAVES, 2009, pp.11-4).

A morte trágica no mesmo ano também é um aspecto que aproxima esses dois importantes personagens do marxismo no século XX. Gramsci e Pasukanis foram, cada qual à sua maneira, perseguidos, condenados, presos e mortos sob a custódia de regimes políticos autoritários.

Em 1926, Gramsci, já então um dos principais dirigentes do Partido Comunista da Itália (PCI), tendo sido um dos seus fundadores, foi vítima da repressão fascista do governo Mussolini. Mesmo sendo parlamentar eleito, foi perseguido, capturado e condenado a vinte anos de prisão pelo Estado do *Il Duce*. Nesse contexto de reclusão, elaborou as suas principais contribuições ao marxismo, gravadas em cadernos de anotações

escolares. Sofrendo as agruras da prisão, dos maus-tratos e do isolamento, Gramsci, de saúde frágil, não resistiu e morreu em 1937.

Pasukanis, que havia sido *Vice-Comissário do Povo* na gestão de Petr Stucka (ou Piotr Stutchka) após a vitória bolchevique, publicado importantes livros sobre o estudo do direito e reconhecido como um dos mais proeminentes juristas marxistas, padeceu com a ascensão do grupo de Stalin ao poder no Estado Soviético. Mesmo com as “autocríticas” (muitas delas forçadas pelo regime), suavizando argumentos que iam de encontro aos fundamentos da concepção do “socialismo em um só país”, Pasukanis não ficou incólume à onda de perseguição estalinista da década de 30 que atingiu muitos dirigentes políticos da oposição, tendo sido acusado de “inimigo do povo”, preso e morto também no ano de 1937.

Tais similaridades, ainda que trágicas, importam à medida que apontam para um contexto histórico comum de formação cultural e política, permitindo uma série de aproximações entre os autores.

As primeiras décadas do século XX foram extremamente turbulentas, em múltiplos sentidos: econômicos, políticos, culturais e militares. Assim, delimitar as linhas gerais desse momento da história mundial é crucial para historicizar o pensamento de Pasukanis e Gramsci.

A necessidade de historicizar esses autores não significa, por certo, sacralizar no passado as suas contribuições, como se produtos de outrora, “canonizando-os”. Ao contrário, trata-se de esforço para compreender com máximo de profundidade as reflexões desenvolvidas à luz do mundo em que viviam, pois era sobre as questões deste (daquele) mundo que buscavam enfrentar e resolver. Percorrer esse caminho é necessário para extrair a atualidade das questões suscitadas por esses autores, os quais tentaram, cada um a seu modo, compreender as engrenagens da sociedade capitalista para encontrar os caminhos da sua superação.

Apesar de contemporâneos no movimento comunista, que à época possuía uma expressiva rede de articulação internacional - o que propiciava um certo caráter de universalidade no debate marxista (ANDERSON, 2004, pp.113-114) -, bem como uma relativa proximidade temática entre as suas reflexões (no caso, o estudo das

superestruturas), na literatura mapeada não foi encontrado qualquer indício de que Gramsci e Pasukanis tenham entrado em contato em vida e/ou em obra.

Importante salientar, ainda, elementos do caráter “relativo” dessa proximidade temática: Pasukanis era jurista e, como tal, o centro da sua reflexão teórica foi o estudo do direito, enquanto que Gramsci, dirigente do PCI, teve como centro de sua reflexão as determinações da relação entre dirigentes e dirigidos - ou seja, é a partir da relação política que apresenta a sua percepção sobre o direito, bem como sobre as artes, as ciências e as demais esferas do ser social (COUTINHO, 2007, p.90). Essas diferenças de abordagens, decerto, implicam um conjunto de dificuldades para o proposto diálogo visando à construção de campo conceitual para o estudo das determinações e da dinâmica do direito na sociedade de classes.

Assim, para o proposto desafio, faz-se indispensável uma contextualização do momento em que viveram, demarcando as principais características do período (do fim do século XIX às primeiras décadas do século XX)²⁹. Como buscamos apontar, o pensamento desses autores foi profundamente marcado pelo caldo político-cultural das grandes transformações na dinâmica do capitalismo neste importante capítulo da história da humanidade.

2.1. As contradições do desenvolvimento capitalista

A partir da segunda metade do século XIX, o capitalismo escancarava fragilidades ao longo do seu processo de desenvolvimento, impulsionando modificações moleculares para garantir o seu domínio frente à ameaça, cada vez maior, do movimento operário e para superar as constantes crises econômicas que se abatiam sobre os principais mercados do mundo, afetando os lucros empresariais pela crescente concorrência mundial.

Do lado do capital, o craque da bolsa de Viena em 1873 prefigurou uma espiral sucessiva de crises nas mais importantes praças financeiras do mundo que durou até meados de 1895 (França em 82, EUA em 84, Grã-Bretanha em 90, por exemplo). Este

²⁹ Por certo, uma reconstrução histórica que vá além de linhas gerais foge ao escopo da presente pesquisa. Assim, a nossa contextualização se restringe à delimitação dos principais elementos (econômicos, políticos e culturais) que influenciaram, em alguma medida, a geração de marxistas da qual pertencem Pasukanis e Gramsci.

período econômico ficou conhecido como “A Grande Depressão” do século XIX. Nesta época, as crises apresentaram alguns traços em comum: (a) desvalorização das ações; (b) queda abrupta dos preços das mercadorias; (c) redução da produção; (d) onda de falências; (e) desemprego e redução de salários (BEAUD, 1991, pp.198-9).

Essa “Grande Depressão” também prefigurou o movimento (não sem resistências, como veremos) de declínio da supremacia do capitalismo britânico no mundo e a ascensão de novas potências. Para Giovanni Arrighi (1996, p.220), a “Grande Depressão” marca, inclusive, o primeiro momento daquilo que chamou de “Longo Século XX”: estágio particular do desenvolvimento da economia capitalista mundial caracterizado pela ascensão do sistema norte-americano e a derrocada do sistema britânico e a consequente financeirização desta economia.

Conformando esse período de crises, a economia inglesa experimentou a crescente concorrência da produção estrangeira, especialmente da estadunidense e da alemã. Para obter uma dimensão da competição, basta observar que a parte da produção inglesa na produção industrial mundial caiu de 32% em 1870 para 20% na virada do milênio, enquanto que a parte dos EUA passou de 23% para 30% e a parte da Alemanha passou de 13% para 17% na mesma época (BEAUD, 1991, p.205).

Do outro lado da luta de classes, a força de trabalho vivenciou uma expansão numérica sem precedentes. Já no fim do século XIX, o processo de assalariamento revelava sua inexorabilidade sob o modo de produção capitalista: na Grã-Bretanha, por exemplo, 80% da população ativa já eram assalariadas, tendo o número de trabalhadores passado de 5,7 milhões em 1881 para 8,6 milhões em 1911 (BEAUD, 1991, p.208).

Segundo Beaud (1991, p.209), nos quatro grandes países capitalistas do período (Grã-Bretanha, EUA, Alemanha e França), “as classes operárias representavam cerca de 30 milhões de homens e de mulheres; e no conjunto dos países envolvidos pela industrialização capitalista, em torno de 40 milhões”. Esse contingente de trabalhadores, por meio de sindicatos, associações e partidos, emergiu na cena política com força, alterando a dinâmica do poder político da burguesia.

Engels, em famoso (e polêmico) texto de 1895, refletiu como a derrota da “Comuna de Paris” e o desenvolvimento econômico e militar do Estado burguês impulsionaram novas formas de luta para o movimento de trabalhadores, que encontrou no sufrágio uma das suas principais armas para a revolução. Segundo a análise de Engels (2008, p.52), os revolucionários aprendiam, cada vez mais, a usar o sufrágio como ferramenta de propaganda política, fazendo da luta eleitoral (i) meio para entrar em contato com as massas e (ii) parâmetro de medição das próprias forças. Como notou, o Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) saltou de 550 mil votos em 1884 para, em 1890, a cifra de 1,787 milhão de votos.

Esta mudança na tática revolucionária – “um lento trabalho de propaganda e atividade parlamentar” – resultou, por um lado, da percepção da mudança na correlação de forças militares entre o exército e os revolucionários, por outro lado, expressou a compreensão de que a burguesia não aceita passivamente o crescimento eleitoral do partido operário, o que a impulsiona, cedo ou tarde, para o rompimento com a própria legalidade. Por isso, Engels (2008, pp.57-9), apontou que o desafio dos revolucionários consistia em ganhar a “massa do povo” - ou seja, não só o proletariado, mas também o campesinato - para contrabalancear a força reacionária da burguesia. Com esta análise, lançou a seguinte tarefa ao SPD: “manter ininterruptamente esse crescimento até que de si mesmo se torne mais forte que o sistema de governo atual, não desgastar em lutas de vanguarda essa força de choque que dia a dia se reforça, mas sim mantê-la intacta até o dia da decisão” (ENGELS, 2008, p.59).

Essa leitura do processo revolucionário conviveu e disputou nos partidos e organizações operárias com outras linhas políticas, por vezes menos radicais e subversivas, como veremos posteriormente, conformando um verdadeiro caleidoscópio de posições e ações no universo do movimento de trabalhadores. No entanto, o que importa ressaltar por agora é a importância crescente que os trabalhadores e as suas organizações adquiriram na cena política do período, ampliando as suas fileiras e enfrentando com maiores forças os interesses do capital.

Os grupos dominantes não ficaram inertes aos avanços das ações políticas dos operários, que, por meio da combinação da luta parlamentar com as lutas sindicais e manifestações de massa, conseguiam ampliar os seus quadros e conquistas e, com isso, desestabilizavam a ordem burguesa. Além da luta ideológica para escamotear o propagado

antagonismo “capital-trabalho”, que teve na encíclica *Rerum Novarum*³⁰, publicada pelo Papa Leão XIII em 1891, um dos mais importantes “cavalos-de-batalha” junto aos setores populares, a proliferação de leis sociais se apresentou como outra solução para estabilizar as relações de trabalho. Se para os trabalhadores as leis representavam uma conquista da luta, para os capitalistas esclarecidos não passavam de concessões para evitar a radicalização dos conflitos (BEAUD, 1991, p.215).

Lentamente e descoordenadamente, o chamado “Estado Liberal”, outrora “mínimo”, garantidor do funcionamento da “mão invisível do mercado”, sofreu mutações funcionais, incorporando no jogo político institucional os partidos operários e intervindo crescentemente na dinâmica econômica para atender (algumas) demandas do movimento de trabalhadores e, com isso, dirimir os conflitos entre as classes³¹. O quadro abaixo ilustra parte dessa expansão legislativa nas três principais economias da Europa:

³⁰ Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html>, acesso em 14 de abril de 2013.

³¹ A título de ilustração, segue balanço de importante dirigente do Partido Social-Democrata da Alemanha, Rosa Luxemburgo, sobre as greves operárias na primeira década do século XX, que, em polêmica contra Karl Kautsky, serviu de argumento para defesa da tática da greve de massas como mote da ação do partido à época: “En el año 1900 la huelga de masas de los mineiros de Pennsylvania que de acuerdo con el testimonio de los camaradas norteamericanos hiciera más por-la difusión de las ideas socialistas que diez años de agitación; en 1900 también huelga de masas de los mineiros en Austria; en 1902 huelga de masas de los mineiros en Francia; en 1902 huelga general en todas las ramas de la producción en Barcelona en apoyo de los obreros metalúrgicos en lucha; en 1902 huelga demostrativa de masas en Suecia por el derecho de sufragio universal e igualitario; en 1902 huelga de masas en Bélgica por el derecho de sufragio universal e igualitario; en 1902 huelga de masas de los trabajadores rurales en toda Galitzia oriental (más de 200.000) en defensa del derecho de asociación; en 1903 en enero y en abril dos huelgas de masas de los ferroviarios en Holanda; en 1904 huelga de masas de los ferroviarios en Hungría; en 1904 huelgas de masas demostrativas en Italia en protesta contra las matanzas de Cerdeña; en enero de 1905 huelga de masa de los mineiros en la región del Ruhr; en octubre de 1905 huelgas de masa demostrativas en Praga y sus alrededores (100.000 trabajadores) por el derecho de sufragio universal e igualitario para la Dieta de Bohemia; en octubre de 1905 huelga de masas demostrativa en Lemberg por el derecho de sufragio universal e igualitario para el consejo del imperio; en 1905 huelga de masas de los trabajadores rurales en Italia; en 1905 huelga de masas de los ferroviarios en Italia; en 1906 huelga de masas demostrativa en Trieste por el derecho de sufragio universal e igualitario para la dieta *que triunfó con la imposición de la reforma*; en 1906 huelga de masas de los trabajadores siderúrgicos en Wittkowitz (Moravia) en apoyo de 400 delegados despedidos en relación con la fiesta de mayo, exitosamente finalizada; en 1909 huelga de masas en Suecia en defensa del derecho de asociación; en 1909 huelga de los empleados postales en Francia; en octubre de 1909 huelga de masas demostrativas de todos los trabajadores de Trento y Roveretto en protesta contra la persecución política contra la socialdemocracia; en 1910 huelga de masas en Filadelfia en apoyo de los empleados de las empresas de tranvías en lucha por el derecho de asociación, y en este momento [1910] preparativos para la huelga de masas de los ferroviarios en Francia” (LUXEMBURGO, 1978, pp. 257-8).

Grã-Bretanha	Alemanha	França
1875-6: leis que autorizam as greves sem violência;	1883: leis sobre o seguro-doença;	1884: lei sobre liberdade de associação;
1908: lei sobre aposentadoria operária;	1884: leis sobre seguro de acidentes de trabalho;	1893: leis sobre higiene e segurança no trabalho;
1911: leis sobre seguro-desemprego e seguro-doença.	1889: lei sobre a aposentadoria aos 70 anos.	1905: leis sobre aposentadoria.

Fonte: (BEAUD, 1991, pp.213-14)

Frente a este cenário de acirramento da concorrência intercapitalista, de crises financeiras e de fortalecimento das organizações operárias, o capitalismo desenvolveu respostas aos problemas. Respostas que não solucionaram as contradições inerentes ao seu desenvolvimento propenso às crises, como entenderam alguns, mas que criaram mecanismos que propiciaram novo ciclo de acumulação de riquezas, colocando, assim, as contradições do capitalismo em novos patamares.

2.1.1 As Respostas: econômicas, políticas e militares

Em um período de crescentes instabilidades – contrariando as hipóteses da falência inevitável do sistema para alguns -, o capitalismo demonstrou força e capacidade de adaptação e de superação. Conjunto de soluções de ordem econômica, política e militar foi responsável pela retomada dos níveis de acumulação já no início do século XX.

No plano da economia, a introdução de novas técnicas organizacionais contribuiu para ampliar a produtividade e, com isso, diminuir o peso das conquistas do movimento operário (aumento de salários, redução da jornada de trabalho, entre outras) sobre o custo de reprodução das mercadorias. Com a criatividade empresarial, surgiram mecanismos diversos para estimular a produtividade e galgar competitividade no cenário de acirramento da concorrência, como os “salários-prêmios” e o sistema de participação nos lucros, entre outros (BEAUD, 1991, p.218). Nesse contexto, surgiu o *taylorismo* como expressão teórica das mudanças na dinâmica capitalista.

O taylorismo surgiu como uma “ciência” da organização da produção. Seu principal teórico foi Frederick Winslow Taylor³², que, fragmentando e classificando a fábrica em suas operações mais elementares, postulou métodos mais eficientes para evitar desperdícios nos movimentos de cada trabalhador. Com tal análise do processo produtivo, o método de Taylor consistiu em: (i) parcelar o processo laboral, (ii) delimitar as competências de elaboração e execução e (iii) estabelecer metas de produção para a fábrica. A disseminação do cronômetro para determinar o ritmo de trabalho reflete o imperativo taylorista na vida fabril, conferindo nova racionalidade à dinâmica produtiva³³.

Além dessas iniciativas, o período de crises inaugurou uma corrida por inovações tecnológicas (ANDERSON, 2004, p.28). A busca por novos produtos e/ou métodos de organização, produção e comercialização de bens e serviços e, por consequência, pela proteção jurídica contra as imitações, foram ações impulsionadas pelas forças capitalistas para galgar posições em um mercado cada vez mais dominado por poucas e grandes empresas. Para ilustrar: entre 1880 e 1887, 30.360 patentes foram concedidas na Grã-Bretanha; nos EUA, o número de patentes concedidas saltou de 13.917 em 1880 para 36.620 em 1907; na Alemanha, o número avançou de 8.784 patentes em 1900 para 13.080 em 1912 (BUKHARIN, 1972, p.30).

Por sua vez, foi no âmbito das relações entre as empresas e destas com o Estado que ocorreram as alterações mais fundamentais para instaurar a nova dinâmica capitalista. Como reação à queda dos lucros pelo acirramento da concorrência, expandiram-se as associações entre empresários por meio dos cartéis e as pressões por políticas nacionais protecionistas e de expansão comercial.

Nesse processo, as pequenas empresas, em sua ampla maioria, sucumbiram na competição econômica. As grandes empresas, cada vez mais associadas e fortalecidas

³² Henri Fayol foi um grande entusiasta das idéias de Taylor. Apesar de diferenças com o pensamento de Taylor, Fayol trouxe contribuições para o que se entende por “taylorismo”. Segundo estudiosa no tema, “há diferenças entre a proposta de Taylor e Fayol, pois esse último fragmenta o controle da atividade produtiva com vistas à eficiência, enquanto aquele concentra no topo da hierarquia marcada pelo princípio da separação dos poderes. Por isso, cada atividade produtiva está submetida a um chefe, sendo executada por um grupo restrito de trabalhadores para facilitar o controle e a coordenação” (SILVA, 2001, p. 22).

³³ Com a guerra e os consequentes imperativos de produção em massa, as técnicas tayloristas passaram a ser sistematicamente utilizadas pelos grandes empresários e Henry Ford foi o exemplo de maior sucesso. (ANTUNES, 1999, p. 37). A influência das concepções tayloristas transcendeu o universo capitalista, tendo sido, inclusive, referência aos esforços industrializantes da União Soviética (HOBSBAWM, 1996, pp. 381-4; LINHART, 1983, p. 104).

com instrumentos de crédito (bancos, sociedades por ações, entre outros) e pelas políticas protecionistas e expansionistas estatais, inclusive neocoloniais, diminuíram os espaços de sobrevivência para pequenos empreendimentos nos mercados. Assim, a formação de oligopólios pelas crescentes incorporações e fusões empresariais e a expansão do setor financeiro foram consequências da lógica do desenvolvimento do capitalismo em nível global.

Trata-se do complexo movimento de passagem do *capitalismo concorrencial* para o *capitalismo monopolista*. Como observou Beaud (1991, p. 223):

(- A partir da Grande Depressão) uma mutação fundamental do capitalismo: concentração e centralização do capital industrial, formação de trustes e monopólios nacionais e, indissociavelmente, mundialização da área de influência dos capitalismos dominantes, através do comércio e da exportação de capitais, da formação de grupos multinacionais, da colonização que conduz à partilha do mundo.

Na acirrada competição pelos mercados entre os poderosos oligopólios, avançaram as potências capitalistas que melhor conjugaram instrumentos econômicos, ações políticas e forças militares. Não por menos, as disputas intercapitalistas receberam progressivamente a forma de conflitos entre “nações”, “culturas” e/ou “raças” distintas, por exemplo. Foi a partir das contradições entre as classes, nacionais e internacionais, que se desenvolveu o processo crescente de integração dos mercados para garantir os níveis de acumulação das principais economias capitalistas.

2.2. A Autoimagem das Contradições

A articulação de medidas econômicas, políticas e militares serviu para recuperar os níveis de acumulação capitalista, ainda no início do século XX, impactando profundamente o ambiente político-cultural do período, resvalando, inclusive, no movimento socialista (ou “socialdemocrata”, como eram denominados à época). Chegamos, assim, ao principal deste panorama histórico: a reconstituição de importantes polêmicas do período que influenciaram a formação de marxistas como Pasukanis e Gramsci.

Cientes de que, assim como não se pode julgar um indivíduo pela idéia que ele faz de si, tampouco se deve julgar uma época pela sua autoimagem (MARX, 2003, p.4), a exposição de alguns debates promovidos por dirigentes políticos do campo marxista (campo crítico da “autoimagem” do período) não objetiva julgar a consistência dos argumentos levantados. Serve unicamente na medida em que nos auxilia na reconstrução, ainda que panorâmica, desse ambiente político-cultural. Tratam-se das polêmicas que versaram sobre (i) a atualidade do materialismo histórico e dialético, (ii) as tendências do desenvolvimento do capitalismo e (iii) a pertinência da revolução (tomada do poder político, do Estado) para alcançar o socialismo. Polêmicas sintetizadas no debate do *revisionismo* e do *imperialismo*.

2.2.1 Revisionismo: reformismo *versus* revolução

Com a morte de Marx e Engels, colocou-se o desafio, dentro do movimento socialista, de desenvolver as análises sobre a nova fase do capitalismo, em uma tentativa de responder às demandas da luta de classes no contexto distinto daquele vivenciado pelos fundadores do “materialismo histórico e dialético” ou “marxismo”. Surgiu, então, uma primeira geração de teóricos – dentre eles, Antonio Labriola na Itália, Karl Kautsky na Alemanha e Georgi Plekhanov na Rússia – que assumiu a tarefa editorial de publicar as obras de Marx e Engels nos seus países e de sistematizar as principais concepções desses pensadores (ANDERSON, 2004, pp.27-8).

Nesse contexto, cresceram também correntes de críticos que se propuseram a “revisar o marxismo”, apontando as suas insuficiências para explicar o atual (aquele) momento histórico e, com isso, postulando novas táticas políticas ao proletariado. Esse movimento ficou conhecido pela alcunha de *revisionismo*.

O revisionismo e as suas variantes foram duramente combatidos por uma segunda geração de marxistas – dentre eles, Vladimir Lenin na Rússia e Rosa Luxemburgo na Alemanha – que enfrentou os seus pressupostos teóricos, acusando-os de fundamentar posições reformistas, que implicavam, em suma, o abandono do horizonte revolucionário (ANDERSON, 2004, pp.33-4).

As disputas contra as ideias revisionistas e as posições reformistas demarcaram a principal linha de conflitos no interior do movimento socialista internacional no início do século XX, influenciando toda uma geração de marxistas formada no período, da qual se encontra Gramsci e Pasukanis. Vejamos duas importantes brochuras dessa época.

2.2.1.1 *Reforma ou Revolução?*

Rosa Luxemburgo (1871–1919), importante dirigente do movimento socialista polonês e alemão, publicou, em 1900, o texto *Reforma ou Revolução?* com o declarado objetivo de combater o revisionismo de Eduard Bernstein (1850-1932). Para ela, Bernstein era o melhor representante teórico das crescentes práticas oportunistas dentro do SPD, ao fundamentar uma *oposição* entre a luta por reformas e a luta pela revolução, sendo, por isso, necessário combater o seu pensamento (LUXEMBURGO, 1999, p.18).

Rosa Luxemburgo acusou Bernstein de defender a ideia de que o socialismo adviria não da tomada do poder político por parte do proletariado, em razão de uma crise política ou social, mas da progressiva melhoria da sua situação econômica e das vitórias institucionais do SPD no *Reichstag* (o parlamento alemão). Para fundamentar essa prática, Bernstein desenvolveria uma teoria sobre a capacidade de adaptação do capitalismo, sintetizada da seguinte maneira pela Rosa (1999, p.22):

A capacidade de adaptação do capitalismo manifesta-se, segundo Bernstein, em primeiro lugar no desaparecimento das crises gerais, graças ao desenvolvimento do sistema de crédito e das organizações patronais, das comunicações e dos serviços de informações; segundo, na tenacidade das classes médias, como consequência da diferenciação crescente dos ramos de produção, e da elevação de grandes camadas do proletariado ao nível da classe média; em terceiro lugar, enfim, na melhoria da situação econômica e política do proletariado, consequente à ação sindical.

Bernstein concluiria, então, que o próprio desenvolvimento capitalista criou as condições de supressão das crises no sistema, ao promover instrumentos de controle da produção e o melhoramento das condições de vida dos operários. O socialismo seria, então, uma

tendência que se realiza progressivamente com a expansão do capitalismo. Disso, resultaria o objetivo do SPD de fomentar (i) os mecanismos de controle social da produção pelas instituições e (ii) as lutas por melhorias econômicas dos trabalhadores, não havendo, assim, necessidade de insuflar revoluções. Sintetizando esta visão evolucionista e teleológica do capitalismo, a sua máxima: “o objetivo final, qualquer que seja, não me importa; o movimento é que é tudo” (BERNSTEIN *apud* LUXEMBURGO, 1999, p.18).

À luz de três contradições do desenvolvimento capitalista – (i) a anarquia crescente da economia; (ii) a socialização crescente da produção; e (iii) a crescente organização e consciência de classe do proletariado -, Rosa Luxemburgo polemizou com a teoria da adaptação de Bernstein.

Diferentemente de Bernstein, que veria no desenvolvimento do sistema de créditos e das organizações patronais, o mecanismo de supressão das crises capitalistas, Rosa destacou justamente o inverso.

Sobre o sistema de crédito, Rosa evidenciou as contradições geradas pelas suas duas funções principais no capitalismo: a de expandir a produção e a de facilitar as trocas comerciais. Ao viabilizar a produção de mercadorias além da capacidade de absorção do mercado, o crédito se apresenta mais como um dos elementos de formação das crises econômicas, do que instrumento de sua supressão (LUXEMBURGO, 1999, p.30).

Quanto às associações patronais, Rosa apontou que, mesmo sendo possível verificar a organização planejada de determinados setores da economia por meio de trustes, cartéis, sindicatos, entre outros, trata-se de forma produtiva voltada para eliminar a concorrência interna visando ao aumento dos lucros empresariais. Não se trata de forma que subverte as contradições - a anarquia - do capitalismo, mas, ao contrário, elevam-na a novos patamares. Como exemplificou, se no mercado interno a formação de monopólios diminuía a concorrência, agravava-se, por sua vez, a concorrência no mercado externo, aumentando o conflito entre empresas e seus respectivos Estados. Em suas próprias palavras:

[...] agravam as contradições entre o caráter internacional da economia capitalista mundial e o caráter nacional do Estado capitalista, porque se fazem sempre acompanhar de uma guerra geral de tarifas, aguçando assim

os antagonismos entre os diferentes Estados capitalistas.
(LUXEMBURGO, 1999, p.34).

Em conclusão, enquanto Bernstein via no desenvolvimento das associações patronais e do sistema de crédito a tendência para a paz entre os povos, para o socialismo, Rosa apontava para a tendência de uma guerra capitalista mundial (frise-se, isto já em 1900!).

Sobre a “tenacidade das classes médias”, Bernstein acusaria a teoria marxista de prever equivocadamente a eliminação das pequenas e médias empresas, reduzindo a sociedade a apenas dois grupos: a grande indústria e os trabalhadores. Em resposta, Rosa (1999, p.38) alertou para o erro antidualético de pensar a história das classes sociais como uma progressão retilínea. Para ela, todas as classes sociais se movimentam sobre contradições. No caso dos operários e dos setores médios, ambos são influenciados por duas tendências antagônicas, mas inter-relacionadas: uma *descendente* e outra *ascendente*. A primeira consiste na pressão que os grandes capitais exercem, por meio da elevação contínua da escala de produção, afastando os pequenos capitais da concorrência. A segunda é o movimento de depreciação periódica do capital existente e da expansão da produção capitalista em novos mercados. Analisando essa dinâmica, Rosa (1999, p.39) concluiu que: “das duas tendências que jogam com as classes médias capitalistas como uma bola, é, em última instância, a descendente que vence, ao contrário do que se dá no desenvolvimento da classe operária”. Por isso que, apesar de desempenharem historicamente o papel de impulsionar inovações no mercado, os pequenos empreendimentos têm, cada vez mais, uma vida breve em razão do progressivo aumento do custo para escalar a produção, sendo, periodicamente, incorporados pelas grandes empresas.

Portanto, enquanto Bernstein concluiria que a expansão dos setores médios sinalizava a marcha de democratização do mercado, Rosa denunciava a força das tendências contrárias, que ora contribuem para expandir os pequenos e médios empreendimentos, ora agem no sentido oposto, imperando, no entanto, a lógica concentradora do desenvolvimento capitalista.

Complementando a leitura da adaptação do capitalismo, Bernstein ressaltaria o crescente papel do sindicato no melhoramento das condições de vida dos operários e do Estado organizando a produção capitalista. Por essa razão, as reformas

sociais voltadas a ampliar a participação dos socialistas nas instituições estatais e a impulsionar a ação sindical seriam as únicas condições para a realização do socialismo. Contra estes argumentos, insere-se o núcleo da crítica de Rosa Luxemburgo a Bernstein e, por consequência, a esta política alcunhada de reformista.

Três são, para Rosa, os principais erros da análise de Bernstein sobre as condições necessárias para o socialismo.

O primeiro consiste em não compreender que a simples existência dos sindicatos, ao contrário do possa aparecer para o empresário individual, não implica o antagonismo ao modo de produção capitalista. Pelo contrário, os sindicatos cumprem o importante papel de realizar a lei capitalista dos salários, inferindo, por meio de sua atuação, na relação oferta e procura do custo da força de trabalho e garantido a sua reprodução enquanto mercadoria. Isso, como salientou Rosa (1999, p.42), mesmo servindo para melhorar ou proteger as condições econômicas do proletariado, a depender da conjuntura, não implica a supressão das relações de produção capitalistas. Por isso que *reduzir* a ação sindical à luta por reformas nas relações de trabalho (aumento de salários, redução da jornada de trabalho, entre outros), para Rosa, é atuar em conformidade com a exploração capitalista (LUXEMBURGO, 1999, p.44).

O segundo equívoco diz respeito à incompreensão do caráter do Estado burguês por parte da ala reformista que Bernstein representava. As reformas promovidas pelo Estado – legislação operária, políticas protecionistas, entre outras – não antagonizam com o capitalismo, mas, ao contrário, estruturam as relações sociais de modo a garantir a sua reprodução. Desse modo, tanto a *forma* quanto o *conteúdo* das instituições estatais são moldadas no interesse da classe dominante, ainda que em última instância. Com base nisso, sentenciou: “eis porque a ideia da conquista de uma maioria parlamentar aparece como cálculo que está inteiramente dentro do espírito de liberalismo burguês, preocupa-se unicamente com o aspecto formal, da democracia, sem ter em conta o seu conteúdo real” (LUXEMBURGO, 1999, p.56). Frente a isto, ressaltou a necessidade do “martelo da revolução”, da conquista do poder político por parte do proletariado, para transformar a forma e o conteúdo do Estado burguês.

Por último, a falsa *oposição* entre a luta por reformas e a luta pela revolução que a teoria de Bernstein lançaria ao SPD. Rosa (1999, p.62) apontou que é um erro crucial

acreditar que a perspectiva socialista surge automaticamente da luta operária. Mesmo sendo verdade que a luta sindical e a luta política contribuem para organizar o proletariado enquanto classe, isto não significa necessariamente na supressão do horizonte capitalista por parte desses mesmos atores.

Da análise do desenvolvimento histórico da burguesia, concluiu que o reforçamento progressivo da classe ascendente por meio de reformas somente teve sentido para viabilizar o seu apossamento do poder político, tirando-o das classes feudais (LUXEMBURGO, 1999, p.95). Por essa razão, reformas e revolução não devem ser vistos como métodos distintos de desenvolvimento histórico, mas como fatores na dinâmica da luta de classes, sendo que as primeiras atuam dentro do quadro delimitado pela segunda. Nos termos da autora:

Ao passo que a revolução é o ato de criação política da história, a legislação outra coisa não é que a expressão política da vida e da sociedade. Precisamente, o esforço pelas reformas não contém força motriz própria, independente da revolução; prossegue que em cada período histórico, somente na direção que lhe foi dado o impulso da última revolução, e enquanto esse impulso se faz sentir, ou mais concretamente falando, somente nos quadros da forma social criado pela última revolução. (LUXEMBURGO, 1999, p.96).

Dessa forma, Rosa (1999, p.96) sinalizou o erro de entender as reformas como uma revolução desdobrada no tempo, ou a revolução como uma reforma condensada. Pois, como visto, não se trata de uma distinção temporal, mas de conteúdo. Assim, concluiu que a propagada oposição entre reformas e revolução não significa escolhas de caminhos mais ou menos rápidos, mais ou menos seguros, mais ou menos violentos, mas, em verdade, em finalidades diferentes: “isto é, modificações superficiais na antiga sociedade, em vez da instauração de nova sociedade” (LUXEMBURGO, 1999, p.97). Com isto, procurou desnudar o caráter oportunista e antirrevolucionário da teoria de Bernstein e das práticas reformistas dentro do SPD.

2.2.1.2 *Que Fazer?*

Polemizando com os revisionistas no movimento socialdemocrata russo, aglutinadas principalmente no jornal *Rabótcheie Dielo*, Vladimir Lenin (1870-1924), militante do PSDOR, publicou, em 1902, a sua obra *Que Fazer?*³⁴.

Ao delimitar as diferenças entre a perspectiva socialdemocrata e as interpretações economicistas do desenvolvimento histórico, Lenin, nesse texto, propôs-se a estabelecer plano de trabalho para a vanguarda do movimento operário russo - o partido - construir e dirigir um processo revolucionário para derrotar o autoritário regime czarista.

De plano, buscou denunciar os interesses da corrente autodenominada “defensores da liberdade de crítica” que ganhava força no interior do PSDOR. Segundo Lenin (2006, p.110):

(...) a ‘liberdade de crítica’ é a liberdade da tendência oportunista na socialdemocracia, a liberdade de transformar a socialdemocracia num partido democrata reformista, a liberdade de introduzir no socialismo as ideias burguesas e os elementos burgueses.

Para o autor, trata-se da adesão de socialistas russos às teses revisionistas de Bernstein e às práticas oportunistas derivadas de sua teoria, precisando, por isso, combater tais correntes, alcunhas por Lenin de “economicistas”.

Segundo Lenin (2006, p.133), os porta-vozes da “liberdade de crítica” acusavam de dogmatismo as correntes do partido que se preocupavam com a construção de uma teoria revolucionária por, supostamente, menosprezar a espontaneidade das massas para o avanço do socialismo. Rebatendo esse argumento, Lenin afirmou que a história do desenvolvimento da luta operária não é a mesma da história da doutrina socialista, por isso, não existe conexão imediata entre luta das massas e a consciência revolucionária. De acordo com o autor:

A história de todos os países demonstra que, contando apenas com as próprias forças, a classe operária só está em condições de atingir uma

³⁴ Como explica o próprio Lenin (2006, p.91-2), a obra *Que Fazer?* consiste no desenvolvimento de argumentos expostos em artigo que escreveu em 1901, intitulado *Por onde começar?*, publicado em outro jornal do partido, o chamado *Iskra*.

consciência trade-unionista, isto é, a convicção de que é preciso agrupar-se em sindicatos, lutar contra patrões, reivindicar ao governo a promulgação desta ou daquela lei necessária aos operários etc. A doutrina socialista, ao contrário, nasceu das teorias filosóficas, históricas e econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, pelos intelectuais. (LENIN, 2006, p.135).

Assim, para Lenin, não se trata de menosprezar o elemento espontâneo da luta de classes, mas de agir sobre os seus limites. Esta incompreensão aproximava, paradoxalmente, a política economicista das ações terroristas, uma vez que ambas desprezam o papel da pedagogia revolucionária junto às massas (LENIN, 2006, p.188). Essas correntes não compreendiam o profundo significado da máxima: “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário” (LENIN, 2006, p.128).

A tarefa da socialdemocracia não consistia, então, em se reduzir ao nível de consciência espontânea das massas na luta econômica. Ainda que partisse dela, o desafio consistia justamente em elevar a consciência política da classe a novos patamares. Isso porque a luta corporativa não se confundia com a luta socialdemocrata. Para o autor, a consciência socialdemocrata vem *de fora*. Ou seja, “de fora” em duplo sentido: de fora da ideologia burguesa e, na medida em que a teoria revolucionária é fruto e consciência da divisão social do trabalho, de fora da classe operária. Em suas palavras:

A consciência política de classe ‘só’ pode ser levada ao operário ‘de fora’, isto é, de fora da luta econômica, de fora das esferas das relações entre operários e patrões. A única esfera em que esses conhecimentos podem ser encontrados é o das relações entre ‘todas’ as classes e estratos da população com o Estado e o governo, a esfera das relações de ‘todas’ as classes entre si. (LENIN, 2006, p.192)

Nesse sentido, desenvolveu a ideia de poder enquanto resultante de uma determinada relação entre classes, que seria dinâmica e conflituosa. Para o autor, a “verdadeira consciência de classe” é aquela que compreende as contradições dessas relações. O operariado precisa, por isso, transcender o horizonte estrito da luta corporativa e “observar ‘cada uma’ das outras classes sociais em ‘todas’ as manifestações da vida intelectual, moral e política” (LENIN, 2006, p.181).

Essa perspectiva relacional do poder implica uma ação partidária distinta da propagada pelas correntes criticadas por Lenin. Ao invés de reduzir a ação política às lutas econômicas no nível da fábrica, a vanguarda revolucionária do proletariado deve conhecer e intervir nas contradições que articulam a vida de todos os estratos da população. Para levar esse conhecimento aos operários, o PSDOR precisava formar “revolucionários profissionais”, cuja tarefa consistia em (i) ir a todas as classes sociais e (ii) destacar, cada vez mais, dos operários tais tipos de profissionais (LENIN, 2006, p.228).

Diferentemente da perspectiva acusada por ele de economicista, que apostava na “mudança de tática em 24h” caso irrompesse alguma crise, Lenin defendeu a construção de uma vanguarda revolucionária que não ficasse à mercê das mudanças abruptas na conjuntura. Opinião que já tinha sido exposta no artigo “Por onde começar?”³⁵:

(...) nenhum partido político pode, sem cair no aventureirismo, nortear sua ação pela oportunidade dessas explosões ou complicações. Nós temos de marchar no nosso caminho, realizar sem descanso o nosso trabalho sistemático, e, quanto menos contarmos com o inesperado, menor será o risco de sermos surpreendidos por alguma ‘guinada história’. (LENIN, 2006, p.104)

Analisando que a contradição central que articulava as distintas classes e estratos sociais, na Rússia da época, era entre o regime autoritário czarista e o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, Lenin defendeu que a luta pelas liberdades democráticas devia ser catalisada pela vanguarda do proletariado, e não pela burguesia. Em suas palavras:

Em nosso país não temos Parlamento, nem liberdade de reunião, mas sabemos, no entanto, organizar reuniões com os operários que querem ouvir um ‘socialdemocrata’. Da mesma forma, devemos saber organizar reuniões com os representantes de todas as classes da população que queriam ouvir um ‘democrata’. (LENIN, 2006, p.196).

Portanto, diferentemente das correntes criticadas, que, ao reduzirem a ação partidária à luta sindical colocavam o movimento socialista na retaguarda da burguesia, Lenin propôs

³⁵ Vide N.R. 34.

conjunto de medidas para tornar a vanguarda do proletariado – o partido - o dirigente do processo revolucionário na derrubada da autocracia czarista.

Em razão das duras condições da luta política naquele regime, a fórmula organizativa encontrada por Lenin (2006, p.245-6) foi a da construção de um partido restrito, estável e composto por militantes dedicados profissionalmente às tarefas revolucionárias (organização, agitação e planejamento estratégico). Conectado a esta perspectiva, Lenin concluiu defendendo a criação de um jornal nacional como tribuna para catalisar as demandas democráticas e socialdemocráticas do conjunto da população russa: uma das medidas concretas para o operariado russo “ir a todas as classes sociais”.

2.2.2 O Imperialismo em Debate

As inúmeras disputas com as correntes revisionistas tinham por pano de fundo as diferentes avaliações sobre as modificações na dinâmica do capitalismo. Como visto, para uma importante geração de marxistas, o revisionismo e suas variantes embasavam teoricamente as práticas reformistas dentro do movimento socialista. Os reformistas entendiam que a estabilidade vivenciada pelo capitalismo na fase monopolista possibilitaria a transformação socialista por meio dos instrumentos de organização do mercado pelas instituições e das melhorias nas condições de vida da classe trabalhadora. Nessa contenda, o debate sobre o *imperialismo* consistiu justamente em um dos pontos de divergência sobre esse momento do capitalismo, bem como sobre as suas consequências do ponto de vista econômico, político e militar.

Enquanto uns, focando no mercado interno das potências capitalistas, viam na estabilização das crises por meio da expansão das associações empresariais, sistema de crédito, dos trustes, dentre outros, e nas melhorias econômicas dos trabalhadores os germes da evolução ao socialismo, outra geração de marxistas, ampliando o horizonte da leitura do momento histórico e incorporando elementos da relação entre as empresas no mercado mundial – “a partilha do mundo” - apontou prognósticos distintos, embasando a necessidade e a atualidade da revolução para derrotar o capitalismo em sua fase imperialista.

O imperialismo foi analisado por importantes intelectuais marxistas à época como expressão da dominação do *capital financeiro* sobre as demais formas do capital.

Rudolf Hilferding (1877-1941) foi um dos pioneiros neste tipo de leitura (ANDERSON, 2004, p.31). Em 1910, publicou a obra *O Capital Financeiro*, exercendo grande influência nos debates do movimento socialista internacional a partir de então. Ao analisar a dinâmica da realização do valor em uma economia crescentemente oligopolizada, Hilferding (1997, p.29) sentenciou que:

Os traços mais característicos do capitalismo ‘moderno’ são constituídos pelos processos de concentração que aparecem, por um lado, na ‘abolição da livre-concorrência’, mediante a formação de cartéis e trustes, e, por outro lado, numa relação cada vez mais intrínseca entre o capital bancário e o capital industrial. É através dessa relação que o capital vai assumir a forma de capital financeiro.

Para Hilferding, o processo de concentração (oligopolização) e centralização do capital (interação entre os bancos e a indústria, por meio de S/As, fusões, trustes etc.) impulsionava, de um lado, a força de uma oligarquia financeira sobre as demais frações da burguesia cada vez mais subordinadas e associadas ao seu interesse, e, de outro lado, o movimento de expansão e integração dos mercados, elevando, assim, o território e o nível da disputa intercapitalista a patamares potencialmente explosivos. Esta era a dinâmica provocada pelo capitalismo dominado pela associação empresarial que fundara o capital financeiro.

Retomando a obra “O Capital” de Marx, Rosa Luxemburgo publicou, em 1913, o trabalho *A Acumulação de Capital*, onde desenvolveu seus estudos sobre o tema. Para Rosa (1970, p.393), o imperialismo representava a expressão política da lógica do processo de acumulação do capital, onde o impulso pela expansão dos mercados e pela internacionalização empresarial surgia como resposta à crônica tendência ao subconsumo das massas. Com essa chave buscou interpretar a movimentação internacional da época.

Ainda que não havendo consensos sobre as suas determinações, o importante destacar é que o prognóstico de acirramento dos conflitos entre as potências capitalistas pelos mercados tornou-se uma das principais questões do debate marxista. Em um período de cooptação intelectual às teses “raciais”, “nacionais” etc., como veremos no

próximo tópico, o debate sobre o imperialismo constituiu a mais sofisticada base teórica do movimento socialista para compreender o crescimento das políticas protecionistas e militares, cujo resultado mais dramático foi a 1ª Guerra Mundial (1914-1918).

Nessa toada, outro importante dirigente socialista, Nikolai Bukharin (1888-1938) escreveu, em 1915, a obra *O Imperialismo e a Economia Mundial*. Em sua brochura, o autor, já vivenciando as agruras da guerra, sentenciou o caráter da política expansionista e protecionista como derivada do capital financeiro:

Essa política do capital financeiro é o imperialismo. Tal política implica métodos violentos, que, para expansão de territórios, significa guerra. O inverso, contudo, não é verdadeiro; nem toda guerra ou toda incorporação de territórios pelo Estado implica uma política imperialista. O fator determinante é se a guerra expressa a política do capital financeiro.³⁶
(BUKHARIN, 1972, p.107) (Tradução Nossa)

Em diálogo crítico com as teorias do imperialismo e com as vertentes oportunistas e reformistas derivadas dessa literatura, Lenin, em 1916, escreveu a obra *O Imperialismo: fase superior do capitalismo*, sintetizando o debate precedente (tanto do campo socialista³⁷ quanto do campo dos economistas burgueses) sobre o tema e apresentando sua leitura sobre as características particulares dessa fase do capitalismo.

Em acordo com Hilferding, o processo de formação de monopólios era, para Lenin (2008, p.18-9), a chave para compreender a particularidade da fase do capitalismo vivenciada. No entanto, diferentemente deste, que formulou o conceito de *capital financeiro* para explicar o processo de unificação do capital bancário com o capital industrial, Lenin, ainda que de acordo com essa perspectiva histórica, utilizou-se do termo enquanto *uma nova modalidade de acumulação*, que tinha na exportação de capitais um dos seus principais instrumentos para criar uma rede internacional de dependências das demais esferas do capital aos interesses financeiros (LENIN, 2008, p.54).

³⁶ “This policy of financial capital is imperialism. Such a policy implies violent methods, for the expansion of the territory means war. The reverse, however, is not true; not every war or every increase in the state territory implies an imperialism policy. The determining factor is whether the war expresses the policy of financial capital”

³⁷ Apesar de anterior, a referida obra de Nikolai Bukharin somente foi publicada depois da de Lenin, o que explica, em parte, a ausência de maiores referências às contribuições de Bukharin para o tema. Importa ressaltar, no entanto, que a pesquisa de Bukharin foi estimulada e acompanhada por Lenin, não sendo por ele, portanto, totalmente desconhecida. (DEL ROIO, 2007, p.36).

Se, enquanto predominava a livre concorrência, o que caracterizava o capitalismo era a exportação de mercadorias, a fase monopolista tinha como particularidade justamente a exportação de capitais (LENIN, 2008, p.61). Este processo era resultante da própria situação monopolística, que, ao alcançar níveis elevados de acumulação, colocava a exportação de capitais para novos mercados como uma alternativa lucrativa ao excedente produzido.

À época, a exportação de capitais assumia formas variadas, como a fundação de bancos e sucursais nas colônias e zonas de influência, o financiamento à construção de linhas férreas, entre outros (LENIN, 2008, p.65-5). Esta tendência para a exportação de capitais tinha por consequência estimular o *parasitismo* no capitalismo: a tendência à estagnação nas atividades produtivas em razão da situação de monopólio e a ampliação da especulação financeira (LENIN, 2008, p.100).

Observando esta expansão internacional dos capitais em importantes setores da economia (petróleo, aço, minério, zinco, energia elétrica etc.), Lenin (2008, p.74) apontou para a formação de “supermonopólios”, desnudando, assim, a lógica conflituosa inerente à “partilha do mundo” nesta (naquela) fase do capitalismo:

Os capitalistas não partilham o mundo levados por uma particular perversidade, mas porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para obterem lucros; e repartem-no segundo o capital, segundo a força; qualquer outro processo de partilha é impossível no sistema da produção mercantil e do capitalismo. A força varia, por sua vez, de acordo com o desenvolvimento econômico e político.

Para Lenin (2008, p.81), era a lógica de acumulação do capital financeiro que diferenciava a política imperialista do período daquela vivenciada em outras épocas da história mundial. Sob esta lógica, o mundo estava dividido em dois grandes grupos de países conectados em uma cadeia de operações subordinadas à valorização do capital financeiro: (i) as potências capitalistas e (ii) as colônias (econômicas e/ou diplomáticas).

Tal processo de diferenciação entre países impulsionava também um processo de diferenciação ideológica no seio da própria classe trabalhadora. Trata-se da formação de camada do operariado beneficiado com elevações constantes no padrão de vida, o que era uma possibilidade inscrita nos quadros econômicos dos países imperialistas,

os quais, em razão das suas posições na rede de dependência internacional, podiam diluir esses custos nos mercados e países subordinados. Formava-se, então, uma espécie de “aristocracia operária” associada aos interesses da burguesia imperialista. Para Lenin (2008, p. 125) esta era a base social que fundamentava o reformismo e as práticas oportunistas no seio do movimento socialista internacional, cuja teoria do “ultra-imperialismo” de Karl Kautsky (já alcunhado de “renegado”) consistia na sua máxima expressão teórica. Por essa razão, concluiu que a combate ao imperialismo se coadunava com o combate à degenerescência teórica e política do reformismo capitaneada por dirigentes socialistas da época.

2.2.3 Entre a Paz Perpétua e o Internacionalismo Proletário

O processo de expansão dos oligopólios no mercado internacional, que resultou em um poderoso ciclo de acumulação capitalista, retirando-o da Grande Depressão do século XIX, foi acompanhado por modificações no pensamento burguês, cujo centro irradiador era a intelectualidade européia.

Em razão dos papéis desempenhados pelo Estado no contexto do capitalismo monopolista, observou-se, por exemplo, um crescente divórcio entre os ideais do liberalismo político e do liberalismo econômico. As diferentes percepções sobre as relações entre Estado e mercado (protecionismos, associativismo, expansionismo etc.), sobre as relações de dominação entre diferentes países (protetorados, colônias, zonas de influência etc.) e sobre a incorporação do movimento operário como ator nas instituições estatais (partidos, sindicatos, leis sociais etc.), fundamentaram amplo debate na cultura filosófico-jurídica e filosófico-política da época. Para uma gama do pensamento de matriz liberal, este debate ficou conhecido pela fórmula da “crise do Estado”, conforme explica historiador do período:

Na Itália, foram Vittorio Emanuele Orlando e seus alunos Oreste Ranelletti e Santi Romano os que empreenderam uma reflexão sobre o tema. A conferência de Romano, “O Estado e sua crise”, de 1910, constitui sob muitos aspectos o ponto de partida. Em seguida, seriam sobretudo os nacionalistas, Alfredo Rocco à frente, quem daria ao tema uma relevância plenamente política. Na França, não poucos (entre outros, Léon Duguit,

Adolphe Prins, Guillaume de Greef, Charles Benoist e Paul Boncour), já desde o fim do século precedente anunciaram a “morte do Estado” ou, pelo menos, da sua forma liberal (...). Na Alemanha, a questão da crise do ordenamento estatal - e em particular da representação – estava no centro de todos os projetos de reforma dos institutos parlamentares liberais; assim, não casualmente tanto Weber quanto Kelsen nisso se detiveram longamente e com particular atenção. (GAGLIARDI, 2010, pp.253-4)

Convergente ao debate da “crise do Estado”, observou-se o fortalecimento das concepções de supremacia racial, religiosa e/ou nacional, legitimando e impulsionando as ofensivas imperialistas (BEAUD, 1991, p.231). Este caldo cultural de exaltação às supostas características superiores de uma sociedade, justificando a superioridade e a “missão civilizatória” de uns sobre outros, espalhou-se pelo tecido social atingindo diversos polos de produção intelectual, afetando os ideais internacionalistas.

Com o acirramento dos conflitos, o ideário liberal da “Paz Perpétua” e seus congêneres se revelava cada dia mais distante. O sonho da construção de uma comunidade cosmopolita sob o capitalismo era negada pelos fatos: de conflitos diplomáticos às ofensivas militares. Assim, interpretações chauvinistas, xenofóbicas, racista etc., ganharam terreno fértil, sendo vocalizadas e desenvolvidas por um expressivo conjunto de intelectuais e políticos burgueses: William Lecky na Inglaterra, Herbert Hoover nos Estados Unidos, Oswald Spengler na Alemanha e Benedetto Croce na Itália são alguns dos exemplos (LOSURDO, 2006, p. 44-7).

Se no campo do liberalismo político a *débâcle* da utopia de uma comunidade humana baseada nos “imperativos categóricos” era evidente, palavras de ordem como “defesa nacional”, “defesa da República e da Revolução” etc., naquele contexto em oposição ao ideário do “Internacionalismo Proletário”, começou também a ganhar terreno dentro dos partidos socialistas. Neste período, a *II Internacional Socialista*³⁸ vivenciou momentos de extrema radicalização entre suas frações internas, cujo debate em torno do revisionismo era uma de suas expressões teóricas e cuja contenda sobre o papel dos socialistas frente às ofensivas militares de seus países representou a sangria derradeira desta organização.

³⁸ II Internacional Socialista: organização internacional dos partidos operários e trabalhistas criada em 1889. Foi o principal polo de articulação dos dirigentes socialistas até a criação do “Comintern” (III Internacional), em 1919.

De um lado, destacados dirigentes socialistas, com os mais variados argumentos, aderiram e proclamaram o apoio às ofensivas militares de seus países. De outro lado, dirigentes que fizeram oposição à guerra, propondo a denúncia e o boicote às investidas militares das burguesias nacionais. Neste campo, enquadram-se, por exemplo, Lenin, Trotsky, Bukharin e Rosa Luxemburgo, os quais, além de desnudarem o caráter burguês da guerra em curso (a 1ª Guerra Mundial), combateram duramente as posições de defesa e de neutralidade frente ao conflito e impulsionaram o rompimento com as correntes reformistas dentro dos partidos e organizações operárias (ANDERSON, 2006, p.35).

A Revolução na Rússia, em 1917, selou, na prática, a cisão teórica dentro do movimento socialista internacional. Abriu novo campo de formulação marxista, que teve por epicentro a liderança dos revolucionários bolcheviques, especialmente a de Lenin. Neste contexto de transformações e de euforia revolucionária, a *III Internacional* foi, em 1919, construída para ser a nova organização internacional dos partidos operários; identificados, a partir de então, pela simbologia do *comunismo*.

2.3. A Maré da Revolução: da onda vermelha à onda negra

A vitória épica dos bolcheviques na Rússia forneceu nova esperança aos revolucionários do mundo inteiro. Vista como uma trincheira avançada da “revolução proletária mundial”, os principais dirigentes entendiam que a sorte da ação bolchevique na Rússia, um país economicamente atrasado e destruído pela guerra, dependia do avanço da onda revolucionária socialista no território das principais potências capitalistas (LENIN, 2010, p.20-1; TROTSKY, 2007, p.64-5).

Por um breve período, a “onda vermelha”³⁹ parecia triunfar no velho continente. Entretanto, a rápida desestruturação da República Soviética da Hungria (março a agosto de 1919), as temperes na República de Weimar (1919-1933) e a derrota das greves operárias na Itália no chamado “biênio vermelho” (1919-1920)⁴⁰ exemplificam as

³⁹ O termo “vermelha” alude à principal cor da simbologia comunista e socialista. Importa destacar também que o vermelho integrava os símbolos anarquistas – corrente revolucionária muito influente no século XIX, mas que, progressivamente, perdeu importância junto aos movimentos operários a partir do século XX.

⁴⁰ Neste período, Gramsci, ainda no PSI, despontou na intensa atividade política junto ao movimento operário italiano, sendo a principal liderança empenhada na construção dos “Conselhos de Fábrica”, enfrentando, nesse processo, a oposição das alas reformistas do partido.

dificuldades enfrentadas pelas correntes revolucionárias do movimento operário para avançarem na luta anticapitalista.

As dificuldades eram de várias ordens. Destaquemos que a revolução bolchevique impulsionou o fracionamento definitivo das fileiras dentro dos partidos socialistas europeus, o que, em certa medida, reduziu a capacidade de ação unitária na luta contra as forças capitalistas. Não à toa, a criação da III Internacional surgiu como uma tentativa de conferir maior unidade teórica e prática às organizações revolucionárias, as quais, aderindo às “21 condições”⁴¹ passavam a integrar a fração comunista da vanguarda operária⁴².

Além das disputas entre as organizações partidárias – clivadas entre as agremiações internacionais - no contexto de refluxo do movimento operário, importa destacar que as organizações burguesas foram (como nunca deixaram de ser) atores

⁴¹ “1) toda propaganda e agitação cotidiana devem ter caráter efetivamente comunista e dirigida por comunistas; 2) toda organização desejosa de aderir à IC deve afastar de suas posições os dirigentes comprometidos com o reformismo; 3) em quase todos os países da Europa e da América, a luta de classes se mantém no período de guerra civil. Os comunistas não podem, nessas condições, se fiar na legalidade burguesa. É de seu dever criar, em todo lugar, paralelamente à organização legal, um organismo clandestino; 4) o dever de propagar as idéias comunistas implica a necessidade absoluta de conduzir uma propaganda e uma agitação sistemática e perseverante entre as tropas; 5) uma agitação racional e sistemática no campo é necessária; 6) todo partido desejoso de pertencer à IC tem por dever não só o de denunciar o social-patriotismo como o seu social-pacifismo, hipócrita e falso; 7) todos os partidos desejosos de pertencer à IC devem romper completamente com o reformismo e a política do centro. A IC exige, imperativamente e sem discussão, essa ruptura, que deve ser feita no mais breve de tempo; 8) nas colônias, os partidos devem ter uma linha de conduta particularmente clara e nítida; 9) todo partido desejoso de pertencer à IC deve realizar uma propaganda perseverante e sistemática nos sindicatos, cooperativas e outras organizações das massas operárias; 10) todo partido pertencente à IC tem o dever de combater com energia e tenacidade a Internacional do sindicatos amarelos de Amsterdã; 11) todos os partidos desejosos de pertencer à IC devem rever a composição de suas frações parlamentares; 12) os partidos pertencentes à IC devem ser construídos com base no princípio do centralismo democrático; 13) os partidos comunistas, onde são legais, devem ser depurados periodicamente para afastar os elementos pequeno-burgueses; 14) os partidos desejosos de entrar na IC devem sustentar, sem reservas, todas as repúblicas soviéticas nas suas lutas com a contra-revolução; os partidos que ainda conservam os antigos programas socialdemocratas têm o dever de revê-los e, sem demora, elaborar um novo programa comunista adaptado às condições especiais de seu país e no espírito da IC; 16) todas as decisões do Congresso da IC e de seu Comitê Executivo são obrigatórias para todos os partidos filiados à IC; 17) todos os partidos aderentes à IC devem modificar o nome e se intitular “Partido Comunista”. A mudança não é simples formalidade e, sim, de uma importância política considerável, para distingui-los dos partidos socialdemocratas ou socialistas, que venderam a bandeira da classe operária; 18) todos os órgãos dirigentes e da imprensa do partido são importados do Comitê Executivo da IC; 19) todos os partidos pertencentes à IC são obrigados a se reunir, quatro meses após o II congresso da IC, para opinar sobre essas 21 condições; 20) os partidos que quiserem aderir, mas que não mudaram radicalmente a sua antiga tática, devem preliminarmente cuidar para que 2/3 dos membros de seu comitê central e das instituições centrais sejam compostos de camaradas que, antes do II Congresso, tenham se pronunciado pela adesão do partido à IC; 21) os aderentes partidários que rejeitam as condições e as teses da IC devem ser excluídos do partido. O mesmo deve se dar com os delegados ao Congresso Extraordinário.” (CARONE, 2003).

⁴² Na feliz expressão de Lincoln Secco, os membros dos partidos comunistas se viam como integrantes do “exército mundial da revolução”. (SECCO, 2008, p.68)

igualmente ativos no processo de lutas, demonstrando capacidade de reação para sustentar as suas posições de supremacia na luta de classes.

Ao passo que a guerra mundial e as consequentes agruras sociais abriram brechas para a expansão da ideologia comunista junto aos setores populares, a maciça destruição das forças produtivas provocada pelos conflitos bélicos da 1ª Guerra Mundial, especialmente no território europeu, implicou também em uma nova oportunidade de negócios para as grandes empresas capitalistas. A demanda por estradas, pontes, casas, prédios, máquinas, entre outros bens e serviços, serviu como verdadeiro indutor ao desenvolvimento econômico no período do pós-guerra, a qual foi especialmente aproveitada pelos oligopólios estadunidenses, ampliando a sua superioridade sobre o capital britânico.

Frente à ameaça vermelha, de um lado, e da concorrência empresarial internacional, de outro, os tradicionais partidos europeus tiveram dificuldades para responder aos desafios colocados às suas burguesias economicamente enfraquecidas e politicamente abaladas. Foi neste contexto que a maré revolucionária enfrentou a ressaca da “onda negra”⁴³ dos fascismos em importantes países do velho continente, cujo objetivo era reerguer a economia aos patamares dignos da ideologia (fortemente anticomunista) propagada por suas lideranças, agariando, para isso, o apoio da grande burguesia local e disputando a ideologia no seio do próprio movimento operário.

A derrota da “revolução proletária mundial”, a ofensiva capitalista em suas duas frentes principais - a estadunidense e a onda fascista -, a desagregação do movimento operário entre diversas ideologias e práticas (socialistas, comunistas, anarquistas, fascistas e variantes), os bloqueios e ataques (econômicos, políticos e militares) à experiência soviética e as disputas dentro do grupo dirigente bolchevique com a morte de Lenin em 1924, consituíram as linhas gerais do momento em que Pasukanis e Gramsci amadureceram na cena política e jurídica.

Este quadro de derrotas para o movimento comunista - agravado pelas necessidades de estabilização e desenvolvimento das forças produtivas soviéticas para atender as demandas da sua população – ajuda, inclusive, a compreender as bases que

⁴³ O termo “negra” se refere à cor preta comum às simbologias fascistas. Na Itália, por exemplo, as milícias de Mussolini utilizavam uniforme de cor preta, ficando conhecidas como “camisas negras”. Na Alemanha, a cor preta da suástica simbolizava a supremacia da raça ariana sobre as demais.

viabilizaram as mudanças ideológicas e política no seio das lideranças bolcheviques. Se outrora a sorte do Estado Soviético era vista como dependente da revolução proletária mundial, esta foi que passou a ser vista como dependente daquela. A ascensão da teoria do “socialismo em um só país”, vocalizada por Stalin, sintetizou esse agonizante processo de modificações na ideologia e composição das lideranças soviéticas.

A contenda no grupo dirigente bolchevique que se abriu entre dois blocos principais - o grupo liderado por Stalin, de um lado, e o grupo liderado por Trotsky, de outro - resvalou no conjunto dos partidos comunistas. A expulsão da fração trotskysta e o clima de perseguição e de patrulhamento ideológico crescentemente instaurado deixou pouco espaço para qualquer reflexão crítica que distoasse das concepções do grupo dominante.

Do ponto de vista teórico, este foi o período, inclusive, da edificação do chamado “marxismo oficial” (conhecido também como “marxismo-soviético” ou “marxismo-leninismo”).

Se a obra *Manual Popular de Sociologia Marxista*, de Bukharin, em 1921, representou o marco inicial do esforço de construção de unidade entre diferentes partidos do Comintern, impulsionando, com isso, vivas polêmicas e críticas⁴⁴, a publicação da obra *Sobre o Materialismo Dialético e Materialismo Histórico*, de Stalin, em 1938, e o silêncio que a sucedeu, representou, por sua vez, a consolidação da subordinação teórica do marxismo aos imperativos soviéticos, tornando-se uma doutrina de Estado (ANDERSON, 2004, pp.40-1; BIANCHI, 2003, p.182).

No plano político, o estado de desagregação das forças revolucionárias e as mudanças na política do Comintern, que, nos decênios dos anos 20 e 30, passou das divergências de interpretação sobre a fórmula leninista da “frente única” (DEL ROIO, 2005, p.178) para a política conhecida como “classe contra classe” promovida por Stalin, ajudam a compreender a fraqueza do movimento comunista no advento da “Crise de 1929” e do ciclo economicamente depressivo que se seguiu. Sobre isto, sintetizou Hobsbawm (1996, p.108):

⁴⁴ Polêmicas e críticas tanto no interior da URSS - como a contenda entre Bukharin e Deborin - quanto fora dela, como as análises de Luckács. Cabe destacar, ainda, que, no cárcere, Gramsci escreveu duras críticas ao texto de Bukharin.

Longe de iniciar outra rodada de revoluções sociais, como esperara a Internacional Comunista, a Depressão reduziu o movimento comunista fora da União Soviética a um estado de fraqueza sem precedentes. Isso se deveu, em certa medida, à política suicida do Comintern, que não apenas subestimou grandemente o perigo do nacional-socialismo na Alemanha, como seguiu uma linha de isolamento sectário que parece incrível em retrospecto, decidindo que seu principal inimigo era o trabalhismo de massa organizado dos partidos social-democratas e trabalhistas (descritos como ‘social-fascistas’).

As agruras desse processo contribuíram para o isolamento político de Gramsci e de Pasukanis. Se o primeiro, já no cárcere fascista, era visto com desconfiança por companheiros do PCI em razão das suas posições heterodoxas frente ao conflito aberto no interior do grupo bolchevique⁴⁵, a teoria do segundo, que concluía pela necessidade de definimento do direito, não era igualmente bem-vista no contexto em que a clássica tese comunista da destruição do Estado estava sendo submetida aos imperativos de reforçamento dos aparelhos estatais.

Portanto, em apertada síntese, podemos afirmar que as questões derivadas do imperialismo, da necessidade da revolução proletária mundial e do papel do Estado Soviético em um momento de refluxo e derrotas do movimento comunista influenciaram tanto o pensamento de Gramsci e de Pasukanis quanto os seus trágicos destinos. Eis o contexto do seus textos.

⁴⁵ Frente à contenda entre o grupo de Stalin e o de Trotsky, Gramsci escreveu uma carta criticando duramente o conflito e ressaltando a importância da unidade dentro do grupo dirigente bolchevique. No entanto, esta carta foi retida por Palmiro Togliatti, não entregando-a aos dirigentes soviéticos. Fato que alimentou uma forte discussão entre ambos. (GRAMSCI, 2004a, pp. 383-402).

CAPÍTULO 3 – DIREITO E FORMA JURÍDICA: A ANÁLISE DE PASUKANIS

A crítica da ciência do direito burguês do ponto de vista do socialismo deve mirar-se no exemplo de crítica da economia política burguesa, tal qual Marx nos legou. Desta forma, tal crítica deve se colocar, antes de tudo, no terreno do inimigo, isto é, ela não deve descartar as generalizações e abstrações que foram elaboradas pelos juristas burgueses, partindo das necessidades de seu tempo e de sua classe, mas analisar estas categorias abstratas e pôr em evidência o seu verdadeiro significado, em outros termos, descobrir os condicionamentos teóricos da forma jurídica.
(PASUKANIS, 1989, p.29)

Com a “Revolução de Outubro”, os dirigentes russos se depararam imediatamente com um duplo desafio. De um lado, defenderem a revolução dos ataques das forças inimigas, internas e externas, que utilizavam diversos mecanismos para interromper as transformações: boicotes, bloqueios comerciais, terrorismo, propagandas etc. De outro lado, atenderem às demandas de uma população arrasada pelas agruras da guerra e da carestia. Antes de glórias, foi um período de intensa instabilidade: verdadeira guerra civil.

Para os comunistas, que tinham em Lenin a principal liderança, a revolução proletária mundial era a chave para superar os conflitos na Rússia. A esperança de sua realização no curto prazo foi, por um breve lapso, alimentada pela onda de agitações que se alastrou na Europa. Acontece que, com as derrotas nos “fronts” do velho continente, a recomposição e a ofensiva das forças capitalistas, a marcha mundial ao comunismo se apresentaria mais lenta que a desejada pelos revolucionários.

Neste refluxo, em 1921, Lenin organizou a chamada NEP (Nova Política Econômica) com a finalidade de suprir as demandas da população e dirimir a desagregação da aliança operário-camponesa que sustentava o então poder político bolchevique. Para ele, esta política econômica seria uma espécie de recuo tático: utilização de relações de produção capitalistas para desenvolver as forças produtivas e garantir, com isso, a unidade social e política necessária para uma posterior ofensiva revolucionária. Esta perspectiva, decerto, não foi unânime, tendo sido foco de importantes disputas dentro do grupo dirigente, agravadas, especialmente, com a sua morte em 1924.

Para a presente pesquisa, o importante a ressaltar é que foi no contexto da NEP que o jurista Pasukanis ocupou cargos relevantes no Estado Soviético, chegando a alcançar o prestigiado posto de *Vice-Comissário do Povo para Justiça*⁴⁶ e ter sido membro do *Instituto de Construção Soviética da Academia Comunista* – importante núcleo de elaboração do pensamento marxista no país (NAVES, 2009, p.13-4). Foi neste período também que elaborou série de textos e resenhas críticas sobre as teorias jurídicas que dominavam o estudo do direito⁴⁷. Trata-se do “período clássico da teoria marxista do Direito”, conforme classificação de Antonio Carlos Wolkmer (2006, pp.168-9):

O levantamento histórico das principais correntes marxistas do Direito desenvolvidas na antiga URSS, no período que se sucede à Revolução de Outubro até o final da ‘era estalinista’, permite visualizar dois períodos claramente definidos: o período clássico da teoria marxista do Direito; o período do soviétismo-estalinista do Direito.

Este “período clássico” foi marcado por duas tendências potencialmente conflituosas, afetando sobremaneira a práxis dos juristas à época: de um lado, os esforços de destruição dos aparelhos estatais de dominação (no caso, a legislação e as instituições judiciais) e, de outro lado, os imperativos de reforço do papel do Estado para coordenar e executar a política econômica em curso.

No bojo deste complexo processo histórico, em 1924, Pasukanis publicou aquela que veio a ser conhecida como a sua principal (e também mais polêmica) obra: *A Teoria Geral do Direito e o Marxismo* (TGDM). O impacto deste livro pode ser mensurado pelas suas sucessivas reedições, reimpressões, resenhas e traduções ainda nos anos 20, bem como pelos elogios e críticas recebidos:

(...) já em 1926 sai a 2ª edição, seguida por uma 3ª em 1927, a qual teve duas reimpressões, em 1928 e em 1929, e uma tradução para o alemão também em 1929. Muito resenhado o livro foi considerado ‘um dos

⁴⁶ Em 24 de novembro de 1917, o Decreto publicado no nº17 do *Diário do Governo Provisório Operário e Camponês* aboliu as instituições e tribunais existentes (havia a previsão da substituição por tribunais constituídos por eleições democráticas), bem como as leis em contradição com o programa da revolução. Este foi o primeiro decreto de uma série para reorganização da justiça soviética, que teve como principal artífice o jurista Petr Stucka (ou Piotr Stutchka), tendo sido, inclusive, o primeiro *Comissário do Povo da Justiça*. (STUTCHKA, 2001, p.113-7).

⁴⁷ Entre 1921 e 1923, Pasukanis desenvolveu estudos sobre o jurista francês Maurice Haouriou, sobre o tribunal popular de Moscou, sobre as posições do social-democrata alemão Cunow e sobre sobre Hans Kelsen (KASHIURA; NAVES, 2011, p. 3).

melhores trabalhos marxistas sobre o direito’, ‘guia para o futuro desenvolvimento da teoria marxista do direito’, ‘correta aplicação do método do materialismo dialético no campo do direito’. (KASHIURA; NAVES, 2011, p. 5)

A virtude desta obra reside em ter inovado a análise marxista do direito, pois deslocou o estudo da crítica aos *conteúdos* de classe para o da crítica ao direito enquanto *forma*. O alcance da sua fortuna é melhor compreendido em contraste aos principais debates jurídicos à época.

3.1. Entre os Debates Jurídicos

Ao elaborar TGDM, Pasukanis tinha por interlocutores três principais correntes de pensamento a influenciarem a análise marxista sobre o direito: *Normativistas*, *Psicológicas* e *Sociológicas*. As polêmicas que travou com essas linhas interpretativas serviu de base para a edificação da sua inovação teórica. Vejamos.

3.1.1 Normativistas

Para os jusfilósofos de inspiração kantiana, o direito seria apreendido a partir da cisão entre as categorias do “Ser” e do “Dever-Ser”; isto é, a partir da dualidade entre o plano fático e o abstrato. Assim, pressupõem a existência de dois pontos de vista distintos: o explicativo (o direito enquanto realidade) e o normativo (o direito enquanto lógica-formal). E, para tais teóricos, a chave normativa é justamente a especificidade do direito, sendo esta o seu fundamento “científico” (PASUKANIS, 1989, p.15).

Hans Kelsen (1881-1973), decerto, foi o jurista que levou às últimas consequências o método normativo, restringindo a abordagem do direito ao plano lógico-formal do “Dever-Ser”, construindo, assim, a chamada *Teoria Pura do Direito*⁴⁸. Para Kelsen, a ciência deveria desentranhar todo e qualquer elemento valorativo (as impurezas

⁴⁸ Apesar da primeira edição da obra *Teoria Pura do Direito* ter sido publicada apenas em 1934, logo, anos depois de TGDM, o desenvolvimento das ideias de Kelsen sobre o direito enquanto “dever-ser” eram conhecidos por Pasukanis, justificando o nosso uso dessa obra canônica do positivismo jurídico para ilustrar as diferenças de abordagem sobre o direito.

do “Ser”: a política, a moral etc.) das normas e assumir por tarefa a sua ordenação lógica e sistemática enquanto imperativos jurídicos. A “norma jurídica” seria, então, o núcleo central da ciência do direito. Em suas palavras:

A Teoria Pura do Direito, como específica ciência do Direito, concentra – como já se mostrou - a sua visualização sobre as normas jurídicas e não sobre os fatos da ordem do ser, quer dizer: não a dirige para o querer ou para o representar das normas jurídicas, mas para as normas jurídicas como conteúdo de sentido - querido ou representado. Ela abrange e apreende quaisquer fatos apenas na medida em que são conteúdo de normas jurídicas, quer dizer, na medida em que são determinados por normas jurídicas. O seu problema é a específica legalidade autônoma de uma esfera de sentido. (KELSEN, 1999, p.72)

Nessa perspectiva, a determinação de uma norma, um comando, em “norma jurídica” não residiria no seu conteúdo, mas na sua inserção válida dentro de uma ordem jurídica. Assim, a questão de definição do caráter “jurídico” da norma ficaria deslocada ao fundamento da autoridade dentro do próprio ordenamento; ou seja, à hierarquia que confere a validade às múltiplas normas em seu interior. A imagem de uma pirâmide ilustra bem o sistema kelseniano, onde no cume está pressuposta a “norma fundamental”, a autoridade suprema que confere validade jurídica aos comandos normativos:

Todas as normas cuja validade pode ser reconduzida a uma e mesma norma fundamental formam um sistema de normas, uma ordem normativa. A norma fundamental é a fonte comum da validade de todas as normas pertencentes a uma e mesma ordem normativa, o seu fundamento de validade comum. O fato de uma norma pertencer a uma determinada ordem normativa baseia-se em que o seu último fundamento de validade é a norma fundamental desta ordem. É a norma fundamental que constitui a unidade de uma pluralidade de normas enquanto representa o fundamento da validade de todas as normas pertencentes a essa ordem normativa. (KELSEN, 1999, p.136)

Para Pasukanis, a perspectiva normativista - como a que ilustramos acima - não servia em nada para explicar o direito enquanto fenômeno real, reduzindo-se a uma mera técnica, a uma dogmática. Ao desconectar, *a priori*, as normas jurídicas da realidade, o “Dever-Ser”

do “Ser”, esta doutrina não era capaz de explicar a origem e o desenvolvimento do direito na história (o que para ela seria uma questão metajurídica!), não podendo receber, por isso, o status de “ciência” (PASUKANIS, 1989, p.16).

Julgamento semelhante ao normativismo era encontrado nas correntes “críticas” denominadas de psicológicas e sociológicas. Teorias, por sua vez, bastante arraigadas no debate jurídico soviético.

3.1.2 Psicológicas

Na ausência de maiores reflexões marxistas sobre o tema, compreendia-se que juristas soviéticos, segundo Pasukanis, tivessem sido sensibilizados por teorias que analisavam a história, o desenvolvimento e os interesses materiais em torno do direito, colocando o direito no plano do “Ser” (PASUKANIS, 1989, p.16).

A corrente psicológica foi uma delas, encontrando em Mikhail Rejsner (1868-1928) um de seus mais importantes difusores na Rússia. Rejsner, adaptando as ideias do jurista burguês Leon Petrazickij (1867-1931) ao debate marxista, deslocou a abordagem do direito da norma para a da esfera da significação ideológica de classe.

Refutando a chave normativista, o direito, para Rejsner, seria fundado na noção de “justiça”. O conceito de justo seria, por sua vez, diferente de acordo com os pontos de vista das classes existentes. Em outras palavras, o direito seria um fenômeno determinado pela experiência ideológica desses sujeitos coletivos na história, a resultante de uma psicologia coletiva. Por essa razão, defendeu Rejsner, o direito socialista seria o ordenamento que efetiva a noção de justiça do proletariado, fornecendo sentido jurídico às normas (ALAPANIAN, 2009, pp.28-9; MASCARO, 2012, p.461; NAVES, 2000, pp.33-5; PASUKANIS, 1989, p. 41).

Cabe destacar que, nos primórdios da Revolução, essa perspectiva psicológica influenciou grande parte da reformulação das instituições jurídicas (leis, tribunais etc). Pressupondo um “direito intuitivo” do proletariado, a fórmula inicialmente encontrada foi a de considerar abolida toda a legislação burguesa, permanecendo apenas as

normas em conformidade à “consciência jurídica revolucionária”. Veja-se, por exemplo, o texto do Primeiro *Decreto acerca do Tribunal*, de 1917:

Os tribunais locais decidem as causas em nome da República da Rússia e guiam-se, em suas sentenças, pelas leis dos governos derrubados, apenas na medida em que elas não tenham sido abrogadas pela revolução e não contradigam a moral revolucionária e a consciência jurídica revolucionária. Observação: Como abrogadas devem ser consideradas todas as leis que contradigam os decretos do Comitê Executivo Central dos Soviets dos Trabalhadores, Soldados e Camponeses, do Governo Operário e Camponês, bem como os programas mínimos do Partido Operário Social-Democrata Russo e do Partido Social-Revolucionário (*Apud* STUTCHKA, 2001, p.97).

E, para garantir a adequação das leis à justiça proletária, os tribunais precisariam ter nova composição, sendo formado por juízes de origem operária. Assim, em face das demandas práticas iniciais, os pressupostos da teoria psicológica foram fundamentais à construção daquele “direito revolucionário”. Os limites e as contradições dessa perspectiva não tardaram a aparecer e foram, inclusive, objeto de autocrítica pelo próprio redator do supracitado Decreto, o jurista Piotr Stutchka (1865-1932) (STUTCHKA, 2001, p.110; NAVES, 2000, pp.27-8).

Por sua vez, ainda que não discordasse da natureza ideológica do direito, Pasukanis, apontando para o idealismo na abordagem de Rejsner, postulou que a ciência jurídica deve dar um passo além: o de compreender os fundamentos materiais dessas representações. E fez o paralelo com a crítica de Marx à economia política, destacando que, ainda que as categorias econômicas (valor, capital, mercadoria etc.) tenham natureza ideológica, estas não deixam de expressar relações reais. O mesmo raciocínio vale para a análise das categorias jurídicas. Em suas palavras:

O que temos a demonstrar não é que os conceitos jurídicos gerais possam entrar, a título de elementos constitutivos, nos processos e sistema ideológicos – o que não é de forma alguma contestável –, mas que a realidade social, mascarada, em certa medida, por um véu místico, não pode ser descoberta através desses conceitos. Em outros termos, devemos esclarecer a seguinte questão: representarão, efetivamente, as categorias

jurídicas essas categorias conceituais objetivas (objetivas para a sociedade historicamente determinada) e correspondentes a relações sociais objetivas? (PASUKANIS, 1989, pp.42-3)

Mudando, então, a ordem do problema, a investigação científica do direito deve incidir sobre as *relações sociais*. Esta chave, por conseguinte, foi desenvolvida largamente pelas teorias de inspiração sociológica, que, no debate marxista, ganhou os contornos da luta de classes, bem como as vicissitudes das disputas políticas no interior do movimento operário.

3.1.3 Sociológicas

No âmbito jurídico, as mais frutíferas refutações ao pensamento normativista foram, certamente, formuladas a partir da análise do direito enquanto um fenômeno das relações sociais. Ou seja, a partir da abordagem do direito enquanto elemento vivo da realidade, da história, e não da ideia abstrata (lógica e/ou psicológica).

Em face da proximidade analítica com os debates marxistas, a perspectiva sociológica do direito ganhou amplo terreno no interior do movimento comunista e, mesclando-se com as tendências reformistas⁴⁹, conformou a chamada corrente do *Socialismo Jurídico*.

3.1.3.1 O *Socialismo Jurídico*

O jurista austríaco Anton Menger (1841-1906) foi importante cânone das ideias do Socialismo Jurídico, tendo sido, por isso, o principal alvo das duras críticas de Engels e Kautsky ainda no século XIX.

Na já mencionada brochura *O Socialismo Jurídico*, Engels e Kausty denunciaram o reformismo dessa corrente teórica, acusando Menger de reduzir o socialismo a uma questão de efetivação de direitos fundamentais, mais especificamente: “1. O direito ao produto integral do trabalho; 2. o direito à existência; 3. o direito ao

⁴⁹ Sobre as correntes reformistas vide **tópico 2.2**.

trabalho” (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p.28). Nessa perspectiva, concluiria Menger, o desafio do socialismo seria o de se desvencilhar da filosofia do direito burguesa e construir sua própria doutrina jurídica. Em outras palavras, o direito (e não a revolução) seria o caminho para o socialismo (MENER *Apud* ENGELS; KAUTSKY, 2012, p.45).

Para Engels e Kaustky (2012, pp.47-8), por abordar as relações sociais a partir ótica jurídica, Menger mistificava os termos da realidade, sendo incapaz de compreender que as reivindicações jurídicas eram uma forma de expressar os interesses comuns de uma classe. Interesses que, por sua vez, mudam no tempo e no espaço, visto serem expressões de relações reais da luta de classes, não de filosofia jurídica.

Em verdade, para Engels e Kaustky, a consolidação da “concepção jurídica do mundo” - da noção do direito enquanto fundamento da sociedade -, pressuposta na análise de Menger, deve ser entendida no quadro da luta da burguesia contra os entraves feudais. Nesse movimento histórico de superação da “concepção teológica do mundo”, a fórmula da igualdade jurídica foi, assim, a principal bandeira política burguesa, irradiando-se em todo tecido social (ENGELS; KAUTSKY, 2012, p.19).

Segundo Engels e Kaustky, assim como as primeiras lutas burguesas no interior do modo de produção feudal receberam inicialmente a roupagem teológica – caso, por exemplo, da *Reforma Protestante* – e só depois ganharam formulação própria (a roupagem jurídica), movimento similar acontecia com o proletariado. As primeiras lutas operárias restaram enquadradas no terreno do direito: o da luta em torno da igualdade jurídica com igualdade social. As ilusões jurídicas dos primeiros socialistas utópicos, contudo, não conseguiram explicar a condição proletária, tendo sido, por isso, necessário romper com essa concepção de mundo para que os trabalhadores pudessem se compreender enquanto classe despojada dos meios de produção e reproduzida pela dinâmica da propriedade privada. Nas palavras dos autores:

A concepção materialista da história de Marx ajuda a classe trabalhadora a compreender essa condição de vida, demonstrando que todas as representações dos homens – jurídicas, políticas, filosóficas, religiosas etc. – derivam, em última instância, de suas condições econômicas de vida, de seu modo de produzir e trocar produtos. Está posta com ela a concepção de mundo decorrente das condições de vida e luta do proletariado; à privação

da propriedade só podia corresponder a ausência de ilusões na mente dos trabalhadores. (ENGELS, KAUTSKY, 2012, p.21)

Dessa forma, concluíram Engels e Kautsky, a luta socialista não pode ser reduzida a uma questão jurídica, sendo, ao contrário, uma luta pela revolução das relações de produção e troca capitalistas, fundamentos do direito. Com isso, objetivaram derrubar mais um dos pressupostos das tendências reformistas no interior do partido socialista à época.

Assumindo essa crítica, para juristas de inspiração marxista, o direito somente podia ser compreendido à luz da luta de classes. O direito expressava, assim, o ordenamento jurídico da classe dominante, materializando, por meio de comandos, de normas jurídicas, os seus interesses. E Stucka foi quem, à época, mais avançou nesse terreno analítico, principiando uma teoria marxista do direito contraposta aos desvios do socialismo jurídico. Stucka foi também o principal interlocutor das críticas de Pasukanis.

3.1.3.2 Stucka

Em sua principal obra, *Direito e Luta de Classes*, de 1921, Stucka se propôs a aprofundar os termos da definição de direito que havia sido desenvolvida pelo Colégio de Comissariado do Povo para Justiça em 1919, qual seja: “*O direito é um sistema (ou ordenamento) de relações sociais correspondentes aos interesses da classe dominante e tutelado pela força organizada desta classe*” (STUCKA, 1988, p.16).

Para Stucka, apesar das circunstâncias práticas e das poucas condições para uma reflexão mais aprofundada à época, a definição do Colégio teria tido o mérito de introduzir um conceito científico do direito capaz de abarcar “*todo o direito*, quer seja o direito feudal, quer o direito soviético etc.” (STUCKA, 1988, p.7). Em que pese a necessidade de aprofundar alguns de seus termos, as linhas gerais do conceito permaneceriam válidas, servindo de fio condutor para a sua teoria.

O conceito utilizado por Stucka afastava, por conseguinte, tanto a perspectiva do direito como um fenômeno isolado das relações sociais (um puro “Dever-Ser”: manifestação de uma racionalidade neutra) quanto a do direito como expressão ideal de “justiça”. O direito, ao contrário, seria um fenômeno social, mutável de acordo com a

luta de classes. Como chegou a sintetizar essa ideia: “tantas classes, tantos conceitos de Direito!” (STUTCHKA, 2001, p.75). E o seu funcionamento seria determinado pelo interesse da classe dominante, por meio de sua força organizada (o Estado). Por essa razão, a compreensão do direito passaria pela análise das relações fundamentais da classe⁵⁰ dominante, no caso: as relações de produção e troca capitalistas.

Em face dessas determinações, o direito seria, para Stucka (1988, p.79), a articulação de três formas: *uma concreta e duas abstratas*. Enquanto “forma concreta”, o direito seria elemento das próprias relações de produção e troca, confundindo-se com o movimento das mesmas. Esta seria a forma do direito em seu movimento real, desenvolvendo-se de acordo com a dinâmica do mercado, tendo, por isso, a primazia sobre as demais formas (STUCKA, 1988, p.80). Em suas manifestações abstratas, o direito, por sua vez, se dividiria em outras duas formas: na norma (lei) e na ideologia jurídica. Enquanto lei, o direito seria produto da luta política entre as classes, expressando um conteúdo normativo que poderia estar ou não em conexão com a forma concreta. Enquanto ideologia jurídica, o direito expressaria as formas “intuitivas”, isto é, as concepções sobre justiça, as múltiplas doutrinas, valores etc. (STUCKA, 1988, p.79). As contradições entre as formas resultariam, em sua perspectiva, da própria dinâmica das classes, onde as normas e a ideologia jurídica mascarariam a exploração operada nas relações sociais fundamentais.

Os diversos direitos existentes na história dependeriam, então, dos conflitos entre as classes sociais, ou melhor, das revoluções. Em suas palavras: “*por meio de uma revolução, nasce sempre um direito novo e ele é um dos meios de organização de qualquer revolução: um instrumento de reorganização das relações sociais no interesse da classe vitoriosa*” (STUCKA, 1988, p.87). A revolução, portanto, seria a origem de todo direito de classe.

Assim, concluiu que o “direito proletário” representaria, no plano concreto, determinado conjunto de relações de produção e troca (no caso, as socialistas) e, no plano abstrato, um sistema de normas e valores de justiça tutelado pela força organizada dos

⁵⁰ O autor utilizou o conceito de classe apresentado por Lenin: “As classes são grandes grupos de pessoas, que se diferenciam uns dos outros pelo lugar que ocupam num sistema de produção social historicamente determinado, pelas relações com os meios de produção (relações que, em grande parte, são estabelecidas e determinadas por leis), pela sua função na organização social do trabalho e, consequentemente, pelo modo e pela proporção em que obtém a parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos humanos, sendo que um deles pode apropriar-se do trabalho do outro em razão dos diferentes lugares que um e outro ocupam num determinado regime de economia social”. (STUCKA, 1988, p.47)

trabalhadores. A construção e consolidação desse “direito” dependeria, por sua vez, da revolução socialista, pois, com a tomada do poder político, os trabalhadores tutelariam um sistema normativo e de valores (formas abstratas) para organizar as transformações na estrutura social (forma concreta). No processo de transição, o direito cumpriria um função revolucionária, extinguindo-se, contudo, com o fim da sociedade de classes, isto é, no comunismo:

Ao aproximar-se da última revolução, a proletária, a forma concreta e a forma abstrata das relações sociais novamente aos poucos se aproximam, uma vez que esta última forma se baseia sempre mais abertamente nas leis de desenvolvimento da sociedade, descobertas pelo homem. Aproxima-se o momento de uma liberdade real e não imaginária, em que o homem poderá verdadeiramente propor-se os seus próprios fins *livremente, com a consciência da necessidade*. [...] Este momento coincidirá com a completa extinção do direito e do Estado (STUCKA, 1988, p.87).

O fim da sociedade de classes coincidiria, segundo Stucka, com a superação das contradições entre as formas do direito. Este seria o momento da verdadeira liberdade, já que a sociedade alcançaria nível de desenvolvimento em que os indivíduos teriam consciência das relações concretas, sendo capaz de, por meio do planejamento democrático, atender às necessidades sociais.

Apesar do mérito de colocar a análise marxista do direito no terreno das relações sociais, a teoria de Stucka, para Pasukanis, pecava por não conseguir diferenciar adequadamente o direito no interior das relações de produção e de troca. Ou seja, não era capaz de explicar o que conferia a especificidade das relações jurídicas dentre as demais relações sociais. Por isso, a definição de Stucka até “desvenda o conteúdo de classe das formas jurídicas, mas não explica-nos por que este conteúdo assumiu tal forma” (PASUKANIS, 1989, p.53). Sendo esta, para ele, a tarefa primordial da ciência jurídica.

3.2. Direito: conteúdo e forma

Em que pese a importância das análises que desnudavam os interesses e a ideologia da classe dominante na construção e operação do direito, revelando, com isso, as

hipocrisias da teoria jurídica burguesa, para Pasukanis, tais críticas pecavam por não apreender a historicidade e especificidade do fenômeno jurídico. Justamente, por isso, defendeu que a ciência jurídica deve não somente analisar o “conteúdo concreto dos ordenamentos jurídicos nas diferentes épocas históricas, mas fornecer também uma explicação materialista do ordenamento jurídico como forma histórica determinada” (PASUKANIS, 1989, p.18).

Em outras palavras, a análise marxista deve ser capaz de explicar por que determinada relação social reveste-se de um *caráter jurídico*, isto é, torna-se uma relação social objetiva e especificamente jurídica, diferenciada da moral, da religião, da economia, da política etc. Assim, além de revelar os interesses de classe e as operações ideológica do direito, a ciência jurídica deve ser capaz de explicar a *forma social* específica que assumem tais *conteúdos*.

Para Pasukanis (1989, pp.19-20), as teorias jurídicas existentes, inclusive as elaboradas por marxistas, incorriam em erro metodológico semelhante ao denunciado por Marx aos teóricos da economia política, qual seja: o de tomar as “abstrações em geral” como ponto de partida da análise científica. No caso em tela, partir de definições abstratas de direito enquanto “sistema de normas”, “ordenamento coercitivo” etc.

Vejamos, por exemplo, a definição de direito contida no já mencionado *Manual Popular* de Bukharin:

Passemos agora ao exame de outras "superestruturas". Os homens estando tanto na sociedade, tomada no seu conjunto, quanto em certas frações dessa sociedade, em luta direta uns contra os outros, resulta daí a necessidade social das normas sociais (regras de conduta). Entre estas contam-se os costumes, a moralidade, o direito e toda uma série de outras regras: "regras de polidez", "etiquetas", "cerimônias", etc.; de outro lado, os estatutos das diferentes sociedades, organizações, corporações, etc.). (BUKHARIN, 1933).

Patente que, neste nível de abstração (direito enquanto “regra de conduta”), fica difícil diferenciar o momento jurídico das demais normas sociais (moral, estética etc). Neste nível, o conceito de direito perde, ainda, qualquer especificidade histórica. Não por menos, juristas, partindo dessas concepções abstratas (“regras de conduta”, “sistema de normas”

etc.) encontrem o direito inclusive no Código de Hamurábi (séc. XVIII a.c). E disso para concluir que o direito seja um fenômeno eterno/natural é uma tentação até para os marxistas.

Assim, para Pasukanis, o marxismo não pode abordar o direito como um fenômeno *em geral*, ainda que mudando de conteúdo de acordo com a luta de classes, dando razão aos qualificantes históricos (“direito romano”, “direito burguês”, “direito socialista” etc.), uma vez que implica, no limite, a eternização desta forma social. A ciência do direito deve, ao contrário, “mirar-se no exemplo de crítica da economia política burguesa” (PASUKANIS, 1989, p.29) para superar as abordagens idealistas em torno da superestrutura jurídica. Portanto, trata-se, antes, de um desafio metodológico: o da apropriação e uso do método marxista para a análise do direito⁵¹.

Como já exposto⁵², Marx empreendeu uma crítica radical aos conceitos da economia política, ressignificando-os à luz das formas particulares do modo de produção capitalista. Ressignificação operada a partir de um duplo movimento do pensamento: (i) *do abstrato ao concreto* e (ii) *do simples ao complexo*. Trata-se, como afirmamos, do procedimento metodológico para apreender o conteúdo e a forma do fenômeno dentro de uma totalidade concreta, de determinado estágio da divisão social do trabalho.

Esse procedimento se faz necessário porque, como exposto, o concreto é a síntese de múltiplas determinações e o esforço investigativo deve ser o de buscar apreender os seus componentes em suas relações e concatenações, conferindo, com isso, conceitos

⁵¹ O sucesso deste esforço foi, para comentadores, o que permitiu Pasukanis aplicar e desenvolver com maestria o método marxista na análise do fenômeno jurídico enquanto forma social historicamente determinada (NAVES, 2008, pp.40-1; KASHIURA; NAVES, 2011, pp. 6-7). Nisto, reside a dupla importância da retomada da sua análise sobre o direito: “Por um lado, porque a crítica pachukaniana do direito, ao se fundar no *método* que Marx desenvolve em *O Capital*, permite superar – no interior do marxismo – as representações vulgares que apresentam o direito como “instrumento” de classe, privilegiando o conteúdo normativo em vez de atender à exigência metodológica de Marx e dar conta das razões porque uma certa relação social adquire sob determinadas condições – e não outras –, precisamente uma *forma* jurídica. Essa crítica do direito permite apreender a natureza real do fenômeno jurídico na circulação mercantil, evitando reduzir o direito, de qualquer modo, a um conjunto de normas e, ao mesmo tempo, permitindo compreender o momento normativo do direito como uma expressão desse mesmo processo de trocas de mercadorias. Por outro lado, voltar a Pachukanis significa também explorar as possibilidades de uma crítica às formas de dominação de classe que se realizam por meio do direito, particularmente, a crítica a certa representação jurídica do Estado”. (NAVES, 2008, p.20)

⁵² Sobre esse tema, vide **tópico 1.4**.

ricos em significação analítica. Partir de abstrações “em geral” significa, dessa forma, partir de um concreto já idealizado⁵³.

Nos trilhos de Marx, Pasukanis (1989, pp.21-2) defendeu, então, a necessidade de empreender a crítica aos conceitos produzidos historicamente pelo pensamento jurídico. Para tanto, resgatou três premissas fundamentais para a análise científica do direito:

1. *A necessidade de depurar da realidade as relações jurídicas mais simples, de modo a construir, no movimento de retorno, o direito em suas múltiplas determinações;*
2. *A história dos conceitos jurídicos não possui identidade com a das relações reais que representam*⁵⁴;
3. *A análise da forma jurídica mais desenvolvida permite compreender os estágios precedentes e o seu devir.*

Assim, distanciando-se das definições escolásticas e abstratas do direito enquanto fenômeno “em geral” (ponto de partida comum nas escolas normativistas, psicológicas e sociológica, e, em especial, na teoria de Stucka), Pasukanis postulou a investigação das relações jurídicas mais simples para ressignificar os conceitos em face da hierarquia de suas determinações na totalidade capitalista. O sucesso da ciência jurídica depende, portanto, da capacidade de desvendar o direito enquanto uma relação social *específica*; da capacidade de desvendar a lógica particular deste comportamento social.

⁵³ Abordar o concreto enquanto síntese implica o entendimento que todo fenômeno é um complexo de relações que o conforma; relações que, contudo, influem de maneira qualitativamente distinta em cada situação. A título de exemplo, notemos que o próprio ato de leitura desse parágrafo é, ao mesmo tempo, fenômeno determinado por relações naturais (físicas, químicas, biológicas etc.) e por relações sociais (onde se lê, como se lê, em que idioma se lê etc.). Todas essas determinações influem igualmente sobre o mesmo ato, entretanto, de maneira qualitativamente desigual. Afinal, dificilmente se duvidaria de que a lei da gravidade determina menos o ato da leitura do que a alfabetização do/a leitor/a. Com esse exemplo, queremos elucidar a necessidade apontada por Marx de investigar as determinações fundamentais do fenômeno, isto é, aquelas que conferem articulação lógica e unidade ao todo complexificado. Por isso, a necessidade de investigar as relações mais simples, as formas particulares. Relações, por sua vez, apreendidas por meio de representações, de conceitos, que precisam ser ressignificadas/concretizadas em face de tais particularidades.

⁵⁴ Pasukanis (1989, pp.34-5) exemplificou a ausência de identidade entre conceito e realidade, não apreendida pelo idealismo, por meio de dois exemplos: (i) o surgimento da “lei de transformação da energia” não é idêntico à sua existência enquanto fenômeno real; e (ii) o surgimento do conceito “trabalho” (abstração econômica), não é idêntico à sua existência enquanto fenômeno real. Ou seja, não há conexão *imediata* entre a história dos conceitos e a das relações reais: princípio basilar do materialismo histórico dialético.

3.2.1 A Relação Jurídica

Como visto, a análise marxista precisa apreender o direito enquanto fenômeno objetivo, enquanto relação concreta. Pois, nas palavras de Pasukanis (1989, p.35), o direito “possui um história real, paralela, que não se desenvolve como um sistema de pensamento, mas como um sistema particular que os homens realizam não como uma escolha consciente, mas sob a pressão das relações de produção”. Assim, a ciência jurídica deve investigar esse sistema particular de interações sociais em seu movimento, e não ficar restrita às ideias sobre o mesmo ou às ideias sobre o que deveria-ser.

A apreensão real do direito não pode, contudo, prescindir dos conceitos produzidos pelos juristas burgueses, ainda que suas abstrações pudessem ter caráter ideológico, uma vez que integram – não de maneira idêntica - o desenvolvimento histórico das relações jurídicas. Como alertou, “não devemos esquecer que a evolução dialética dos conceitos corresponde à evolução dialética do próprio processo histórico” (PASUKANIS, 1989, p.38).

Esta chave materialista permitiu Pasukanis, inclusive, analisar os fundamentos das duas principais teorias burguesas sobre as origens e desenvolvimento do direito: o *jusnaturalismo* e o *juspositivismo*. Por agora, continuemos na sua exposição sobre o direito enquanto fenômeno concreto/particular para, em seguida, abordarmos a sua crítica a tais representações da teoria.

Destarte, tal qual ensinou Marx, entendeu que o estudo do direito deve “começar com a análise da forma jurídica em sua configuração mais abstrata e mais pura, e, em seguida, ir pela complicação progressiva ao concreto histórico”(PASUKANIS, 1989, p.38). Para tanto, o ponto de partida só pode ser o da análise da relação jurídica, sendo necessário investigar a lógica e disposição das suas determinações. Como afirmou, “a relação jurídica é a célula do tecido jurídico e é somente nela que o direito realiza o seu movimento real” (PASUKANIS, 1989, p.55).

Dessa forma, Pasukanis destacou o equívoco comum de se tomar a norma ou o conjunto de normas como ponto de partida, vez que se tratam de abstrações derivadas e parciais do fenômeno real. Em suas palavras:

O Direito enquanto fenômeno social objetivo não pode esgotar-se na norma, seja ela escrita ou não. A norma, como tal, isto é, o seu conteúdo lógico, ou é deduzida diretamente de relações preexistentes, ou, então, representa, quando promulgada como lei estatal, um sintoma que nos permite prever com uma certa verossimilhança, o futuro nascimento de relações correspondentes (PASUKANIS, 1989, p.57).

Isso implica o reconhecimento materialista de que é a relação jurídica que determina, em última instância, a norma, e não o contrário. De outro modo, incorre no idealismo de que a representação cria a realidade. Isso, contudo, não significa que norma não possa ser elemento do processo dialético de constituição de novas relações. Como exemplificou:

Assim, quando afirmamos que o projeto de edificar um prédio e a própria planta deste prédio não representam o verdadeiro prédio, isto não quer dizer que a sua construção não necessita de projeto e de planta. Mas, se a decisão não ultrapassou o plano, não podemos dizer que o prédio tenha sido construído (PASUKANIS, 1989, p.58).

As relações recíprocas entre norma e relação jurídica não devem, contudo, obscurecer a organização real e lógica entre estas determinações.

A análise do direito por esta perspectiva destaca, ainda, que tampouco o elemento coercitivo - usualmente disciplinado pelas normas - determina a relação jurídica. Para exemplificar: a relação jurídica entre credores e devedores não se estruturou em face da existência prévia de uma sistema de execução das dívidas, mas em face do impulso das relações mercantis. A constituição de tal sistema, decerto, estabilizou e aperfeiçoou essas relações, mas não foi condição lógica para seu surgimento real.

Por não perceber essas conexões entre aparência e essência, juristas usualmente tendem a apreender o direito como criação do Estado - a esfera que institui as normas oficiais e monopoliza o uso da coerção. As considerações de Pasukanis, ao contrário, delimitam em novos termos a lógica da equação das relações recíprocas entre a superestrutura jurídica e a superestrutura política, sendo esta, para ele, um momento derivado e secundário em relação àquela. No tópico seguinte, analisaremos mais detidamente a relação entre Direito e Estado em Pasukanis e a sua crítica às representações dualistas da teoria jurídica burguesa sobre essa dinâmica.

Por enquanto, importa-nos destacar que Pasukanis, afastando a supremacia do momento normativo e coercitivo, apontou que, na análise das relações de produção e troca, encontra-se a determinação da relação jurídica em sua manifestação mais simples e particular, isto é, em sua *forma jurídica*.

3.2.1.1 A Forma Jurídica

O segredo da forma jurídica, forma social que confere particularidade jurídica a um sistema de comportamentos sociais, encontra-se não na esfera da superestrutura política, mas na própria estrutura. Nas suas palavras:

(...) o caminho que vai da relação de produção à relação jurídica, ou relação de propriedade, é mais curto do que pensa a autodenominada dogmática positiva, que não pode passar sem um elo intermediário: o poder de Estado e suas normas (...). Destarte, por exemplo, é necessário que a relação econômica de troca exista para que a relação jurídica contratual de compra e venda possa nascer. (PASUKANIS, 1989, p.63)

Para Pasukanis, a relação jurídica, em sua manifestação mais simples, conforma-se intimamente à dinâmica das relações de produção troca capitalistas.

Deste modo, partindo do diagnóstico de que toda relação jurídica é uma relação entre “sujeitos” (seu elemento mais simples, indecomponível) e que estes, na sociedade capitalista, se comportam, antes de tudo, enquanto proprietários de mercadorias, a chave para desvendar a lógica da forma jurídica está no seu vínculo com a *forma mercadoria*. Em verdade, Pasukanis atribuiu a Marx o pioneirismo da descoberta desta conexão. Vejamos isso nas palavras do próprio Marx (2013, p.159):

As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras. Temos, portanto, de nos voltar para os seus guardiões, os possuidores de mercadorias. Elas são coisas e, por isso, não podem impor resistência ao homem. Se não se mostram solícitas, ele pode recorrer à violência; em outras palavras, pode tomá-la à força. Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside

nessas coisas e que agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum de ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados. Essa relação jurídica, cuja forma é o contrato, seja ela legalmente desenvolvida ou não, é uma relação volitiva, na qual se reflete a relação econômica. O conteúdo dessa relação jurídica ou volitiva é dado pela própria relação econômica.

Partindo dessas indicações, Pasukanis salientou que o avesso da troca entre mercadorias é justamente o da transação entre os sujeitos que as levam ao mercado. Nesta oposição entre *sujeito* e *coisa*, insere-se o núcleo específico da relação jurídica (PASUKANIS, 1989, p.83).

Para que a troca de mercadorias aconteça, destaquemos as condições lógicas apresentadas por Marx e desenvolvidas por Pasukanis:

1. Existência de *vontade* e *liberdade* para trocar. Caso contrário, trata-se de pura expropriação de um sobre outro, o que inviabiliza o circuito mercantil como relação social generalizada⁵⁵;
2. Reconhecimento mútuo de que as partes atuam enquanto *proprietários privados*.

Assim como do ponto de vista mercantil a troca entre coisas diferentes pressupõe uma medida de igualdade – a abstração valor⁵⁶ –, a relação jurídica requer também uma medida de equivalência entre as distintas vontades livres dos sujeitos proprietários. Ou seja, além de ser um representante concreto da espécie humana, o ser que transaciona no mercado somente agiria enquanto proprietário de uma mercadoria por antes de tudo encarnar uma abstração análoga ao valor. Nas palavras de Pasukanis (1989, p.86):

Assim como a diversidade natural das propriedades úteis de um produto só aparece na mercadoria sob a forma de simples invólucro de seu valor e

⁵⁵ Importa salientar que, como exposto, a lógica da categoria é distinta da sua história, apesar de pressupô-la. Nesse sentido, a expropriação é fundamento histórico da forma mercantil e, portanto, da própria forma jurídica, mas não é elemento da sua lógica enquanto forma.

⁵⁶ Sobre esse tema, vide **tópico 1.4.4.1**.

como as variedades concretas do trabalho humano se dissolvem no trabalho humano abstrato, como criador de valor, igualmente a diversidade concreta da relação do homem com a coisa aparece como vontade abstrata do proprietário e todas as particularidades concretas, que distinguem um representante da espécie *Homo sapiens* de outro, se dissolvem na abstração do homem em geral, do homem como sujeito de direito.

O que confere, então, o caráter jurídico das relações entre os sujeitos é justamente a determinação que possibilita às vontades emanadas por diferentes sujeitos concretos serem igualadas e cambiadas numa transação jurídica. Trata-se da “abstração-real”⁵⁷ fundamental em qualquer relação jurídica: o *sujeito de direito*.

Sobre essa categoria, criticou Pasukanis (1989, p.4), os juristas marxistas restritos às análises do conteúdo ideológico e aos interesses de classe do direito pecavam (i) tanto por reduzirem a subjetividade jurídica a um meio dissimulatório (ii) quanto por não perceberem se tratar de uma realidade objetiva. Por isto, o sucesso da análise marxista do direito não reside só na capacidade de crítica da ideologia jurídica em torno do sujeito de direito, mas, especialmente, no seu estudo enquanto fenômeno objetivo.

Enquanto fenômeno objetivo, argumentou Pasukanis, somente por reconhecerem-se enquanto sujeitos de direito, dotados de “vontade” e “liberdade” para dispor “igualmente” de suas “propriedades”, o circuito da mercadoria pode ser realizado. O conteúdo jurídico fundamental da “liberdade”, da “vontade” e da “igualdade” é, por isso, delimitado pela relação econômica, cuja forma de realização, ainda que de maneira pressuposta e inicialmente orgânica e informal, ocorre mediante o *contrato*. Em face desse vínculo, sentenciou: o “sujeito de direito é, em consequência, um proprietário abstrato e transposto para as nuvens” (PASUKANIS, 1989, p.94).

Somente quando algo anormal interfere o circuito da mercadoria (as trocas não se realizam dentro do acordo de vontades estabelecido), a forma jurídica pode, então, descolar-se efetivamente do ato econômico e ganhar vida própria, incorporando-se efetivamente aos sujeitos, qualificando-os como sujeitos de direitos. Revestidos desta

⁵⁷ Do mesmo modo que a categoria da economia política é, ao mesmo tempo, abstração e realidade, visto que corresponde a uma relação objetiva (afinal, o “valor” não é apenas uma obra do pensamento, mas uma abstração concretizada pelo circuito mercantil), a categoria jurídica “sujeito de direito” representa uma abstração concretizada pelas relações jurídicas; ou seja, trata-se de semelhante “abstração-real”.

forma, os sujeitos passam a se antagonizar, dentro de um rito próprio (campo da dogmática processual) e de um local distinto do mercado, da esfera econômica: os aparelhos judiciais.

Em síntese, o direito, enquanto relação social específica, é a relação dos proprietários de mercadorias enquanto sujeitos de direito. Esta é, para Pasukanis (1989, pp.85-6), a forma jurídica mais simples, a célula presente nas formas mais complexas e derivadas, passando da obrigação contratual (relação bipartite: as partes) ao antagonismo judicial (relação tripartite: as partes e o judiciário). É dizer: não há relação jurídica sem pressupor a figura do sujeito de direito, centro de gravidade das diversas esferas do direito⁵⁸.

A forma jurídica é, portanto, uma forma dialeticamente *derivada* da relação social mercantil. A mercadoria e o direito são, assim, formas sociais distintas e hierarquicamente dispostas, mas que encerram um mesmo processo social, uma vez que estão em relação recíproca.

Esse processo social, nas palavras de Pasukanis, aparece sob uma forma “duplamente enigmática”:

Elas parecem, por um lado, como relações entre coisas (mercadorias) e, por outro lado, como relações de vontade entre unidades independentes umas das outras, porém iguais: como relações entre sujeitos de direito. Ao lado da propriedade mística do valor surge um fenômeno não menos enigmático: o direito. (PASUKANIS, 1989, p.90)

Trata-se do duplo fetiche que se complementa: o da mercadoria e o jurídico. Tal qual o “valor”, um fenômeno social, aparece como se derivado do seu representante (no caso exemplar: do dinheiro), o “sujeito de direito”, um fenômeno igualmente social, aparece como se derivado da sua representação (no caso exemplar: da norma). Opera-se uma inversão fantasmagórica: a relação entre sujeitos aparece como resultado de uma relação entre objetos inanimados, as abstrações sociais. Como veremos adiante, esta inversão

⁵⁸ Partindo desta chave analítica, o jurista francês Bernard Edelman desenvolveu interessante estudo sobre como a fotografia foi se transformando, juridicamente, de mera cópia do real para o de criação e, nessa qualidade, em propriedade de um sujeito de direito. Antes de uma evolução do pensamento, o processo de mercantilização da fotografia – que foi também o processo de consolidação do sujeito de direito titular dessa propriedade – acompanhou os impulsos das relações de produção; isto é, do desenvolvimento e afirmação da indústria cinematográfica (EDELMAN, 1976, p.60).

objetiva engendrou, inclusive, teorias que abordam a norma como *fundamento* das relações entre sujeitos proprietários.

Em face do vínculo entre a forma jurídica e a forma mercadoria, para Pasukanis, somente faz sentido falar de direito, enquanto determinada esfera social *plenamente destacada*⁵⁹ das demais, na sociedade capitalista. Pois, como somente nesta sociedade o “valor” deixou de ser uma representação esporádica para se tornar uma significação econômica objetiva e distinta das avaliações individuais, o mesmo ocorreu com o sujeito de direito, adquirindo “ele próprio a significação de um ponto matemático, de um núcleo no qual se concentra um certo número de direitos” (PASUKANIS, 1989, p.88). Somente no capitalismo o sujeito de direito, com seu reino de igualdade e liberdade formal, transcendeu círculos sociais restritos e se generalizou em toda a sociedade.

Chegamos, então, ao momento da história da consolidação e difusão da forma jurídica, isto é, do sujeito de direito enquanto totalidade social.

3.2.1.2 A Vitória do *Sujeito de Direito*

Para Pasukanis, somente com a vitória da ordem social burguesa, a forma jurídica pôde se “autonomizar” frente às demais formas sociais, fazendo do sujeito de direito uma categoria em geral, uma realidade à parte, uma propriedade social distinta dos sujeitos concretos. Em outras palavras, somente no capitalismo o sujeito de direito se diferenciou da economia, da política, da religião, da moral etc., tornando-se uma esfera própria, com ritos e instituições específicas.

Pois bem, como visto, a forma jurídica deriva, para Pasukanis, da forma mercadoria, sendo esta o *fundamento lógico* daquela. São momentos distintos fundados em uma relação social que conseguem plenitude no modo de produção capitalista.

Do ponto de vista histórico, o processo de desenvolvimento subterrâneo dessas “duas formas absurdas” acompanhou o crescimento quantitativo das trocas

⁵⁹ Isso não significa dizer que a relação jurídica não seja atravessada cotidianamente, por exemplo, pela moral, política e/ou religião. Consiste na afirmação de que o direito, enquanto forma social específica, possui uma lógica de operação que lhe é própria: a transação entre sujeitos de direitos. Esta lógica o distingue das demais relações sociais, permitindo, inclusive, a oposição àquela que a *fundamenta*: o circuito mercantil.

mercantis. Pois, assim como a estabilidade das relações de troca constituiu a condição prévia para que abstração “valor” se elevasse a um fenômeno objetivo, o mesmo ocorreu com o “sujeito de direito”. Em suas palavras:

Assim como repetição regular do ato de troca constitui o valor em uma categoria geral, que se eleva acima da avaliação subjetiva e de proporções ocasionais de troca, assim também a repetição regular destas mesmas relações – o uso – confere um novo sentido à esfera subjetiva do domínio, dando fundamento à sua existência por uma norma externa. (PASUKANIS, 1989, p.92)

A ampliação do comércio mundial, a aproximação entre os povos e o desenvolvimento das forças produtivas, decerto, impulsionaram as trocas ao longo da história, bem como o desenvolvimento das relações jurídicas. Crescimento quantitativo que, como apontado, fundou-se, em primeiro momento, na continuidade orgânica das relações mercantis, ainda que esporádicas e potencialmente instáveis (guerras, confiscos, invasões, entre outros).

Contudo, somente a partir de um determinado momento da trajetória das formas do valor e do sujeito de direito – percurso que no olhar retrospectivo da ideologia jurídica se apresentaria como a “tradição” e/ou “usos e costumes” -, a relação entre ambas mudou de *qualidade*.

A mudança qualitativa se refere ao processo social no qual as relações de produção e troca de interesse da burguesia deixaram de ser marginais e se generalizaram no tecido social. Trata-se do processo revolucionário de desestruturação do modo de produção feudal, de consolidação da forma política burguesa: o Estado.

Antes de avançar na análise do Estado, importa-nos destacar que, historicamente, a plenitude das formas acima somente foi alcançada com a transformação da força de trabalho em uma mercadoria levada ao mercado pelo seu próprio proprietário (no caso, o trabalhador). A generalização desse comportamento social dependeu de esforço revolucionário da classe ascendente, viabilizando o circuito de acumulação do capital, a extração do mais-valor.

Em outras palavras, a forma mercadoria somente pôde se impor à totalidade das relações sociais, isto é, tornar-se a relação elementar da sociedade, *quando o ser*

humano relaciona a sua capacidade de trabalho enquanto mercadoria. Para tanto, o sujeito desta mercadoria-trabalho deve ser “livre” para dispor de sua “propriedade” e, com isso, se “igualar” nas relações de troca. A consolidação e difusão dessas relações integram a história de desenvolvimento da burguesia e das suas lutas contra os grilhões feudais. Capítulo da história chamado por Marx (2013, pp. 786-7) de *Acumulação Primitiva*, onde se dissolveu na Europa as relações feudais e dizimou, nas Américas, os povos tradicionais.

Afinal, não foi da noite para o dia que o ser desprovido de meios de produção entendeu que devia se vender no mercado. Para isso, muito ferro e fogo foram necessários para criar, generalizar e disciplinar o escravo-assalariado; isto é, o proletariado⁶⁰. Foi obrigado a se tornar igualmente um sujeito de direito: comportando-se como um proprietário que, por meio de um contrato, vende a sua mercadoria (no caso, a si mesmo) a quem quiser comprar. Não poderiam existir liberdade e igualdade maiores, pensam os ideólogos burgueses!

3.2.1.3 Entre o Jusnaturalismo e o Juspositivismo

Para o pensamento que não ultrapassa as condições de vida do modo de produção capitalista, o sujeito de direito parece ser uma categoria inerente à natureza humana. Consequentemente, a sociedade que não eleva a subjetividade jurídica a semelhante patamar de centralidade representaria o seu exato oposto: o fim da condição humana.

Por essa razão, argumentou Pasukanis, toda teoria burguesa do direito, no limite, consciente ou inconscientemente, ancora-se nos pressupostos formulados pela doutrina jusnaturalista, isto é, do direito natural.

⁶⁰ Como destacou Márcio Naves, do ponto de vista do processo de trabalho, a consolidação do modo de produção capitalista, em Marx, apresentou-se por meio de uma passagem qualitativa: da subsunção formal do trabalho ao capital à subsunção real. O primeiro momento se refere à situação em que o capital ainda não desenvolveu forças produtivas que subordinem completamente o processo de trabalho aos seus ditames de valorização, tendo o operário maior controle e conhecimento sobre o ritmo produtivo. A subsunção real expressa, a seu turno, a mudança qualitativa nessa relação de subordinação: trata-se do momento em que, com o desenvolvimento das forças produtivas conexas ao ritmo do capital, o trabalhador foi expropriado do conhecimento técnico e tornou-se verdadeira apêndice do sistema de máquinas, consolidando plenamente as relações de produção burguesas (NAVES, 2000, pp. 69-71).

Assim, rejeitando a perspectiva de oposição radical entre as duas principais escolas jurídicas – o jusnaturalismo e o juspositivismo –, Pasukanis compreendeu-as como momentos do processo de ascensão, consolidação e reprodução da ordem social burguesa. Ou seja, se para muitos juristas representam concepções opostas e inconciliáveis sobre o direito, tratam-se, para Pasukanis, de manifestações doutrinárias de fases distintas da história da forma jurídica⁶¹.

Traçando um paralelo entre o desenvolvimento do pensamento jurídico e o da economia política, destacou que, no contexto de luta entre as relações burguesas e as feudais, a escola do direito natural teve “por tarefa a de formular, sob a forma mais geral e, por conseguinte, a mais abstrata, as condições fundamentais de existência da sociedade burguesa que a eles pareceram ser as condições naturais de existência de qualquer sociedade” (PASUKANIS, 1989, p.35). Por essa razão, mais do que expressar a ideologia burguesa, o jusnaturalismo formulou de maneira mais consciente os pressupostos da própria forma jurídica: o homem enquanto sujeito de direito.

Enquanto classe em oposição ao poder feudal, não estavam nas normas produzidas pela nobreza os fundamentos da sociabilidade burguesa. À desigualdade estamental a atravancar as relações mercantis tanto na esfera da circulação quanto da produção, combateu-se com a igualdade jurídica: brado de guerra das revoluções burguesas.

Contudo, vencida a batalha contra o velho mundo, a radicalidade revolucionária cedeu lugar às concepções mais adequadas à manutenção e reprodução da nova ordem. Nas palavras de Pasukanis:

(...) desde que a chama revolucionária da burguesia extinguiu-se definitivamente na segunda metade do século XIX, a pureza e a precisão das doutrinas clássicas deixaram por igual, de exercer sobre ela qualquer atração. A sociedade burguesa aspira à estabilidade e a um poder forte. É por isso que não é mais a análise da forma jurídica que se encontra no centro de interesses da teoria jurídica, mas, sim, o problema dos

⁶¹ Essa perspectiva ajuda a compreender como o espectro do direito natural sempre ronda doutrinas jurídicas críticas aos direitos sociais. E, também, como o mesmo direito natural exsurge nas teorias de direitos humanos, devendo prevalecer independente da sua positivação oficial.

fundamentos coativos das determinações jurídicas. (PASUKANIS, 1989, p.36)

No processo revolucionário de consolidação das relações de produção capitalistas, a teoria jurídica passou a apreender o direito como expressão da vontade geral (o Estado), negando todo direito que não fosse o oficial. Abriu-se, então, as condições para a identificação doutrinária entre direito e norma positivada: base do juspositivismo. Nesse sentido, o formalismo normativista representava o máximo desenvolvimento dessa identificação teórica, bem como a decadência, em termos científicos, do pensamento burguês, uma vez que chegou a postular o completo afastamento da realidade para estudar o direito (PASUKANIS, 1989, p.37).

Nota Pasukanis que, vencido o mundo feudal, o pêndulo da teoria jurídica acompanhou o da teoria econômica, deslocando-se da ciência para o da técnica. Ou seja, assim como a economia política deixara de se preocupar com os fundamentos das relações econômicas para se dedicar ao estudo das melhores condições de funcionamento do capital, a filosofia jurídica passara a corresponder às necessidades de fundamentar o exercício da violência de classe organizada pela sua forma política. Aos juristas, assume centralidade as questões acerca da relação entre o Direito e o Estado para garantir o melhor funcionamento das relações privadas.

Assim, as duas escolas se transformaram em componentes da técnica jurídica burguesa que se desenvolve de acordo com os interesses particulares, com suas ideologias e conflitos, moldados pela forma jurídica e pela forma política que as realizam.

3.3. Direito e Estado e o Estado de Direito

Como exposto, a mudança qualitativa na relação entre a forma mercadoria e a forma jurídica se refere ao processo em que outra “forma social” se apartou das relações privadas para regular as trocas comerciais, conferindo estabilidade ao mercado e ao direito, garantindo a produção e reprodução dos interesses da classe que se desenvolve por meio das relações de produção e troca fundadas no trabalho assalariado. Trata-se do processo histórico de consolidação da forma política burguesa.

No plano da lógica mercantil, Pasukanis destacou que o conflito entre mercadores não pode ser resolvido por meio da subordinação imediata da vontade de um sobre o outro, da proteção da propriedade contra o confisco arbitrário, sob pena de inviabilizar o próprio circuito. Afinal, como lembrou, “o objetivo prático da mediação jurídica é o de dar garantias à marcha, mais ou menos livre, da produção e da reprodução social” (PASUKANIS, 1989, p.7) e esta função somente pode ser garantida, em última instância, por meio da execução coativa das transações jurídicas. Na medida em que a autoridade dominante se estruturou como garantidora destas relações, ela ganhou nova qualidade: “transforma-se numa autoridade social, em poder público, que representa o interesse impessoal da ordem” (PASUKANIS, 1989, p.112).

Historicamente, a realização desta função constituiu em vantajosa fonte de receita aos nobres feudais. Acontece que somente com a dominação política da burguesia essa qualidade realizou a tendência a se autonomizar em face das relações entre particulares (especialmente da pessoalidade do soberano), tornando-se uma realidade objetiva e impessoal (ainda que derivada e de classe). Para Pasukanis, entender os fundamentos deste processo político é uma questão central para a ciência marxista do direito. Em suas palavras:

(...) porque a dominação de classe não se apresenta tal qual ela é, a saber, a sujeição de uma parte da população à outra? Porque assume a forma de uma dominação estatal oficial ou, o que vem a ser o mesmo, porque o aparelho privado das classes dominantes, porque ele se destaca destas últimas e assume a forma de um aparelho de poder público impessoal, distante da sociedade? (PASUKANIS, 1989, p.115).

Rejeitando o argumento de mera conveniência ideológica para explicar este processo de diferenciação das formas sociais, Pasukanis afirmou que a impessoalidade, o caráter público, é uma necessidade lógica para a generalização da forma mercadoria:

A subordinação a um homem enquanto tal, como indivíduo concreto, significa na sociedade de produção mercantil a subordinação ao arbítrio, pois isto significa a subordinação de um produtor de mercadorias a outro. Por isso a coação não pode surgir sob sua forma não mascarada, como um simples ato de oportunidade. Ela deve aparecer como uma coação proveniente de uma pessoa coletiva abstrata e que não é exercida no

interesse do indivíduo do qual provém – pois cada homem é um homem egoísta na sociedade de produção mercantil -, mas no interesse de todos os membros partícipes das relações jurídicas. (PASUKANIS, 1989, pp.117-8)

A coação é, portanto, elemento externo à lógica da forma mercadoria e da forma jurídica, apesar de ambas pressupô-la para se realizarem enquanto formas sociais objetivas plenamente determinadas. A execução da transação jurídica deve, assim, ser exercida por um terceiro que utiliza legitimamente a força para assegurar as trocas mercantis: no caso, o Estado. Para ser legítimo, o exercício da força não pode ser *exclusivamente* despótico, sob pena de inviabilizar a lógica das trocas, mas deve ser regrado, ou melhor, legalizado. Notemos que este é o núcleo duro da preocupação dos juristas com a chamada “segurança jurídica” (Ponto de Arquimedes entre a forma jurídica, política e mercantil), núcleo do “Estado de Direito”⁶².

Olhando para a relação fundamental da sociedade produtora de mercadorias, Pasukanis apontou que a relação entre o capitalista e o operário somente pode ocorrer (de forma generalizada) como uma transação entre mercadorias em razão da existência de uma forma política e uma forma jurídica destacadas da relação privada, garantindo (por meio da função coativa organizada no Estado) e mediando (por meio do contrato) a “liberdade” de dispor de suas propriedades nesta transação mercantil. Em seus termos:

Com efeito, o assalariado não é coagido político e juridicamente a trabalhar para um empresário determinado, mas vende-lhe a força de trabalho mediante um contrato livre. Na medida em que a relação de exploração se realiza formalmente como relação entre dois proprietários de mercadorias “independentes” e “iguais”, onde um, o proletário, vende sua força de

⁶² A fórmula “Estado de Direito” materializa o caráter público e impessoal da forma política necessária à reprodução das relações de produção e troca capitalistas. Com esta, o caráter particular (de classe) do poder político se esvanece por meio da sombra do caráter universal do direito. Por isso que, seja em uma ditadura ou democracia, o núcleo qualitativo da forma jurídica, isto é o sujeito de direito, sempre está resguardado pelo poder político burguês. Afinal, sem a subjetividade jurídica, não há contrato de trabalho: a relação de assalariamento. Entendimento semelhante é encontrado em Mascaró (2013, pp.42-3): “O Estado pode até restringir drasticamente a quantidade dos direitos subjetivos, mas não afasta a qualidade da subjetividade jurídica geral. Em casos tão extremos quanto os das ditaduras militares na América Latina, ou dos governos despóticos em alguns países árabes, africanos ou asiáticos, ou mesmo nos casos de fascismo e nazismo na Europa, a subjetividade jurídica é comprimida, reconfigurada e retalhada, mas sempre mantida em seu mínimo que dá fundamento à dinâmica de reprodução do capital. O sujeito de direito pode perder, por intervenção extrema do Estado, o direito ao voto, o direito à dignidade da identidade cultural, religiosa, sexo ou raça, mas não perde o núcleo da subjetividade jurídica, que é dispor-se contratualmente ao trabalho assalariado, bem como o capital privado quase nunca é expropriado em sua total extensão”.

trabalho e o outro, o capitalista, compra-a, então o poder político de classe pode assumir a forma de um poder público. (PASUKANIS, 1989, p.116).

A existência de uma poder *público* é, assim, a condição necessária para a submissão *privada*: do proletariado para com o burguês. Por essa razão, o Estado, em sua condição de autoridade relativamente autônoma, garante as condições necessárias para a reprodução social do proprietário da mercadoria força de trabalho e do seu comprador.

O próprio modo de produção capitalista engendra, por isso, a autonomização e consequente diferenciação das formas jurídicas e políticas das relações econômicas⁶³. A partir de um determinado desenvolvimento das relações de produção e troca, estas esferas destacadas seriam, inclusive, apreendidas idealisticamente tanto como sistemas opostos e desconectados entre si, quanto como inversamente determinadas. Abre-se, então, as condições para o livre desenvolvimento dos conceitos dualistas na teoria jurídica burguesa.

3.3.1 Dualidades na Teoria Jurídica

A incompreensão da lógica das determinações nas relações recíprocas entre momentos de uma mesma totalidade – no caso, mercado, direito e Estado - explica, para Pasukanis, as confusões teóricas acerca das contradições que conformam a relação jurídica em seu movimento real, que, do ponto de vista da teoria jurídica burguesa, estavam representadas por meio das secção do direito em partes duais e mecanicamente articuladas.

Tomando por referência a sistematização do jurista francês León Duguit (1859-1928), Pasukanis (1989, pp.67-8) apontou que, para este tipo de teoria, o conceito de direito expressa, sob um ângulo, a forma de uma autoridade externa (o direito objetivo) e, sob outro, a de uma autonomia privada (o direito subjetivo). Na primeira, a obrigação

⁶³ Segundo Márcio Naves, o próprio Marx, no amadurecimento dos seus estudos, percebeu que a natureza de classe do Estado não dependia do exercício direto pela classe dominante. O caráter de classe do Estado está determinado pela sua própria forma social, pela sua organização interna moldada pelas relações de produção. O mesmo raciocínio vale para o direito. Em suas palavras: “Assim, do mesmo modo que o caráter de classe do Estado passa a ser considerado como um ‘atributo objetivo’ e não como resultado da ‘influência direta’ exercida pela burguesia sobre o aparelho estatal, também o direito pode ser compreendido sem o recurso ao conceito de ‘vontade’ (de classe), pois, independentemente da influência que essa vontade possa ter sobre o conteúdo da lei, o caráter de classe do direito já está dado pela sua própria organização interna, pelo modo como ele especificamente se estrutura no processo do valor de troca” (NAVES, 2013, p.26).

jurídica seria estabelecida pela coação pública, enquanto que, na segunda, pela liberdade privada.

Em face dessa dicotomia, tal doutrina apreendia no direito objetivo o fundamento do direito subjetivo. Nessa toada, a dualidade do conceito reaparecia, por sua vez, no problema do “direito privado” e “direito público”. E, à medida que a autonomia privada seja entendida como fundada na autoridade coativa, consequente a doutrina encontrar nas regras emanadas pela organização política (a ordem pública) a fonte das relações jurídicas particulares (a ordem privada). Abriu-se, com isso, caminho para teorizar os institutos jurídicos como o desenvolvimento das “funções sociais” normatizadas. Perspectiva que podemos encontrar da seguinte forma na doutrina de Duguit:

O fundamento do Direito Público não é o direito subjetivo de poder, mas é a regra de organização e gestão de serviços públicos. O Direito público é o direito objetivo dos serviços públicos. Assim como o Direito Privado deixa de estar fundado no direito subjetivo do indivíduo, na autonomia da própria pessoa e passa a residir na noção de uma função social que se impõe a cada indivíduo, o Direito Público não se funda no direito subjetivo do Estado, na soberania, mas na noção de uma função social dos governantes, que tem por objeto a organização e funcionamento dos serviços públicos. (DUGUIT, 1975, pp.37-8) (Tradução nossa)⁶⁴

Para Pasukanis (1989, p.69), essa perspectiva, por mais progressista que possa parecer a ideia de “função social”, representa uma construção deformada e mecânica sobre o direito. Pois, a ótica dualista, além de representar de maneira invertida os termos das determinações do direito, não consegue apreender o vínculo dialético dos momentos que conformam a relação jurídica. Não fica claro, inclusive, os limites entre o interesse privado e o público tampouco a sua unidade.

Reposicionando a questão, argumentou que, assim como o “direito subjetivo é o fato primário, pois assenta-se, em última instância, sobre interesses materiais

⁶⁴ “El fundamento del Derecho público no es el derecho subjetivo de mando, es la regla de organización y de gestión de los servicios públicos. El Derecho público es el derecho objetivo de los servicios públicos. Así como el Derecho privado deja de estar fundado en el derecho subjetivo del individuo, en la autonomía de la persona misma y descansa hoy en la noción de una función social que se impone a cada individuo, el Derecho público no se funda en el derecho subjetivo del Estado, en la soberanía, sino que descansa en la noción de una función social de los gobernantes, que tiene por objeto la organización y el funcionamiento de los servicios públicos”.

que existem independentemente de regulamentação externa, consciente, da vida social” (PASUKANIS, 1989, p.70), o direito público “somente pode ser compreendido em seu desenvolvimento: pelo qual ele é continuamente repellido pelo direito privado, na medida em que tende a se determinar como oposto daquele e pelo qual a ele regressa como seu centro de gravidade” (PASUKANIS, 1989, p.78). Não à toa, enquanto que no âmbito do direito privado o sujeito de direito se desenvolve em suas formas mais puras e simples, a necessidade de subjetivar o direito público para o desenvolvimento de relações jurídicas gerava constrangimentos no interior dessa teoria. Afinal, dentro da perspectiva dualista, não deixa de soar estranho a esfera “impessoal” precisar se revestir da forma sujeito de direito para estabelecer relações jurídicas: a estranha formação do interesse particular do público. Em suas palavras:

A teoria jurídica não pode identificar os direitos do Legislativo, os direitos do Executivo, etc., como, por exemplo, o direito do credor à restituição da quantia emprestada, pois isto significaria substituir a supremacia do interesse estatal geral, e impessoal, presumido pela ideologia burguesa, pelo interesse privado isolado. Mas, ao mesmo tempo, cada jurista está consciente do fato de que não pode dar a estes direitos nenhum outro conteúdo fundamental, sem que a forma jurídica lhe escape das mãos. O direito público só pode existir enquanto refletir a forma jurídica privada na esfera da organização política, ou então deixa de ser direito. (PASUKANIS, 1989, p.75)

Dessa forma, sem a possibilidade da subjetivação, as normas emitidas pela organização política perdem precisamente o seu caráter jurídico⁶⁵.

Como compreender, então, as inversões operadas pela moderna teoria jurídica burguesa, como a doutrina da função social? Apreender a norma como fonte do sujeito de direito, a coação como fonte da liberdade jurídica, seria somente uma operação

⁶⁵ Interessante notar que, quando a doutrina constitucional estabelece que certos enunciados como “normas programáticas”, ela inviabiliza justamente o processo de subjetivação, retirando, com isso, o seu caráter jurídico. Em um exemplo, ao estabelecer o artigo 6º da Constituição Federal brasileira de 1988 como norma programática, tal doutrina busca impedir que os particulares exijam a sua execução por meio de uma relação jurídica, evitando abarrotar o Poder Judiciário com demandas sociais. Sobre o desenvolvimento da “teoria da norma programática” no Brasil e seus efeitos também no plano da política econômica, Gilberto Bercovici denuncia a sua funcionalidade em bloquear as ‘cláusulas transformadoras’ incorporadas na Constituição de 1988. Em suas palavras, “norma programática passou a ser sinônimo de norma que não tem qualquer valor concreto, contrariando as intenções de seus divulgadores. Toda norma incômoda passou a ser classificada como ‘programática’, bloqueando na prática, a efetividade da Constituição e, especialmente, da Constituição Econômica e dos direitos sociais”. (BERCOVICI, 2005, p.40)

ideológica? Para Pasukanis, tratavam-se de representações conectadas ao conjunto das relações jurídicas impulsionadas pela fase imperialista do capitalismo.

3.3.1.1 O Imperialismo e as Doutrinas

Segundo Pasukanis, a tendência do pensamento jurídico de apreender o direito enquanto função social estabelecida por meio da norma refletia os impulsos do estágio finaceirizado do capitalismo, onde “a ideologia de Manchester e a livre concorrência foram substituídas pelos grandes monopólios capitalistas e pela política imperialista” (PASUKANIS, 1989, p.72).

Como exposto anteriormente⁶⁶, o debate marxista sobre o imperialismo apontava para a tendência de oligopolização impulsionada pela lógica da acumulação do capital financeiro. Trata-se de linha interpretativa sobre o processo de edificação de conglomerados, articulando bancos, indústria e Estado, que, por meio de fusões, participação acionária, direcionamento de investimentos públicos e privados, dentre outros, impulsionavam as políticas expansivas do período, criando uma conflituosa cadeia internacional de dependência financeira e amplificando as diferenciações políticas e econômicas no interior das classes sociais: rentistas, industriais, proletários, aristocracia operária etc.

À medida que o capital financeiro expressa forma mais complexa de apropriação do trabalho socialmente produzido (do mais-valor), que se generaliza e se impõe na fase monopolista da economia, engendravam-se novas relações e reflexões jurídicas. Como observou Pasukanis (1989, pp.103-4), se na fase concorrencial do capitalismo a subjetividade jurídica foi elevada à qualidade de absoluto da personalidade humana, conferindo primazia da esfera privada, na fase monopolista, verificou-se movimento doutrinário diverso. A doutrina jurídica começou a, então, validar o princípio da subjetividade na medida de sua utilidade social.

Esta mutação foi particularmente sensível no âmbito das reflexões sobre o direito de propriedade: que, de direito subjetivo, passou a ser considerado enquanto direito

⁶⁶ Sobre esse tema, vide **tópico 2.2.2**.

objetivo. Em outras palavras, de atributo *do* sujeito de direito, transformar-se-ia em atributo *conferido pela norma ao* sujeito de direito. Ao invés de um direito individual arbitrário, o direito de propriedade existiria em face da utilidade social expressa por meio das normas. Vejamos isso nas palavras de Duguit (1975, p.240):

Todo indivíduo tem a obrigação de cumprir na sociedade uma certa função em razão direta ao lugar em que nela ocupa. Então, o possuidor da riqueza, por possuir a riqueza, pode realizar um certo trabalho que só ele pode cumprir. Somente ele pode aumentar a riqueza geral fazendo valer o capital que possui. Está, pois, obrigado socialmente a realizar esta tarefa, sendo socialmente protegido se a cumpre e na medida em que a cumpre. A propriedade não é, pois, o direito subjetivo do proprietário; é a função social do possuidor da riqueza. (Tradução Nossa)⁶⁷

Em síntese, para Duguit, a propriedade seria, antes de um direito do indivíduo, uma função social. Assim, à medida que se cumpre tal função, o direito individual existiria e seria resguardado pelo ordenamento jurídico.

Ao desferir golpes contra o individualismo jurídico, este tipo de teoria adquiriu “a simpatia de diferentes marxistas que pensaram encontrar nela elementos de uma nova teoria ‘social’ do direito correspondente aos interesses do proletariado” (PASUKANIS, 1989, p.104). Essa simpatia se amalgamou, por conseguinte, às correntes reformistas dentro do movimento comunista, uma vez que infirmava a tese do socialismo por meio de modificações graduais no conteúdo das instituições jurídicas e estatais. Nesse campo, a principal referência para Pasukanis era a teoria do jurista austríaco Karl Renner, uma espécie de derivação do “socialismo jurídico”.

O imperialismo justificava, assim, a passagem, na teoria jurídica, do eixo de gravitação do sujeito de direito para o da norma objetiva. Movimento observado tanto no normativismo formalista (Kelsen, por exemplo) quanto no funcionalismo social (Duguit e Renner, por exemplo).

⁶⁷ “Todo individuo tiene la obligación de cumplir en la sociedad una cierta función en razón directa del lugar que en ella ocupa. Ahora bien, el poseedor de la riqueza, por lo mismo que posee la riqueza, puede realizar un cierto trabajo que sólo él puede realizar. Sólo él puede aumentar la riqueza general haciendo valer el capital que posee. Está, pues, obligado socialmente a realizar esta tarefa, y no será protegido socialmente más que si la cumple y en la medida que la cumpla. La propiedad no es, pues, el derecho subjetivo del propietario; es la función social del tenedor de la riqueza”.

Ademais, para Pasukanis, a teoria da função social não passava de uma idealização grosseira da questão do direito de propriedade. Em suas palavras, tal teoria no “Estado burguês é uma hipocrisia, no Estado proletário é uma dissimulação dos fatos” (PASUKANIS, 1989, p.70).

Como argumentou, do ponto de vista burguês, esta teoria em nada contradizia as relações capitalistas fundamentais. As normas podem influir nos termos do direito de propriedade, estabelecendo condições para a produção e para a troca, isto é, nos termos e condições da liberdade de dispor e usufruir de algo enquanto sua mercadoria, mas em nada alteram a dinâmica basilar da propriedade privada.

Como exposto, a “propriedade privada” consiste na forma particular de apropriação do trabalho socialmente produzido. A particularidade dessa exploração ocorre por esta se realizar mediante uma relação de equivalência jurídica basilar: por meio de um contrato de trabalho. Destarte, o direito de propriedade é desdobramento formal da própria condição do sujeito enquanto sujeito de direito, determinação necessária à equivalência formal entre os materialmente desiguais, no caso entre o proletário e o burguês. Por essa razão, ainda que as normas estabeleçam diferentes condições para a relação jurídica, o direito de propriedade enquanto mediação formal da apropriação do trabalho alheio em nada se modifica. Daí a hipocrisia do termo “social”.

Em verdade, destacou Pasukanis, a teoria da função social da propriedade expressava, no plano jurídico, justamente os conflitos entre as frações rentistas e produtivas da burguesia no contexto de supremacia do capital financeiro (PASUKANI, 1989, p.104). Ou seja, as tensões entre as frações da burguesia cujo direito de propriedade se conecta intimamente à geração de mais-valor por meio da atividade produtiva e àquelas cujo direito se conecta à apropriação do mais-valor gerado por meio da atividade rentista extraída da esfera da circulação⁶⁸.

⁶⁸ Em seus estudos sobre a economia política, Marx apontou que o circuito de realização do capitalista financeiro, cujo negócio consiste em explorar o valor-de-uso do dinheiro enquanto capital, é externo ao da realização do capitalista produtivo. Isto é dizer que, enquanto o acréscimo de valor do capital na produção depende de múltiplas variáveis do processo de trabalho, o acréscimo de valor do capital financeiro depende apenas das cláusulas jurídicas. Em face dessa diferença entre lucro e juros, para o financista, o seu dinheiro parece brotar puramente do seu direito de propriedade, enquanto que para o industrial parece resultar, não da sua condição de também proprietário, mas da sua função de “trabalhador”. Na medida em que juro e lucro são frações do mais-valor, Marx (2008, p.512) ironiza tal “trabalho”: “confrontado com o capitalista financeiro, o capitalista industrial é trabalhador, mas um trabalhador capitalista, ou seja, explorador do trabalho alheio.”

Do ponto de vista proletário, a dissimulação dos fatos pela teoria social restava ainda mais perigosa. Pois, se função social for entendida enquanto princípio socialista de fim da exploração do homem pelo homem, não basta mudar o conteúdo do direito de propriedade, sendo necessário eliminar a própria relação que o enseja. A única condição possível é, então, a extinção da propriedade privada: a supressão da relação mercantil da compra e venda da força de trabalho, que tem por colorário necessário o próprio sujeito de direito. Trata-se do processo de transformação da economia de mercado em economia socialista. Para tanto, rompendo com as idealizações jurídicas e reformistas, reafirmou o princípio de que a “tomada do poder político pelo proletariado é a condição fundamental do socialismo” (PASUKANIS, 1989, p.104).

3.4. Direito e Revolução

A defesa da Revolução, isto é, da necessidade da tomada do poder político, é, em Pasukanis, mais do que uma constatação das particularidades da experiência russa para chegar ao comunismo, mas resultou da compreensão da dialética das formas sociais no capitalismo. No caso do Estado, ainda que forma social necessariamente autônoma às relações privadas, este não deixa de ser também “uma organização real de dominação de classe”. Contradição da sociedade de classes anulada pela razão dualista.

Por mais que a ideologia jurídica obscureça as relações sociais, apreendendo-as apenas pela ótica das normas (como o Estado enquanto conjunto de regras), Pasukanis (1989, pp.125-6) destacou que a burguesia jamais esqueceu que:

(...) a sociedade de classes não é somente um mercado no qual se encontram os proprietários independentes de mercadorias, mas que é também um campo de batalha de uma feroz guerra de classes, na qual o Estado representa uma arma muito poderosa.

Em suma, o Estado não é apenas o “terceiro” das relações mercantis, mas é também o instrumento organizador da burguesia enquanto classe dominante. Pois, no Estado, estão concentrados e centralizados as principais armas que conformam o poder burguês enquanto classe (não do poder individual de um burguês). Não há, por isso, outra opção para o proletariado a não ser a de tomá-las para si e promover uma reconfiguração radical das

relações de produção e troca capitalistas, instituindo uma economia planificada visando a extinção da exploração de classe. Esse é, para Pasukanis, o processo de construção do socialismo, uma fase transitória.

3.4.1 Direito e Socialismo

Para os revolucionários, o período de transição não se apresentou rápido tampouco isento de múltiplas contradições. A própria NEP representou a complexidade do processo de transformações políticas e econômicas vivenciado por Pasukanis. Em suas palavras, “a experiência mostrou que a produção e a distribuição organizadas e planificadas não podem substituir imediatamente, da noite para o dia, as trocas mercantis e a ligação das diferentes unidades econômicas pelo mercado” (PASUKANIS, 1989, p.104).

Nesse sentido, a economia planificada se apresenta “como método” para a rearticulação da produção social atomizada por meio da esfera mercantil (PASUKANIS, 1989, p.107). Trata-se da tarefa de supressão do controle privado dos meios de produção, que, por meio de uma etapa de nacionalização, busca-se desenvolver as condições materiais de uma sociedade sem exploração de classes: uma nova divisão social do trabalho.

O desenvolvimento da economia planificada implicaria, assim, que a produção social se tornasse, cada vez menos, articulada em torno do antagonismo de interesses privados – a lógica de mercado – e, cada vez mais, por meio de uma coordenação técnica. Neste ponto, importa-nos resgatar o entendimento de Pasukanis sobre o caráter “técnico”.

3.4.1.1 Normas Jurídicas e Normas Técnicas

As normas podem ser entendidas enquanto expressões lógicas da vontade humana para a organização de comportamentos sociais. Essa definição genérica, como vimos, não serve para diferenciar as normas jurídicas das demais normas sociais, como das normas técnicas. O caráter jurídico da norma reside justamente por expressar a lógica de

uma relação antagônica entre sujeitos de direito. Por essa razão, segundo Pasukanis, enquanto a norma jurídica pressupõe a diversidade de objetivos (o litígio), a norma técnica pressupõe uma unidade objetivos. Nas suas palavras:

Eis por que as normas jurídicas relativas à responsabilidade das estradas de ferro pressupõem direitos privados, interesses privados diferenciados, enquanto que as normas técnicas do tráfego rodoviário pressupõem um objetivo unitário, como, por exemplo, o rendimento máximo. (PASUKANIS, 1989, p.50).

Por entender que a perspectiva jurídica corresponde ao conflito enquanto a perspectiva técnica à unidade racional, entendeu Pasukanis que a regulamentação socialista deve evoluir em direção do planejamento técnico da vida social⁶⁹. O direito, correlato necessário do antagonismo privado da forma mercantil, portanto, tende a ser superado em forma superior de organização social.

3.4.2 O “Fim do Direito”

Vimos que a tomada do poder político era, para Pasukanis, a condição necessária para suprimir a dominação da burguesia, mas isto não significava em supressão imediata da dominação de classe. O Estado socialista se constituiu como a forma política de dominação do proletariado, e, nessa condição, ainda que mais democrática e popular que as formas burguesas, precisava ser também superado. Para tanto, necessário reestruturar nova divisão social do trabalho de uma sociedade sem classes: o comunismo.

Pasukanis tinha clareza que, na fase de transição, o poder político proletário ainda se depararia com uma organização social fundada no antagonismo entre os interesses

⁶⁹ Segundo Márcio Naves, aqui se encontra a maior vacilação teórica de Pasukanis. Pois, ao desfeticizar corretamente a eternidade do direito, incorreu numa fetichização da própria ‘técnica’. Em suas palavras: “O limite da posição teórica de Pachukanis decorre de sua concepção de que o socialismo possa conhecer normas de caráter ‘técnico’, não afetadas pela luta de classes, ‘isoladas’ do processo de transformação das relações sociais, normas rigorosamente ‘neutras’, do ponto de vista de classe, do ponto de vista da luta política e ideológica que as massas travam contra as formas de existência do capital. Tudo se passa como se houvesse um ‘espaço’ recortado e subtraído à luta de classes, um espaço em que a política, isto é, a luta de classe proletária não penetra, o que é justamente a representação que a burguesia faz da política, interditando o espaço da produção à luta de classe proletária. Não por acaso, Pachukanis compreende essa esfera técnica como a realização de relações não-fetichizadas, como um espaço de racionalidade, construindo uma oposição que opera inteiramente dentro de um dispositivo teórico especulativo, no qual as figuras idealizadas das relações sociais reais substituem a materialidade dessas mesmas relações.” (NAVES, 2000, p.121).

privados. Por essa razão, a troca da produção social conservaria, por um tempo, a forma mercadoria e, conseqüentemente, o princípio da equivalência jurídica, ainda que bastante modificado e estrangido pela nova relação política. Trata-se do contraditório período de sobrevida das formas sociais burguesas: a mercadoria, o direito e o Estado (PASUKANIS, 1989, pp.27-8).

A construção comunista requeria, por isso, a supressão das esferas que se destacam e organizam as relações sociais como um poder estranho, como um poder de classe. Este era o horizonte da Revolução na visão de Pasukanis (1989, p.106).

Assim, para o jurista soviético, entender a lógica das formas se apresentava como uma tarefa central para delimitar os melhores caminhos dessa transição. Disto resulta toda a importância da análise marxista acerca da relação entre o direito e as relações de produção e troca capitalistas. Em seus termos:

Eis por que um trabalho minucioso de observação, de comparação e de análise é indispensável. Somente quando tivermos estudado a fundo o ritmo e a forma da supressão das relações de valor na economia e ao mesmo tempo o desaparecimento dos momentos jurídicos privados na estrutura jurídica e finalmente a dissolução progressiva da própria superestrutura jurídica condicionada por estes processos fundamentais, é que poderemos dizer que explicamos pelo menos um aspecto de edificação da cultura sem classes do futuro. (PASUKANIS, 1989, p.107)

O fim do direito se apresenta, então, como uma espécie de medida do sucesso da empreitada de dissolução da sociedade de classes.

A virtude da crítica da forma jurídica foi, contudo, a tragédia do seu criador. Pois, à medida que as ideias de Pasukanis restaram incompatíveis com a doutrina do grupo estalinista, a sua teoria foi sendo progressivamente mutilada por meio das “autocorreções”⁷⁰. Ainda assim, os ajustamentos teóricos não foram suficientes e

⁷⁰ As autocorreções podem ser verificadas nos textos produzidos por Pasukanis entre 1924 e 1937. Parte deles foram organizados e publicados em 1980, em língua inglesa, por Piers Beirne e Robert Sharlet (PASUKANIS, 1980, pp.vii-viii). Para Marcio Naves, a análise das contradições nas autocorreções revelam a persistência da problemática exposta em TGDM, sendo sintomático que o ajustamento teórico não tenha sido suficiente para garantir a sua sobrevivência dentro do regime estalinista (NAVES, 2000, pp.149-167).

Pasukanis foi considerado “inimigo do povo”, morto em 1937 e a obra TGDM condenada ao esquecimento até sua reabilitação somente na segunda metade do século XX.

CAPÍTULO 4 – HEGEMONIA E DIREITO: A ANÁLISE DE GRAMSCI

O direito não exprime toda a sociedade (pelo que os violadores do direito seriam seres antissociais por natureza, ou deficientes mentais), mas a classe dirigente, que 'impõe' a toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento.
(GRAMSCI, 2011c, p.249)

O impacto da revolução bolchevique na Rússia sacudiu a civilização europeia como um verdadeiro terremoto. A ameaça comunista, que desde a “Comuna de Paris” parecia ter sido eliminada definitivamente da Europa, ressurgiu com uma força estrondosa, cujo epicentro irradiava, agora, da periferia para o centro do capitalismo.

Acontece que não foram apenas os pilares capitalistas os atingidos pelo abalo sísmico vindo do oriente. As principais lideranças dos partidos socialistas europeus, já em processo de desmoralização em razão das posturas de apoio às ofensivas imperialistas dos seus países na 1ª Guerra Mundial, também foram sacudidas por uma crescente oposição interna rejuvenescida pelo sismo revolucionário. Dentro desses partidos, a disputa entre as alas internas se acirrou ao ponto de impulsionar fracionamentos e debates sobre a replicabilidade da experiência russa no velho continente.

De um lado, os setores mais próximos aos ditames da II Internacional chegaram a, inclusive, criticar e condenar a ação bolchevique. De outro lado, o exemplo russo impulsionou os ataques ao reformismo de dirigentes socialistas, cada vez mais vistos como traidores e agentes contrarrevolucionários.

Neste fogo cruzado, notemos o espírito revolucionário do jovem Antonio Gramsci, que, em 24 de dezembro de 1917, ainda militante do Partido Socialista Italiano (PSI), não hesitou em saudar a ação bolchevique, interpretando-a como exemplo concreto do papel da vontade para transformar a realidade. Ainda que com fortes traços idealistas, o escrito intitulado *A Revolução contra o Capital* (GRAMSCI, 2004a, pp.126-130) revela a sua rejeição ao mecanicismo e ao evolucionismo presente na práxis dos dirigentes socialistas italianos, os quais se ancoravam em Marx - lido como teórico do fatalismo histórico - para justificar as práticas reformistas. Contra tudo isto, escreveu:

(- A revolução dos bolcheviques) é a revolução contra *O Capital* de Karl Marx. *O Capital* de Marx era, na Rússia, o livro dos burgueses, mais do que dos proletários. Era a demonstração crítica da necessidade de que na Rússia se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado pudesse sequer pensar em sua desforra, em suas reivindicações de classe, em sua revolução. Os fatos superaram as ideologias (...). Os bolcheviques renegam Karl Marx: afirmam - e com o testemunho da ação explicitada, das conquistas realizada - que os cânones do materialismo histórico não são tão férreos como se poderia pensar e se pensou. Contudo, há uma fatalidade também nestes eventos; e, se os bolcheviques renegam algumas afirmações de *O Capital*, não renegam o seu pensamento imanente, vivificador. Eles não são “marxistas”; não construíram das obras do Mestre uma doutrina rígida, feita de afirmações dogmáticas e indiscutíveis. Vivem o pensamento marxista, o que não morre nunca, que é a continuação do pensamento idealista italiano e alemão, e que em Marx se havia contaminado de incrustações positivistas e naturalistas. (GRAMSCI, 2004a, pp. 126-7)

Mesmo revelando certo desconhecimento acerca do pensamento de Marx, bem como do próprio Lenin, este escrito ilustra o ambiente político-cultural que marca a formação do jovem Gramsci. Ambiente em que, por um lado, não raras vezes a obra de Marx era invocada como argumento de autoridade, na disputa ideológica, contra a necessidade da tomada do poder político pela via revolucionária e que, por outro lado, a perspectiva crítica mais difundida a este evolucionismo não advinha do interior do marxismo, mas do idealismo neo-hegeliano popularizado na Itália por meio de Georges Sorel, Benedetto Croce e Giovanni Gentile (LOSURDO, 2006, p.54).

Compreensível que frente ao evolucionismo teórico e à prática reformista dominante no PSI, Gramsci somente tenha conseguido encontrar, neste primeiro momento de sua juventude, no pensamento idealista italiano os fundamentos à importância da vontade (da ação humana) para transformar a história.

A vitória bolchevique, além de animar o espírito dos revolucionários e revelar, na prática, o erro teórico do pensamento evolucionista dominante, insuflou uma onda de movimentos contestatórios nos países europeus. Com greves de massa,

paralisações em diversos setores econômicos, passeatas, comícios, barricadas, revoltas camponesas etc., a Revolução Proletária Mundial parecia ser uma questão de tempo.

Acontece que, neste turbulento processo, as disputas entre as linhas políticas dentro dos partidos socialistas se agravou a ponto de dirimir consideravelmente a capacidade de intervenção unitária e articulação política para intervir nos acontecimentos.

Para Gramsci (2004a, pp.243-4), os socialistas precisavam seguir o exemplo da Rússia. E, em face da paralisia e capitulação das direções partidárias e sindicais socialistas, entendeu ser necessário construir células na base operária para efetivar a revolução na Itália. Necessário, por exemplo, transformar as comissões internas das fábricas em “Conselhos de Fábricas”, espécies de “soviets italianos”⁷¹:

As comissões internas são órgãos de democracia operária que é necessário libertar das limitações impostas pelos empresários e nos quais é preciso infundir vida e energias novas. Hoje, as comissões internas limitam o poder do capitalista na fábrica e desempenham funções de arbitragem e disciplina. Desenvolvidas e enriquecidas, deverão ser amanhã os órgãos do poder proletário que substituirá o capitalista em todas as suas funções úteis de direção e de administração. (GRAMSCI, 2004a, p.247)

Assim, entre 1919 a 1920, Gramsci e outros companheiros aventuraram-se no trabalho político nos Conselhos, vistos como células do Estado proletário (GRAMSCI, 2004a, pp.287-8). À época, os Conselhos eram um importante instrumento na luta operária em Turim, região industrial da Itália, articulando e apoiando muitas ocupações de fábricas, piquetes e paralisações neste agitado biênio. E, para interferirem na batalha das ideias, fundaram também um semanário chamado *L'Ordine Nuovo*⁷². No entanto, a iniciativa dos “ordinovistas” (como ficaram conhecidos) não angariou o apoio das principais direções do PSI, tendo sido alvo de acirradas disputas, que acabaram por enfraquecer a ação destes jovens.

⁷¹ Ainda que “soviet” (совет) possa ser traduzido como “conselho”, importante destacar que a analogia entre a experiência italiana e a russa deve ser entendida no sentido estrito de referência política de democracia operária para Gramsci, haja vista as particularidades que desautorizam uma identificação mecânica entre essas formas de organização operária.

⁷² De 1º de maio de 1919 a 24 de dezembro de 1920, o semanário foi organizado por Gramsci, Palmiro Togliatti, Umberto Terracini e Angelo Tasca. A partir de 1º de janeiro de 1921, o jornal passou a ser diário e, com a fundação do Partido Comunista Italiano (PCI), passou a ser o seu órgão de comunicação oficial até 1924, quando foi substituído pelo *L'Unità*. Em 1º de março de 1924, Gramsci retomou o projeto do *L'Ordine Nuovo*, que passou a ser um jornal quinzenal (COUTINHO, 2004a, pp.14-5).

A prática ensinou a Gramsci a importância de um partido revolucionário; da necessidade de uma renovação no PSI para fazer a revolução na Itália. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (2007, pp.38-9):

Gramsci havia assim assimilado, no período do *L'Ordine Nuovo* semanal, dois importantes momentos da reflexão de Lenin: por um lado, a necessidade de colocar a questão do Estado como questão central da revolução socialista, indicando ao mesmo tempo os modos concretos de se *aproximar* da construção desse novo Estado, rompendo assim com a espera passiva e espontaneísta na “grande catástrofe”; e, por outro lado, a necessidade de construir um partido de tipo novo, um partido efetivamente comunista e revolucionário, capaz de dirigir o conjunto da classe operária e de seus aliados no processo de preparação para a tomada do poder e em sua posterior construção.⁷³

A partir de 1920, Gramsci concentrou esforços na disputa partidária interna, que pendulava entre a fidelidade à linha da II Internacional e a adesão à III Internacional, bem como entre a expulsão das alas reformistas e a criação de um partido novo. Nesta ferrenha disputa, Gramsci, apesar de oscilações, terminou por aderir à ala que decidiu romper com o PSI e fundar, em 1921, o Partido Comunista da Itália (PCI) (COUTINHO, 2007, pp.45-6).

Apesar da adesão ao Comintern, a direção majoritária do PCI, liderada então por Amadeo Bordiga, entrou em franco conflito com as mudanças na linha política defendidas pelos bolcheviques a partir dos anos 20. Com as derrotas das ações operárias e a ofensiva das forças capitalistas – que na Itália ganhava as cores e a brutalidade do fascismo –, Lenin, combatendo o sectarismo de frações comunistas, defendeu a aliança entre os comunistas, os socialistas, trabalhistas e anarquistas para esta nova etapa da luta contra a burguesia. Esta tática, conhecida como “frente única”, foi o centro de gravitação das polêmicas entre as direções comunistas no período (DEL ROIO, 2005, pp.178-9). Na

⁷³ Decerto, pensamos que a experiência dos Conselhos foi importante para Gramsci não somente do ponto de vista das suas falhas – como as lições sobre a questão do Estado e do Partido –, mas também em face das suas potencialidades. Diferentemente da atividade sindical e parlamentar, Gramsci viu na ação radical dos Conselhos – especialmente, por meio das ocupações de fábricas – a constituição de um espaço da vida dos trabalhadores que, surgindo da negação à legalidade e às instituições políticas, permitiria a superação da consciência corporativa e reformista, podendo ser um germe da democracia operária tanto para acumular forças no processo revolucionário quanto para a dinâmica produtiva de transição ao comunismo. Dessa forma, os Conselhos representavam a possibilidade da classe operária demonstrar a sua capacidade de dirigir a sociedade. Possibilidade nunca abandonada por Gramsci! Por esses motivos, entendendo que o salto de consciência não é espontâneo, advindo, ao contrário, da longa e tenaz batalha das ideias e da ação operária, Gramsci, sempre que pôde, reavivou o projeto do *L'Ordine Nuovo* de intervir na cultura operária italiana.

Itália, a maioria bordiguista recusou-se, veementemente, a se aliar aos socialistas, vistos por eles como ala esquerda do fascismo.

Foi neste contexto de tensionamento interno e externo da luta política que Gramsci assimilou progressivamente o pensamento marxista e leninista, ganhando arcabouço teórico para interferir na prática política do partido. Biógrafos e comentadores apontam para o período em que ficou em Moscou, como representante do PCI junto ao Comintern, de 1922 até 1923, como um dos momentos centrais deste processo de aprendizado teórico e empoderamento político (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, pp.26-8; CANDREVA;MAESTRI, 2007, pp.88; COSTA, 2011, p.38; COUTINHO, 2007, pp.54-5; DEL ROIO, 2005, pp.180)⁷⁴.

“*Traduzindo Lenin em italiano*” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.28), Gramsci, no seu retorno à Europa, polemizou duramente com as linhas sectárias e reformistas, visando à implantação da fórmula da frente única nas fileiras italianas para combater o fascismo. Foi um período de intenso aprendizado político e de crescente interferência nas disputas partidárias⁷⁵, gabaritando-o como um dos principais dirigentes italianos da época.

Uma das questões centrais para Gramsci passou a ser a da aliança operário-camponesa na Itália, visto como uma necessidade para a revolução. Por isso, para ele era necessário entender a dinâmica da vida nacional, a realidade italiana em suas particularidades. Neste espírito, Gramsci empreendeu o primeiro estudo mais denso sobre seu país, conhecido pelo título *A questão meridional* (GRAMSCI, 2004b, pp.405-35), objetivando demonstrar como a “questão meridional” (isto é, forma da questão camponesa em seu país) deveria ser assumida politicamente pela vanguarda operária e os possíveis caminhos para a sua resolução. Tratava-se de medida necessária para compreender e

⁷⁴ Em nossa leitura das polêmicas que travou nos jornais italianos contra os difamadores da experiência bolchevique, notamos que, ainda que a estadia em Moscou tenha significado verdadeiro salto qualitativo em sua trajetória, é perceptível o desenvolvimento cultural de Gramsci no interior dos debates sobre as ideias de Marx e de Lenin mesmo nos escritos anteriores à viagem.

⁷⁵ Nesse processo, destaca-se a carta que escreveu a companheiros de partido em 09 de fevereiro de 1924, na qual polemizou com as frações políticas dominantes no PCI, fez autocríticas e postulou a tarefa de construir um novo grupo dirigente. Em suas palavras: “[...] considero que chegou o momento de dar ao Partido orientação diversa daquela que ele teve até agora. Começa uma nova fase na história não só de nosso Partido, mas também de nosso país. Portanto, é preciso que ingressemos numa fase de maior clareza nas relações partidárias internas e nas relações entre o partido e a Internacional.” (GRAMSCI, 2004b, pp.179-180).

desestruturar o “bloco agrário”⁷⁶ (e o “bloco intelectual”, mediador da relação entre os latifundiários do Sul e a burguesia industrial do Norte e desta com a massa camponesa), sustentáculo das relações capitalistas na Itália (GRAMSCI, 2004b, p. 429-31; GRUPPI, 1978, pp.58-9).

Acontece que Gramsci foi impossibilitado de concluir e publicar este estudo. Pois, em 08 de novembro de 1926, aos 35 anos de idade, mesmo sendo parlamentar eleito, foi capturado e preso pelo regime fascista.

Como visto nesta despretensiosa reconstrução biográfica, até a época de sua prisão, a atividade literária do comunista italiano consistiu na confecção de curtos textos para os veículos de comunicação dos jornais operários e do próprio partido. Tratavam-se basicamente de opiniões sobre polêmicas políticas e culturais, bem como de informes ao partido sobre a conjuntura à época, entre outros boletins. Contudo, ainda que de elevado valor científico para conhecimento do pensamento de Gramsci, podemos dizer que as suas contribuições para o marxismo estavam mais no âmbito da prática militante do que no das reflexões teóricas de longo alcance.

Afastado das atividades comunistas imediatas, Gramsci, mesmo preso, não abandonou a luta política e, por meio de carta à sua cunhada Tatiana Schucht, revelou o desejo de desenvolver um trabalho intelectual de fôlego. Expôs para ela o plano de desenvolver algumas ideias “*für ewig*” (GRAMSCI, 2011a, pp.86-91), isto é, eternas. Com isto, Gramsci objetivou avançar na análise sobre o movimento comunista, em uma espécie de cruzada intelectual para apreender os erros da derrota para o fascismo, à luz de um quadro analítico mais amplo, levando em conta as determinações nacionais e internacionais do processo histórico vivido⁷⁷.

⁷⁶ “A sociedade meridional é um grande bloco agrário constituído por três estratos sociais: a grande massa camponesa amorfa e desagregada; os intelectuais da pequena e média burguesia rural; e os grandes proprietários agrários e os grandes intelectuais. Os camponeses meridionais estão em perpétua fermentação; mas, enquanto massa, são incapazes de dar uma expressão centralizada às suas aspirações e necessidades. O estrato médio dos intelectuais recebe da base camponesa os impulsos para a sua atividade política e ideológica. Os grandes proprietários, no campo político, e os grandes intelectuais, no campo ideológico, centralizam e dominam, em última instância, todo esse conjunto de manifestações.” (GRAMSCI, 2004b, p.423).

⁷⁷ Em recente publicação biográfica, Giuseppe Vacca defende que, com a expressão “*für ewig*”, Gramsci estava, por meio de sua cunhada, usando de uma linguagem cifrada para despistar a censura e sinalizar à direção do PCI, notadamente a Palmiro Togliatti, a intenção de aprofundar as teses e os pressupostos principiaidos no ensaio sobre a questão meridional e, com isso, sistematizar as suas ideias sobre os desafios do movimento comunista. Em suas palavras: “*Für ewig* evoca o ‘eterno’ que, numa linguagem secularizada,

Apesar de a supracitada carta ter sido escrita em 19 de março de 1927, Gramsci somente obteve em 1929 a autorização para dispor em sua cela de material para escrever - ou seja, mais de dois anos depois de preso. Ainda assim, as condições eram péssimas. Além da constante censura e vigilância sobre o que lia e escrevia, Gramsci não dispunha de todos os materiais de pesquisa que requisitava. Para se ter uma dimensão das dificuldades, dos cadernos escolares que utilizava para escrever, a direção carcerária somente autorizava o manuseio de no máximo três deles por vez, os quais, não raras vezes, eram disponibilizados de maneira aleatória. Frequentemente, não autorizava, inclusive, a entrega de livros que eram enviados por seus amigos e familiares.

Não bastassem as agruras do isolamento e da censura, Gramsci também padeceu de péssimas condições de saúde. Sofrendo da “Doença de Pott”, de frequentes ataques no sistema nervoso, de uricemia, dentre outras mazelas, a direção carcerária não oferecia cuidados médicos adequados. Apesar de falecido em 1937 - quando estava em liberdade condicional para tratamento de saúde -, Gramsci somente teve condições de trabalhar entre 1929 e 1935, ainda assim com frequentes interrupções em razão dos problemas de saúde e/ou das transferências entre presídios.

Mesmo com tamanhas dificuldades, foi no período do cárcere que Gramsci produziu suas reflexões mais originais e suas maiores contribuições ao pensamento marxista. Das reflexões empregadas, resultou um volumoso conjunto de notas escritas em 33 (trinta e três) cadernos escolares, versando sobre diversos aspectos das relações sociais. Perpassou temas como: política, literatura, música, economia, filosofia, história, gramática, folclore, religião, direito, entre outros.

Decerto, estes cadernos consistem no maior legado teórico de Gramsci, alçando-o ao patamar dos gigantes do pensamento marxista. Sobre o impacto destes escritos, Eric J. Hobsbawm atestou a virtude da obra do comunista italiano:

se ajusta à função do ‘teórico’ e, para um ‘historicista absoluto’, tal como Gramsci professava ser, era também uma expressão autoirônica. Gramsci queria dizer que pretendia ir até o fim nos temas enfrentados no ensaio sobre a questão meridional, e isso implicava em desenvolver seus pressupostos teóricos [...]. Em síntese, parece-nos que, com aquela carta, Gramsci queria comunicar a Togliatti que pretendia prosseguir o debate sobre as perspectivas do comunismo internacional ocorrido de modo tempestuoso no ano anterior – a detenção não iria impedi-lo - e indicar o terreno no qual se concentrava o seu pensamento.” (VACCA, 2012, pp.181-2).

Gramsci ajudou os marxistas a se libertarem do marxismo vulgar. A força do seu compromisso intelectual está no fato de que não se tratava de um compromisso puramente acadêmico. A práxis estimulava e fecundava a sua teoria, até representar seu objetivo final. Somos gratos a Gramsci não só pelo permanente estímulo intelectual que ele representa, mas por nos ter ensinado que o esforço para transformar o mundo não só é compatível com o pensamento histórico original, sutil e de olhos abertos, mas que, sem ele, é um esforço impossível. (HOBSBAWM, 2011a,).

Em que pese os elogios, Gramsci, importante frisar, não teve a possibilidade de finalizar, sistematizar e publicar nenhum desses seus escritos em vida. Por esta razão, a forma de ordenamento cronológico e temático dessas anotações, nos movimentos póstumos de publicação, constitui um capítulo importante para compreender as diferentes interpretações acerca dos conceitos gramscianos⁷⁸. Capítulo que, para a presente pesquisa, importa à medida que posiciona o presente entendimento acerca das categorias nos escritos de Antonio Gramsci⁷⁹.

4.1. Considerações Bibliográficas

Dos trinta e três cadernos utilizados por Gramsci, quatro deles contém seus exercícios de tradução do alemão e do inglês. Os demais vinte e nove cadernos contém o conjunto principal das suas reflexões, em forma de parágrafos esparsos, acerca das questões que se debruçou no período carcerário.

Em alguns destes cadernos, Gramsci escreveu apontamentos específicos e maiores em torno de determinados temas. Em outros, escreveu parágrafos mais ou menos

⁷⁸ Perry Anderson, em polêmico ensaio de 1976, chegou, inclusive, a sustentar a existência de verdadeiras antinomias internas nos escritos do cárcere. O objetivo do ensaio consistiu em demonstrar os deslocamentos de categorias (“termos-chaves”) no pensamento de Gramsci, ao longo das notas dos *Cadernos*, colocando, assim, em relevo as dificuldades da construção de um discurso unificado sobre esta obra. Com isso, sustentou que, em razão dessas metamorfoses conceituais, abrir-se-ia campo fértil de disputa sobre o legado de Antonio Gramsci (ANDERSON, 2002, p. 16).

⁷⁹ Certamente, as polêmicas geradas em torno da obra de Gramsci não se justificam apenas pelos métodos de edição de seus escritos. O contexto político do pós-2ª Guerra Mundial marcado pelo Relatório Krushev, pelo racha sino-soviético e pela ascensão do Eurocomunismo como uma “terceira via”, por exemplo, contribuíram sobremaneira para a disputa do legado teórico gramsciano. Sobre o processo de difusão de Gramsci na América Latina neste contexto, cf. COUTINHO; NOGUEIRA, 1988. Para uma historiografia crítica à narrativa de Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira, cf. SECCO, 2002, pp. 46-58; SECCO, 2006, pp. 155-158.

curtos sobre os temas trabalhados naqueles textos maiores. O primeiro grupo de cadernos ficou conhecido como “cadernos especiais” (dezessete no total) e o segundo como “cadernos miscelâneos” (doze no total).

Articuladas a esta divisão, três são os tipos de notas escritas por Gramsci nos cadernos, que ficaram conhecidas pelas letras “A”, “B” e “C”. As notas “A” se referem aos primeiros escritos de Gramsci, os quais foram revisados pelo próprio autor - os textos eram delicadamente riscados com linhas diagonais - e, assim, transformados em notas “C”. As notas do tipo “B” consistem nos escritos de redação única.

Gramsci não teve a oportunidade de conferir maior organização aos seus cadernos. Seus trabalhos foram interrompidos pelo agravamento de saúde em meados dos anos 30, afetando o desenvolvimento da sua pesquisa. Mesmo conseguindo a liberdade condicional a partir de 1934, a vida de Gramsci foi igualmente penosa, restringindo-se às cíclicas internações em clínicas médicas até a sua morte definitiva em 1937.

Com a morte de Gramsci, sua cunhada Tatiana reuniu todos os cadernos e, com ajuda do amigo Piero Saffra, providenciou o envio do material para Moscou. O material ficou aos cuidados do companheiro de partido de Gramsci, Palmiro Togliatti.

Somente após o término da 2ª Guerra Mundial, Togliatti publicou parcela dos escritos de Antonio Gramsci. Em razão da divisão e publicação desses textos na forma de seis livros isolados e agrupados em torno de temas afins - *O Materialismo Histórico e a Filosofia de Benedetto Croce* (1948), *Os Intelectuais e a Organização da Cultura* (1949); *O Risorgimento* (1949); *Notas sobre Maquiavel, a política e o Estado Moderno* (1949); *Literatura e Vida Nacional* (1950); e *Passado e Presente* (1951) - esta primeira edição ficou conhecida como “edição temática”. Apesar da grande popularidade destes livros, não demorou em crescer as críticas acerca dos critérios utilizados na seleção e ordenamento dos textos, bem como do seccionamento arbitrário do pensamento gramsciano.

O segundo movimento editorial na Itália foi organizado por Valentino Gerratana, que, utilizando critérios cronológicos mais precisos, publicou, em 1975, os escritos carcerários em quatro extensos volumes (mais de 3.400 páginas). Os três primeiros reproduzem o conteúdo dos 29 cadernos gramscianos e o último volume contém informações que contextualizam tais escritos. A publicação de Gerratana ficou conhecida

como “edição crítica” e contribuiu para aprofundamento dos estudos sobre o *conjunto* do pensamento de Antonio Gramsci.

Outros movimentos editoriais buscaram aperfeiçoar, por meio do trabalho filológico, a disposição dos textos gramscianos (COUTINHO, 2011a, pp.30-1). Pois, em razão do caráter fragmentário dos escritos gramscianos, a sua edição não deixou de ser uma forma bastante sensível de interpretação. Apesar de iniciativas pontuais, o processo de difusão da obra de Gramsci no mundo teve como principais balizas a “edição temática” e a “edição crítica”.

O primeiro movimento editorial de publicação dos textos de Gramsci no Brasil teve como referência a edição temática de Togliatti. Entre 1966 e 1968, graças ao esforço de Ênio Silveira, as cartas do cárcere e quatro dos seis volumes desta edição foram publicadas no Brasil (ficaram de fora os livros: *O Risorgimento* e *Passado e Presente*).

Mais recentemente, Carlos Nelson Coutinho organizou nova publicação das obras de Antonio Gramsci por meio da editora Civilização Brasileira, mesclando elementos e critérios de ambas as edições. Em 1999, publicou seis volumes sob o título de *Cadernos do Cárcere*. A organização dos volumes objetivou adequar critérios temáticos e cronológicos, bem como incluiu, ao fim de cada livro, conjunto de informações para subsidiar a leitura das notas carcerárias. Assim, os volumes foram agrupados em torno dos cadernos especiais, cada qual acompanhado por conjunto de notas miscelâneas relacionado ao tema, dispostas em ordem cronológica, agrupando apenas os textos “C” e os textos “B”.

Apesar do inevitável grau de arbitrariedade na seleção das notas miscelâneas que acompanham cada caderno especial e da ausência das notas “A”, a edição de Carlos Nelson Coutinho apresenta grandes pontos positivos, dentre eles: (i) reforça o caráter unitário dos textos; e (ii) permite, apesar da divisão temática, uma reconstrução cronológica dos escritos carcerários. Pontos que julgamos fundamentais para apreender tanto a unidade quanto a evolução do pensamento de Gramsci.

Com base na edição bibliográfica de Coutinho e de consultas ao aparato crítico sistematizado na edição de Gerratana, buscamos apreender o método de análise empreitado pelo comunista italiano, escavando nesses textos a unidade de inspiração e articulação do seu pensamento, tendo por foco as suas reflexões relacionadas ao direito.

4.2. Prisma Metodológico

O caráter fragmentário dos cadernos carcerários não deve impedir o esforço de conferir sistematicidade lógica ao pensamento de Gramsci; em outras palavras: desvendar (ou melhor, interpretar) a *problemática*⁸⁰ que conforma o seu campo conceitual. Trata-se de tentar identificar o fio condutor que articula estes escritos.

A própria divisão empreitada por Gramsci, ainda que embrionária, entre “cadernos miscelâneos” e “cadernos especiais”, não deixa de ser uma indicação importante para inferir a articulação de seus escritos. Em vista das categorias metodológicas de Marx⁸¹, podemos interpretar o primeiro grupo de escritos como material do “método de investigação” e o segundo como esboço do material que seria trabalhado no “método de exposição”. Em uma analogia, os cadernos miscelâneos de Gramsci estão para os *Grundrisse* de Marx como os cadernos especiais estão para *O Capital* (COUTINHO, 2011, p.109; SECCO, 2006, p. 67).

Decerto, esta analogia deve ser entendida com muitas ressalvas, pois os próprios cadernos especiais padecem de uma maior sistematicidade. Estes fragmentos, ainda que revisados por Gramsci, devem ser lidos como indicações para uma futura revisão e encadeamento lógico das categorias analisadas, que seria realizada caso tivesse oportunidade. Conforme advertiu o próprio autor:

As notas contidas neste caderno, como nos demais, foram escritas ao correr da pena, como rápidos apontamentos para ajudar a memória. Todas devem ser revistas e verificadas minuciosamente, já que certamente, contêm inexatidões, falsas aproximações, anacronismos. Escritas sem ter presente os livros a que se referem, é possível que, depois da verificação, tenham de ser radicalmente corrigidas, precisamente porque o contrário do que foi escrito é que é verdadeiro (GRAMSCI, 2011a, p.85).

Cientes dessas constrações, perguntamos: Qual o eixo - se existir um - que articula as diversas reflexões do comunista italiano? Como articular as notas sobre o “Teatro de Pirandello”, a “Divina Comédia”, o jornalismo, as escolas, a Igreja Católica, os intelectuais, a filosofia, entre outros temas abordados?

⁸⁰ Sobre o conceito de “problemática”, cf. ALTHUSSER, 1979, pp.54-5.

⁸¹ Sobre esse tema, vide **tópico 1.4.4**.

Questões nada triviais, que impulsionou (e ainda impulsiona) debates acalorados entre os comentadores de sua obra. Debates que se desdobram em disputas teóricas sobre quais os conceitos-chaves que articulam e/ou sintetizam os escritos de Antonio Gramsci - se “bloco histórico” (PORTELLI, 1990, p.12), se “hegemonia” (GRUPPI, 1978, pp.1-3), se “Estado” (BUCI-GLUCKSMANN, 1980, p.27), se “sociedade civil” (BOBBIO, 1999, p.48), para ficarmos nos termos “clássicos” -, bem como por aqueles defensores da impossibilidade de tal articulação, seja pela presença de “antinomias” (ANDERSON, 2002, p.16) ou pela formação de “ilhas” (DEBRUN, 2001, p.41) nos conceitos de Gramsci.

Dito isto, entendemos ser necessário explicitar a tomada de posição desta leitura sobre os escritos carcerários. Para nós, não se trata de eleger uma categoria, um conceito-chave, em sua pureza abstrata, mas de entender que Gramsci tem por ponto focal a *análise das relações políticas à luz da totalidade capitalista*, sendo esta o centro articulador e de desenvolvimento das categorias em seus escritos⁸². Em outras palavras, entendemos que as suas reflexões sobre cultura, linguística, filosofia, economia, entre outras esferas do ser social, conectam-se intimamente à busca pela compreensão das diversas determinações da relação entre dirigentes e dirigidos na sociedade capitalista⁸³. Portanto, os conceitos gramscianos precisam ser apreendidos como significantes das formas particulares das relações de dominação burguesas. Este é o prisma metodológico para a presente pesquisa do direito em Gramsci.

Como bem destacou Carlos Nelson Coutinho, Gramsci não pode ser lido como um mero politólogo, pois este sempre lutou pela superação das relações de subordinação. Gramsci, por isso, deve ser entendido como um “crítico da política”, tal como Marx foi um “crítico da economia política” (COUTINHO, 2007, p.93). Como comentou:

⁸² Nessa perspectiva, não vemos “antinomias” ou “ilhas” nos conceitos, mas determinações que influem nas relações de subordinação. Decerto, a impossibilidade de conferir melhor organização lógica a tais determinações resulta em flutuações terminológicas, o que, para o pensamento que não apreende o vínculo dialético entre o real e as suas representações, aparentam ser “imprecisões” conceituais. Neste sentido, aproximamo-nos do argumento de interpretar os conceitos gramscianos enquanto “processos”, isto é, “só podendo ser entendido a partir de estudos históricos e de análises de conjuntura” (SECCO, 2006, p.46).

⁸³ Isso não significa negligenciar as reflexões de Gramsci sobre as relações políticas na URSS, como abordaremos mais adiante no tópico da “Estatolatria”. Trata-se, ao contrário, de destacar o prisma metodológico que reconhece na totalidade capitalista o eixo de desenvolvimento das relações políticas, inclusive, determinando, em última instância, a dinâmica da subordinação na experiência de transição socialista da época.

Basta pensar, por exemplo, na preocupação gramsciana em estabelecer o “primeiro elemento”, a “célula” da política, que ele aponta corretamente na “existência de governantes e governados, de dirigentes e dirigidos” [...]. Assim como Marx parte da mercadoria e de suas determinações para elaborar as categorias mais complexas e ricas de sua crítica da economia política, entre as quais a do capital como relação social, também Gramsci parte de seu “primeiro elemento” (a distinção governantes-governados) para explicitar as mais importantes determinações de sua teoria crítica da política (COUTINHO, 2007, p.80).

A importância de Marx para Gramsci não residiu apenas no símbolo da luta anticapitalista, mas, como explicitado, no próprio exemplo metodológico, que busca delimitar as múltiplas determinações do concreto para ordená-las logicamente em suas relações recíprocas, iluminando os caminhos da revolução. Este parece ser, em Gramsci, o cerne daquilo que chamou de *Filosofia da Práxis*.

4.2.1 A Filosofia da Práxis: superação do *economicismo histórico* e do *ideologismo*

Fornecendo fôlego novo ao marxismo em um contexto político e cultural extremamente adverso à reflexão crítica, Gramsci se afastou das correntes idealistas e do materialismo vulgar que vigoravam no período e se incrustavam no movimento operário. Estes modos de pensar impossibilitavam uma análise mais precisa da realidade e, por consequência, ofuscavam os caminhos para a sua transformação. Para Gramsci, tratavam-se, fundamentalmente, de dois tipos de desvios teóricos, chamados por ele de *economicismo histórico* e de *ideologismo*⁸⁴.

O *economicismo histórico* consistia justamente no conjunto de análises que, em linhas gerais, reduzia o marxismo a uma espécie de mecânica adequação das relações

⁸⁴ Interpretamos que, em Gramsci, a discussão filosófica se conecta intimamente ao princípio leninista da análise concreta da situação concreta enquanto essência do marxismo (LENIN, 1966, p.166). Ou seja, ao depurar os mecanismos teóricos na compreensão da realidade, Gramsci estava, no limite, iluminando os pressupostos filosóficos de desvios políticos no interior do movimento comunista, tais como sectarismo, absentismo etc. Muitos desses desvios integravam as práticas que Lenin alcunhou de “esquerdismo” em famosa brochura escrita em 1920/1 (LENIN, 1966, p.39), na qual criticou duramente a linha política de dirigentes comunistas europeus, dentre eles a de Amadeo Bordiga (LENIN, 1966, p.113), a principal liderança italiana na fundação do PCI. Por essa razão, entendemos no mínimo exagerada a classificação de Gramsci enquanto um “marxista ocidental”, ainda que com ressalvas, conforme clássica tipologia de Perry Anderson (2004, pp.64-5).

político-culturais às contradições econômicas fundamentais do modo de produção. Perspectiva muito difundida nos círculos socialistas e comunistas, tornando-se o espantalho das críticas burguesas. Não por menos, segundo Gramsci (2011a, p.51): “muitas vezes acontece que se combate o economicismo histórico pensando combater o materialismo histórico”.

Sobre os elementos centrais desse tipo de pensamento, sintetizou:

Alguns pontos característicos do economicismo histórico: 1) na busca das conexões históricas, não se distingue entre o que é ‘relativamente permanente’ e o que é flutuação ocasional, e se entende por fato econômico o interesse pessoal e de pequeno grupo, num sentido imediato e ‘sordidamente judaico’ [...] 2) a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico é reduzido à sucessão de modificações técnicas nos instrumentos de trabalho. [...] 3) a doutrina segundo a qual o desenvolvimento econômico e histórico decorre imediatamente das mudanças num determinado elemento importante da produção, da descoberta de uma nova matéria prima, de um novo combustível etc. (GRAMSCI, 2011c, p.50)

Essa forma de pensamento colocava o momento econômico - as contradições em nível estrutural - como a razão imediata a fundamentar toda e qualquer ação e relação social. Nessa toada, não era incomum, por exemplo, encontrar teóricos que tentavam prever e explicar as decisões políticas a partir da análise das flutuações nos preços de mercadorias⁸⁵. Para Gramsci, o economicismo histórico representava a máxima vulgarização do marxismo, difundida e desenvolvida tanto por membros do movimento operário quanto por representantes burgueses. Nos círculos intelectuais italianos, destacou, inclusive, a influência de Achille Loria⁸⁶ na construção desta vulgata.

⁸⁵“A economia é tudo. Muitos filósofos e economistas ‘burgueses’ retomam este estribilho. Fazem certa pose para nos explicar a grande política internacional por intermédio do preço do trigo, do petróleo ou da borracha. Esmeram-se em nos demonstrar que toda a diplomacia é comandada por questões de tarifas alfandegárias e de preços de custo. Estas explicações estão hoje no auge. Possuem uma pequena aparência científica e decorrem de um ceticismo superior com pretensão de elegância suprema”. (GRAMSCI, 2011a, p.51).

⁸⁶ Achille Loria foi um professor de economia que difundiu uma interpretação positivista e vulgar do pensamento marxista. No “caderno 28”, Gramsci alcunhou o termo “lorianismo” ao conjunto de discursos pretensamente científicos difundidos por grupos de “intelectuais” italianos, mas que eram desprovidos de consistência lógica e/ou probatória, ou seja, sem nenhum rigor científico. Em suas palavras: “sobre alguns aspectos deteriorados e bizarros da mentalidade de um grupo de intelectuais italianos e, portanto, da cultura

Na antípoda do economicismo, Gramsci apresentou a filosofia especulativa de Benedetto Croce, argumentando que esta, ao chamar atenção para as esferas da cultura e da política no movimento histórico, podia ser aproveitada, ao menos, como “valor instrumental para a filosofia da práxis” (GRAMSCI, 2011a, p.51)⁸⁷. Com esse resgate instrumental, Gramsci não deixou de atentar para o desvio teórico-prático igualmente presente: o ideologismo.

Em suma, o ideologismo foi o termo alcunhado por Gramsci para designar o conjunto de abordagens que sublimavam as determinações superestruturais nas análises do concreto, sendo uma espécie de espelho invertido do economicismo histórico. O termo se refere, então, à chave de pensamento que colocava os elementos subjetivos como as causas, as razões, os determinantes necessários e/ou únicos, das ações sociais, descolando-os dos seus fundamentos na estrutura.

Sobre esses dois tipos de pensamentos, sintetizou: “num caso, tem-se excesso de ‘economicismo’ ou de doutrinário pedante; no outro, excesso de ‘ideologismo’. Num caso, superestimam-se as causas mecânicas; no outro, exalta-se o elemento voluntarista e individual” (GRAMSCI, 2011c, p.36). Em ambos, elementos da realidade eram apreendidos de maneira dualista e aprioristicamente alçados à condição de determinantes das relações sociais por meio de conexões mecânicas entre espécies de sistemas dicotomizados, como a política e a economia. Essa perspectiva não comportava o vínculo dialético entre as esferas do ser social (entre a estrutura e as superestruturas), o que acabava, frequentemente, provocando confusões na análise, não distinguindo em cada situação, por exemplo, o orgânico do conjuntural, o determinante do determinado etc. Assim sendo, para Gramsci, essas formas de pensamento eram incapazes de compreender a complexidade do movimento da realidade, ofuscando os caminhos da transformação.

nacional (falta de organicidade, ausência de espírito crítico sistemático, negligência no desenvolvimento da atividade científica, ausência de centralização cultural, frouxidão e indulgência ética no campo da atividade científica, etc., não adequadamente combatidas e rigorosamente condenadas: irresponsabilidade, portanto, em face da formação da cultura nacional), aspectos que podem ser descritos sob o título geral de *lorianismo*” (GRAMSCI, 2011b, p.257). Neste caderno, Gramsci objetivou compreender o papel desse fenômeno na formação da cultura nacional, mapeando, ao mesmo tempo, os pensadores e pensamentos que podiam ser enquadrados na categoria lorianismo.

⁸⁷ Para Gramsci, Croce representava a reação ao economicismo histórico, apesar de se apresentar como superação do materialismo histórico. Em sendo a expressão mais refinada do idealismo italiano, Gramsci, tomando por exemplo o papel que a crítica ao idealismo alemão teve na construção do materialismo histórico e dialético, entendia que a crítica a Croce poderia cumprir função análoga, revigorando o marxismo dos desvios mecanicistas e dualistas de sua época (GRAMSCI, 2011a, pp.304-5). Sobre a importância e influência da filosofia crociana em Gramsci, cf. ANDERSON, 2002, pp.53-55, 65-67; COUTINHO, 2007, pp.10-16; LOSURDO, 2006, pp.13-22.

Tamanha incompreensão gerava verdadeiros desastres políticos. Pois, a análise mecânica dos elementos influentes na realidade implicava escolhas políticas erradas. Em suas próprias palavras: “se o erro é grave na historiografia, mais grave ainda se torna na arte política” (GRAMSCI, 2011c, p.38)⁸⁸. No movimento socialista e comunista, tais perspectivas embasavam tanto as práticas esquerdistas quanto as reformistas.

Por um lado, a visão economicista embasava as posturas corporativas dentro do movimento operário, práticas chamadas por Gramsci (2011c, p.46) de “sindicalismo teórico”. Nessa chave, a superação do modo de produção capitalista se apresentaria como resultado das contradições econômicas fundamentais (do conflito capital x trabalho em sua pureza), as únicas que importariam na luta operária. Disto, resultavam as práticas *aprioristicamente* sectárias (negação de toda e qualquer aliança com setores da burguesia, por exemplo), de abandono da luta institucional (absenteísmo eleitoral por princípio, por exemplo) e teleológicas (expectativa da inexorável falência do capitalismo, como outro exemplo).

Por outro lado, como espécie de contraface da visão economicista, o ideologismo, ao autonomizar a política da economia (a vontade da luta de classes, o Estado do mercado, as superestruturas da estrutura etc.), embasava as práticas voluntaristas, que tinham no reformismo uma de suas expressões mais difundidas nos círculos operários. Como visto anteriormente⁸⁹, as correntes reformistas postulavam a possibilidade de se superar o capitalismo sem a revolução proletária, por meio de mudanças progressivas no conteúdo das instituições políticas e jurídicas. O pressuposto ideologista restava evidente ao desconectar essas formas sociais das relações de produção, eternizando-as⁹⁰.

⁸⁸ Interessante notar que, para Gramsci, as “paixões baixas” da disputa política poderiam prejudicar a própria compreensão da realidade, pois, ao se tomar as palavras de ordem e agitativas como ponto de partida, a análise poderia sofrer um auto-engano: “O feitiço, também neste caso, se volta contra o feiticeiro, ou seja, o demagogo é a primeira vítima de sua demagogia” (GRAMSCI, 2011c, p.38). Ou seja, seguindo os trilhos de Gramsci, ao se adotar mecanicamente um elemento existente na realidade ao status de determinante a priori e a todo momento, o próprio movimento da realidade é apreendido de maneira estática e idealizada, ofuscando a complexidade que conforma cada situação concreta. Tal seria o caso, por exemplo, de interpretar as derrotas proletárias do último século a partir da ideia de traição de classe dos dirigentes políticos enquanto determinação nuclear. Nesses tipos de visão, a vontade do dirigente “traidor”, parece-nos, inclusive, ganhar uma força sobrenatural para determinar as situações.

⁸⁹ Sobre esse tema, vide **tópico 2.2.1**.

⁹⁰ Conhecida é a tese eurocomunista difundida no Brasil por Carlos Nelson Coutinho acerca da relação entre democracia e socialismo (COUTINHO, 1979, p.35). Parece-nos que, ao se contrapor à visão economicista da democracia espalhada em círculos comunistas, Coutinho incorreu no desvio oposto: o ideologismo. Pois, ao

Ambas perspectivas significavam meios (práticas políticas) inadequados ao fim (no caso, o comunismo). Em suas versões extremadas, para o primeiro desvio as contradições da economia seriam tudo e a política nada, enquanto que, para o segundo, o inverso seria o verdadeiro. De distinção metodológica das esferas do ser social, transformar-se-iam em espaços autonomizados e dicotômicos, dotados de alguma essência própria, como sistemas fechados. Esta visão dualista era, portanto, o fundo comum às práticas esquerdistas e reformistas dentro do movimento operário⁹¹. Gramsci, inclusive, ao analisar a já citada obra de Bukharin, *Manual Popular de Sociologia Marxista*, dedicou toda uma seção de seus cadernos para elucidar os desvios presentes nesta referência do marxismo soviético (GRAMSCI, 2011a, pp.143-4)⁹².

Em suma, o erro prático-teórico do economicismo e do ideologismo consistia justamente em não realizar as mediações necessárias à compreensão da relação orgânica entre a estrutura e as superestruturas. Assim, renegando a comodidade do mecanicismo, das fórmulas que pretendem sem muitos esforços explicar tudo, Gramsci costurou aquilo que chamou de *Filosofia da Práxis*⁹³ por meio de uma percepção dialética

apresentar a democracia enquanto “valor universal” e, assim sendo, dotada de uma espécie de essência autônoma às relações de produção capitalistas, esta forma social parece idealisticamente absolutizada da dominação burguesa, cofinando a luta socialista a uma conservação, a priori, dos institutos representativos, ainda que “elevados a nível superior”. Em suas palavras: “a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não-democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve ser certamente aprofundado (tanto em sentido econômico quanto em sentido político), mas também conservado ao longo de todo o processo” (COUTINHO, 1979, p.43). Logicamente, o comunismo resultará da dialética de negação, transformação e conservação das relações existentes no capitalismo. Contudo, pensamos, será o desenvolvimento da luta de classes na transformação das relações de produção e troca que estabelecerá o que será “conservado” e o que será destruído em cada particularidade histórica, não havendo validade científica (ainda que possa ter um sentido de vontade política) falar de um conteúdo apriori universal e/ou mínimo.

⁹¹ Neste debate, Gramsci ainda deu um passo adiante. Para ele, o economicismo e o ideologismo eram formulações igualmente difundidas pelas teorias burguesas, influenciando a disputa entre as práticas liberais e as protecionistas. Como acentuou, na luta entre as frações da burguesia, a distinção entre economia e política (em outros termos, sociedade civil e sociedade política, mercado e Estado) era igualmente apreendida de maneira mecânica e dualista, e não orgânica. Por isso, afirmou Gramsci: “no que se refere ao liberismo, tem-se o caso de uma fração do grupo dirigente que pretende modificar não a estrutura do Estado, mas apenas a orientação governamental, que pretende reformar a legislação comercial e só indiretamente industrial (pois é inegável que o protecionismo, especialmente nos países de mercado pobre e restrito, limita a liberdade de iniciativa industrial e favorece patologicamente o surgimento de monopólios): trata-se de alternância dos partidos dirigentes no governo, não de fundação e organização de uma nova sociedade política e, menos ainda, de um novo tipo de sociedade civil” (GRAMSCI, 2011c, pp.47-8).

⁹² As notas críticas de Gramsci a Bukharin foram sensivelmente diluídas na primeira publicação dos escritos carcerários: a edição temática.

⁹³ Na dificuldade de utilizar conceitos da tradição marxista (“classe”, “proletariado”, “comunismo”, “marxismo”, entre outros), vez que estava sob vigilante censura, Gramsci inovou na terminologia em seus escritos (“grupos sociais”, “grupos subalternos”, “sociedade regulada”, “filosofia da práxis”, entre outros).

fortemente reflexiva e relacional, atentando para as diferentes determinações na construção da realidade (GRAMSCI, 2011, pp.52-3)⁹⁴.

Para Gramsci, é necessário apreender as formações políticas, culturais e ideológicas enquanto determinadas pelas contradições econômicas, porém - como fez questão de ressaltar – somente em “última análise”:

Deve-se recordar ao mesmo tempo a afirmação de Engels de que a economia só em ‘última análise’ é o motor da história (nas duas cartas sobre a filosofia da práxis, publicadas também em italiano), que deve ser diretamente conectada ao trecho do prefácio à Crítica da economia política, onde se diz que os homens adquirem consciência dos conflitos que se verificam no mundo econômico no terreno das ideologias (GRAMSCI, 2011c, pp.49-50).

Em apertada síntese, Gramsci compreendeu que as superestruturas *não eram mecanicamente* subordinadas à estrutura, *tampouco autônomas* a ela. Com essa chave, Gramsci se afastou da visão vulgar que tomava a distinção metodológica expressa na metáfora arquitetônica “estrutura-superestrutura” como uma distinção orgânica (SECCO, 2010, p.9).

Nos termos da filosofia da práxis, a organicidade do real é apreendida pelas mediações do “terreno das ideologias”⁹⁵. A construção dessas mediações conforma o plano das relações políticas; isto é, da ação organizada para produzir e reproduzir comportamentos sociais, na qual, como veremos mais adiante, o direito cumpre um papel nuclear.

⁹⁴ Ao historicizar as revisões do pensamento de Marx e Engels, Gramsci sugeriu, inclusive, que a dupla tarefa a que se propõe esta concepção de mundo - (i) a de combater as ideologias modernas em suas expressões filosóficas mais elevadas e (ii) a de elevar a cultura das massas - ajudava a compreender os processos de vulgarização e deformações idealistas sofridas na história do marxismo (GRAMSCI, 2011d, p.35).

⁹⁵ Leandro Konder afirma que, em Gramsci, “a ideologia tem elementos unilaterais e fanáticos, e tem igualmente elementos de conhecimento rigoroso e até mesmo de ciência. Nesse sentido, a ideologia pode chegar a se identificar com ‘todo o conjunto das superestruturas’ (KONDER, 2002, p.106). É nessa acepção mais ampliada que esta pesquisa utiliza o termo “ideologia”, não sendo, portanto, apenas sinônimo de ‘falsa consciência’, mas significando conjunto de concepções.

4.3. A Crítica da Política: convergência entre ciência e arte

O monumental esforço teórico de Gramsci consistiu em tentar dissecar os mecanismos das mediações por onde se apreendem e desenvolvem as contradições sociais, afastando-se dos desvios economicistas e ideologistas. Este era, para ele, o caminho da análise e da transformação da realidade e, por isso, a política ganhou centralidade em suas investigações⁹⁶.

Tendo por horizonte a construção de uma sociedade radicalmente democrática, Gramsci dedicou suas melhores energias no cárcere para entender como muitos agem de acordo com os interesses de poucos. Utilizando os termos dos fundadores da filosofia da práxis, como as “idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes” (MARX; ENGELS, 2007, p.47)? Como poucos dirigem o destino da maioria? Por que os subalternos não subvertem essas relações? Quais os impeditivos? E a mais importante das indagações: quais as possibilidades de subversão?

Através de indagações desse gênero, chega-se ao nervo central que percorre a preocupação de todo revolucionário. Gramsci não examinou as relações políticas a partir de um ponto de vista desinteressado, puramente teórico e/ou acadêmico. A grandeza de sua obra consistiu justamente na convergência entre a *ciência* e a *arte* política. Ou seja, a sua análise foi fortemente permeada pelo telos transformador, pela busca da ação política mais eficaz.

Como ponto de partida às reflexões sobre a maquinaria política, Gramsci fez questão de ressaltar elemento frequentemente “esquecido” nas análises dessas relações: a existência de governantes e governados, de dirigentes e dirigidos. Com esse realismo, entendeu por desafio: “ver como se pode dirigir do modo mais eficaz (dados certos fins) e como, portanto, preparar da melhor maneira os dirigentes (e nisto precisamente consiste a primeira parte da ciência e arte da política)” (GRAMSCI, 2011c, p.325).

Gramsci desenvolveu os estudos a partir do pressuposto materialista de dissecar a política tal como ela se apresenta nas relações sociais, não reduzindo-a aos seus

⁹⁶ Como destacou Carlos Nelson Coutinho, o conceito de política, em Gramsci, aparece em duas diferentes perspectivas: uma ampla e outra estrita. No sentido amplo, política é sinônimo de “catarse”, isto é, de passagem do particular ao universal, ao passo que, no sentido estrito, o conceito expressa as relações entre dirigentes e dirigidos (COUTINHO, 2011, pp.110-2).

discursos. Buscou, assim, sair da aparência e ir à essência das determinações das relações políticas na sociedade capitalista. Para ele, somente conhecendo a realidade a fundo, em suas profundas raízes, era possível descobrir os caminhos para modificá-la. Para isso, necessário mover o pensamento e a ação dentro do terreno concreto, das possibilidades inscritas em cada situação real, sem, contudo, perder de vista a construção do impossível de hoje em possível no amanhã. Esse parece ser um dos sentidos mais profundos e desafiadores da fórmula “pessimismo da inteligência, otimismo da vontade” (GRAMSCI, 2011b, p. 267)⁹⁷.

A análise de Gramsci não implicou em aceitação à divisão entre dirigentes e dirigidos como “*conditio sine qua non*” da “natureza humana”. Ao contrário, abordou-a como uma situação (logo, mutável) erigida sobre determinadas condições gerais e históricas, que podem ser compreendidas e superadas. Gramsci foi, antes de tudo, um crítico da política. Nessa chave, refutou as visões idealistas, essencialistas e a-históricas sobre a chamada “natureza humana”:

A inovação fundamental introduzida pela filosofia da práxis na ciência da política e da história é a demonstração de que não existe uma natureza humana abstrata, fixa e imutável (conceito que certamente deriva do pensamento religioso e da transcendência), mas que a *natureza humana* é o conjunto das relações sociais historicamente determinadas, ou seja, um fato histórico verificável, dentro de certos limites, com métodos da filologia e da crítica. Portanto, a ciência política deve ser concebida em seu conteúdo concreto (e também em sua formulação lógica) como um organismo em desenvolvimento (GRAMSCI, 2011c, p.56).

Entendendo a natureza humana como o “conjunto das relações sociais historicamente determinadas”, Gramsci apontou para o caráter eminentemente prático, dinâmico e relacional do ser humano. Com isso, inseriu-se na tradição de pensamento que “mundaniza” a ciência política, isto é, retira do “divino”, do “deus”, do metafísico, os fundamentos dessas relações, colocando o ser social como seu centro criador, difusor e transformador. Diferentemente das perspectivas transcendentais, adotou o ponto de vista da

⁹⁷ Além do caráter prático-político, esta fórmula foi, para Gramsci, fonte de inspiração para o seu método de investigação, preconizando a ausência de preconceitos para obter o maior rigor intelectual e, com isso, apropriar-se, inclusive, das contribuições materialistas de teorias burguesas à compreensão da realidade, cf. GRAMSCI, 2011d, pp.18-22.

vontade humana interagindo com outras vontades e modificando os comportamentos. Disto, resultou a compreensão do conteúdo da ciência política enquanto “organismo em desenvolvimento”.

Dessa forma, as relações políticas não podem ser apreendidas enquanto fatalidade inexorável. Para Gramsci, a divisão entre dirigentes e dirigidos remonta à própria divisão social do trabalho, isto é, à sociedade organizada por meio da cisão entre classes, sendo necessário criar as condições históricas para a sua superação. Em sendo a divisão dirigentes-dirigidos uma relação social objetiva - e não meramente ideológica -, a crítica da política passa pela necessária articulação dialética entre ciência e arte política:

Na formação dos dirigentes, é fundamental a premissa: pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições? (GRAMSCI, 2011c, p.325).

A política, ainda que momento nuclear dos comportamentos sociais e, por isso, espaço articulador da sociedade de classes, não deixa de ser uma esfera que exsurge a partir da própria divisão de classes e, com ela, devendo ser superada. Nesta perspectiva crítica, entendeu que o ser humano pode ser capaz de conhecer as condições da política e, assim, tornar-se apto a modificá-las:

Neste sentido, o conhecimento é poder. Mas o problema é complexo também por um outro aspecto: não é suficiente conhecer o conjunto das relações enquanto existem em um dado momento como um dado sistema, mas importa conhecê-los geneticamente, em seu movimento de formação, já que todo o indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também a história destas relações, isto é, o resumo de todo o passado. Dir-se-á que o cada indivíduo pode modificar é muito pouco, com relação às suas forças. Isto é verdadeiro até certo ponto, já que o indivíduo pode associar-se com todos os que querem a mesma modificação; em se esta modificação é racional, o indivíduo pode multiplicar-se por elevado número de vezes, obtendo uma modificação bem mais radical do que à primeira vista parecia possível (GRAMSCI, 2011a, p.414).

Em face das possibilidades da ação organizada, entendemos que Gramsci buscou, nos *Cadernos*, compreender quais os mecanismos que impedem os homens de se associarem para modificar as relações políticas. Em outros termos: o que dificulta a “associação entre os indivíduos” para romper o sistema de exploração em que vivem?

Ao dissecar as determinações das relações políticas à luz da totalidade capitalista, Gramsci ressignificou⁹⁸ o conceito de *hegemonia*. Neste fio vermelho, encontramos, ainda, as suas reflexões sobre o direito.

4.3.1 As Determinações da Política: as *relações de força*

No plano da política, Gramsci traduziu e desenvolveu a tese marxista da realidade enquanto complexo de múltiplas determinações a partir da ideia de *relações de força*. Nessa, as relações políticas foram apreendidas levando em conta série de fatores e movimentos - as forças -, que influem nas possibilidades de desenvolvimento da ação humana em cada situação concreta.

Para obter um grau mais aproximado dessas possibilidades, Gramsci apresentou a importância de compreender as relações de força nos vários níveis em que se desenvolve: da relação de forças internacionais à análise das relações sociais fundamentais locais, as quais, por sua vez, expressam as contradições da estrutura dentro de um quadro de especificidades nacionais. Sobre a hierarquia lógica dessas determinações, ressaltou:

As relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais? Indubitavelmente seguem. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações absolutas e relativas no campo internacional, através de suas expressões técnico-militares. Até mesmo a posição geográfica de um Estado nacional não precede, mas segue (logicamente) as inovações estruturais, ainda que reagindo sobre numa certa medida (exatamente na medida em que as superestruturas

⁹⁸ Falamos em ressignificar, pois, o termo hegemonia tem uma trajetória própria dentro do movimento comunista. Como destacou Perry Anderson (2002, pp.29-31), o termo foi bastante utilizado nos debates do movimento operário russo, sendo inicialmente utilizado para teorizar o papel da classe operária em uma revolução burguesa e ganhando outros usos nos processos da revolução bolchevique. O nosso objetivo, contudo, consiste em apresentar os contornos deste conceito em Gramsci.

reagem sobre a estrutura, a política sobre a economia, etc.). (GRAMSCI, 2011c, p.20).

Na investigação sobre os diversos níveis das relações de força, Gramsci (2011c, p.36) alertou, ainda, para a distinção entre os “movimentos orgânicos (relativamente permanentes), dos movimentos que podem ser chamados de conjuntura (e que se apresentam como ocasionais, imediatos, quase acidentais)”. Atentar para esses diferentes nuances que compõem a dinâmica do real é importante para compreender a justa relação entre o orgânico e o situacional; entre a essência e a aparência; entre o determinante e o determinado; entre a quantidade e a qualidade etc.

A estas diferenciações devem ser acrescentadas o distanciamento entre a ação e o discurso nas relações políticas. Sobre isso, Gramsci chegou a afirmar a existência de uma verdadeira “consciência contraditória” nas relações entre o sujeito e os grupos a que se vincula: “uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica” (GRAMSCI, 2011a, p.103). A crítica dessa dissonância - verdadeiro conhece-te a ti mesmo – representa passo para a unificação entre a teoria e a prática e, por consequência, para a formação de uma consciência política superior.

A apreensão científica das contradições no plano da política deve, por sua vez, comportar o espaço do ocasional, isto é, de interações sociais desconhecidas. Isso implica perceber que, entre a vontade e a ação, existe uma série de elementos, alguns “controláveis” e outros sequer conhecidos por seus atores mais conscientes, que influem nos seus efeitos. Ou seja, o risco e o erro como elementos das relações políticas.

Para Gramsci, a filosofia da práxis se construía como a representação, a consciência, desses movimentos. Desde já, resta evidente como o mecanicismo das visões ideologistas e economicistas encontrava dificuldade em apreender a complexa dinâmica da realidade, ora idealizando as determinações, ora ofuscando as particularidades de cada situação. Dessa maneira, ao levar em conta essa relação de forças, a divisão entre dirigentes e dirigidos podia ser entendida, desenvolvida e superada.

4.3.1.1 Hegemonia e Formas Sociais

Decompondo as determinações das relações de força em suas expressões *fundamentais*, isto é, elementares/particulares, Gramsci observa que a política exsurge como esfera de mediação dos conflitos entre as forças em cada sociedade.

Esta mediação é duplamente determinada.

De um lado, pelas “forças sociais estreitamente ligada à estrutura” (GRAMSCI, 2011b, p.36), isto é, pelo nível de desenvolvimento das forças produtivas que delimita o grau de realismo das ideologias que nascem em cada terreno histórico. Isso implica reconhecer a política enquanto determinada pelas condições produtivas da sociedade, como pela quantidade de empresas, de trabalhadores, de recursos naturais etc.

De outro lado, pelas “forças militares”. Momento composto em “dois graus: o militar em sentido estrito, ou técnico-militar, e o grau que pode ser chamado de político-militar” (GRAMSCI, 2011b, p.46). Ou seja, trata-se do momento delimitador da capacidade (em uso e/ou em latência) da violência organizada pelos grupos sociais existentes.

No interior deste quadrante de forças, tem-se, então, a “força política”, confluindo, ao menos, três diferentes momentos da consciência dos grupos sociais atuantes. O primeiro é o que chamou de “econômico-corporativo”: uma solidariedade passiva dentro de uma mesma identidade social (profissional, etário, bairros, entre outras). O segundo é quando esta solidariedade abrange um grupo social mais amplo, ainda que no campo econômico-corporativo, mas que passa para uma postura ativa frente aos demais agrupamentos políticos. Neste nível, “já se reivindica o direito de participar da legislação e da administração e mesmo modificá-las e reformá-las, mas nos quadros fundamentais existentes” (GRAMSCI, 2011b, p.41). A superação dessa consciência corporativa conforma a *fase mais estritamente política*: justamente a *hegemonia*. Em suas palavras:

Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o ciclo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. *Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura*

para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em ‘partido’, entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano ‘universal’, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (GRAMSCI, 2011b, p. 41). [Grifos nossos]

Em Gramsci, a política pode ser entendida enquanto relação que visa a transformar interesse particular em universal, estabelecendo a hegemonia de um grupo social sobre os demais. Transformação que, na sua manifestação limítrofe, resulta do confronto entre os grupos enquanto “partidos”⁹⁹. Neste processo – e aqui, certamente, Gramsci tomou por referência analítica as revoluções burguesas¹⁰⁰ –, “as superestruturas complexas” (como o Estado e o direito) se desenvolvem em torno da hegemonia:

O Estado é certamente concebido como organismo próprio de um grupo, destinado a criar as condições favoráveis à máxima expansão desse grupo, mas este desenvolvimento e esta expansão são concebidos e apresentados como a força motriz de uma expansão universal, de um desenvolvimento de todas as energias ‘nacionais’, isto é, o grupo dominante é coordenado concretamente com os interesses gerais dos grupos subordinados e a vida estatal é concebida como uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto,

⁹⁹ Ao usar o termo entre aspas, parece-nos que Gramsci se aproxima da ideia leninista de partido enquanto instrumento que permite a passagem da consciência econômica particular para a consciência política geral (LENIN, 2006, pp.192-200), não sendo, por isso, conceito reduzido a uma forma institucional específica.

¹⁰⁰ As reflexões de Gramsci sobre o *Risorgimento* buscaram compreender as determinações (a conjuntura internacional, o cosmopolitismo dos intelectuais italianos, a fragilidade produtiva e econômica, a “conserteria” das classes dominantes, o “apoliticismo das classes subalternas”, as relações entre o Partido da Ação, o Partido Moderado e o povo, a questão do *Mezzogiorno* etc.) que explicam a incapacidade da burguesia italiana superar a fase econômico-corporativa e, com isso, construir uma “vontade nacional” no processo de unificação político-territorial da Itália, diferenciando-se dos processos da Revolução Francesa. Estes elementos ajudam a explicar, por exemplo, a inexistência de um partido “jacobino” clássico ou de uma força nacional-popular que derrubasse radicalmente as estruturas feudais, tal qual ocorrido na França. Ao explicar a formação do Estado italiano, Gramsci desenvolveu a fórmula da “revolução passiva” ou “revolução-restauração”, destacando o fenômeno do “transformismo” na relação entre as classes em luta (GRAMSCI, 2011e, pp.62-4; pp.83-4; pp. 285-7; pp. 310-11; pp. 316-23; pp.328-30).

ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo (GRAMSCI, 2011b, pp. 41-2).

A hegemonia expressa, destarte, a relação de forças que garante os interesses fundamentais de um grupo social, catalisa os anseios corporativos dos demais e neutraliza os que disputam a sua posição. Essa relação conforma os interesses particulares dentro de um plano geral/universal (“de energias ‘nacionais’”), organizando, com isso, o campo de gravitação por onde se movimentam as forças (dominantes e dominadas) na sociedade (o terreno dos “equilíbrios instáveis”).

Dito de outra maneira, a hegemonia é o eixo gravitacional do desenvolvimento das superestruturas e suas formas de consciência, de modo que os conflitos entre os grupos sociais sejam por elas moldadas e mediadas, conferindo a unidade dialética destes comportamentos com a estrutura, formando aquilo que Gramsci (2011c, p.26) chamou de “bloco histórico”.

À luz do bloco histórico burguês, iluminemos o papel nuclear do direito na hegemonia¹⁰¹. Nuclearidade em duplo sentido: (i) seja do ponto de vista do seu *conteúdo*, enquanto parâmetro do “equilíbrio instável” entre as forças em cada situação¹⁰²; (ii) seja do

¹⁰¹ Em dissertação de mestrado, Alessandro Octaviani desenvolveu a tese de que “o conceito gramsciano de hegemonia, para ser corretamente compreendido, deve levar em conta uma específica reflexão sobre o direito” (OCTAVIANI, 2005, p. 20). Em que pese a justeza e a importância dessa tese para a ciência jurídica, a nossa análise se diferencia da de Octaviani à medida que refutamos tomar os conceitos de direito e de hegemonia enquanto “conceitos em geral”, mas como representações de formas sociais específicas do bloco histórico capitalista. Esta diferença de abordagem, por sua vez, parece-nos explicar a aparente redução da análise da hegemonia à disputa sobre o “conteúdo principal” do ordenamento jurídico (OCTAVIANI, 2005, p.51), silenciando sobre a questão da própria forma social. Desenvolvendo essa análise, em pesquisa posterior, propôs uma reposição da questão da hegemonia, chamada por ele de “desafio gramsciano”, visando a disputa por mecanismos de “democracia participativa quente” (OCTAVIANI, 2008, pp.238-251). Para nós, como demonstraremos, a disputa sobre o “conteúdo principal” integra a luta dos trabalhadores em torno da hegemonia, mas, contudo, deve ser conectada ao objetivo de alterar a relação de forças, viabilizando a superação dialética dessas próprias formas sociais.

¹⁰² Na análise de processos históricos, Gramsci destacou o papel das leis na conformação de “blocos de poder”, isto é, de alianças entre forças em luta. Em suas reflexões sobre a Revolução Francesa, notou como a manutenção da “Lei de Chapelier” e a promulgação da “Lei do maximum” pelos jacobinos desestruturaram a aliança entre a pequena-burguesia e o povo. Para Gramsci, essas ações revelam que a pequena-burguesia não foi capaz de transcender o plano corporativo, demonstrando a incapacidade do movimento jacobino de construir hegemonia frente à grande burguesia. Em suas palavras: “O fato de que, apesar de tudo, os jacobinos sempre permaneceram no terreno da burguesia é demonstrado pelos acontecimentos que assinalaram seu fim como partido de formação excessivamente determinada e enrijecida, bem como a morte de Robespierre: eles não quiseram reconhecer aos operários o direito de associação, mantendo a Lei Chapelier, e como consequência tiveram que promulgar a lei do *maximum*. Romperam, assim, o bloco urbano de Paris: suas forças de assalto, que se agrupavam na cidade, se dispersaram, desiludidas, e o Termidor prevaleceu. A Revolução havia encontrado os limites mais amplos de classe; a política das alianças e da revolução permanente terminou por colocar questões novas, que, então, não podiam ser resolvidas,

ponto de vista da sua *forma*, enquanto tradução da consciência corporativa em reivindicação jurídica (GRAMSCI, 2011, p.41)¹⁰³.

Fica-nos, agora, evidente que a limitação da consciência corporativa significa, em Gramsci, a incapacidade de superar o horizonte das superestruturas do bloco histórico burguês. Nisto reside o limite das lutas *estritamente por reformas* tanto as econômicas (luta sindical, por exemplo) quanto as institucionais (luta parlamentar, por exemplo): ambas, em sua estreiteza, não negam a relação de assalariamento. O reformismo é, assim, expressão política da consciência corporativa dos subalternos, enquanto que a revolução expressa a consciência destes no plano da hegemonia. À superação da consciência corporativa, chamou de “catarse”, sendo-lhe a fixação do momento “catártico”, “o ponto de partida de toda a filosofia da práxis” (GRAMSCI, 2011a, p. 314).

Pois bem, ao compartilharem as superestruturas, as forças se encontram em terreno comum e estabelecem nele a dinâmica de “equilíbrio instáveis”. Esta relação pressupõe, por conseguinte, espaço para os subordinados exercerem *parcialmente* suas aspirações particulares, deixando intacto, contudo, o essencial - que, na sociedade capitalista, condensa-se nas formas da propriedade privada. A hegemonia da burguesia sobre os trabalhadores guarda, assim, tanto uma dimensão ético-política quanto econômica:

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2011b, p.48).

desencadeou forças elementares que só uma ditadura militar conseguiria conter” (GRAMSCI, 2011e, pp.81-2).

¹⁰³ Isso significa dizer que a luta por direitos, expressão particular da luta de classes no capitalismo, tende a ser moldada pela própria forma jurídica e, por conseguinte, pelos seus aparelhos e ideologias. Interessante observar, neste ponto, que a radicalidade da experiência dos Conselhos de Fábrica vivida por Gramsci consistiu justamente na apropriação direta dos produtores dos meios de produção sem requisitar as mediações das superestruturas jurídicas e políticas.

Do exposto, podemos, então, compreender a hegemonia como a capacidade de generalizar, difundir e desenvolver certos comportamentos sociais favoráveis à máxima expansão de um grupo, que são também incorporados e desenvolvidos ativamente pelos subalternos¹⁰⁴. Em sua expressão mais abstrata, podemos interpretá-la, ainda, como a capacidade política de irradiar *formas sociais*¹⁰⁵, que moldam dialeticamente os conteúdos presentes nas relações entre as forças em cada situação concreta (alianças, divergências, interesses etc.). Esta dialética do abstrato/simples ao concreto/complexo da hegemonia nos parece presente na distinção de Gramsci entre “Grande política” e “pequena política”:

Grande política (alta política) – pequena política (política do dia-a-dia, política parlamentar, de corredor, de intrigas). A grande política compreende as questões ligadas à fundação de novos Estados, à luta pela destruição, pela defesa, pela conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais. A pequena política compreende as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política (GRAMSCI, 2011c, p.21)

O processo da hegemonia amalgama, por sua vez, momentos de coerção e de consenso para canalizar os conflitos dentro das formas sociais do modo de produção. Neste ponto, encontramos as reflexões de Gramsci sobre os principais mecanismos dessa operação.

4.4. Mecanismos da Hegemonia e o Direito

Ao investigar os mecanismos da hegemonia, Gramsci (2011, p.33) resgatou contribuições de Nicolau Maquiavel à ciência política, utilizando-se, particularmente, da imagem da “dupla perspectiva” extraída da figura mitológica do “Centauro”. A natureza dúplice do centauro – parte ferina e parte humana – simboliza os componentes lógicos e elementares das relações políticas: o amálgama entre força e consenso; disciplina e convencimento; coerção e ideologia etc. Isto significa reconhecer que a operação da

¹⁰⁴ Em bela síntese: “Hegemonia é a capacidade de fazer o dominado executar o projeto do dominante, crendo que esse projeto (que é o melhor para os dominantes) seja o melhor para si (dominados)” (OCTAVIANI, 2013, p.235).

¹⁰⁵ Sobre esse tema, vide **tópico 1.4.1**.

hegemonia – fase mais estritamente política - se desenvolve em torno desta duplicidade na dinâmica entre as forças¹⁰⁶.

Para Gramsci, as particularidades históricas expressam justamente as distintas combinações dos mecanismos da hegemonia em cada sociedade. E, no esforço de iluminar os seus principais instrumentos, tomou como referências analíticas e comparativas a relação de forças na Europa (tendo a Itália como seu principal centro de preocupações), nos EUA e na Rússia soviética. Refletindo sobre essas formações sociais, apontou para diferentes determinações da hegemonia, enriquecendo a teoria marxista com suas análises sobre o *Estado*, os *Intelectuais*, o *Americanismo-Fordismo* e a *Sociedade Regulada*, as quais exporemos em suas conexões com a questão do direito.

4.4.1 Estado e Direito

Afastando-se das acepções unilaterais do Estado típicas do economicismo e do ideologismo, tais como a de mero aparelho de coerção ou a de esfera autônoma às classes, Gramsci costurou o conceito levando em conta os diversos aspectos de exercício da hegemonia, da coerção e do consenso, que conformam a sua autonomia e o seu vínculo às relações burguesas.

Nesse sentido, decompôs (de maneira metodológica, e não orgânica) o Estado em dois planos: *sociedade política* e *sociedade civil*. A atenção a esta diferenciação impactou, por conseguinte, na sua leitura sobre as particularidades da luta revolucionária na Europa em comparação à experiência bolchevique; em outras palavras, na diferença entre o *Oriente* e o *Ocidente*.

¹⁰⁶ Para Perry Anderson (2002, p.67): “Gramsci adotou o mito de Maquiavel do centauro como símbolo emblemático da sua investigação: mas, enquanto Maquiavel efetivamente mergulhou o consentimento na coerção, em Gramsci a coerção foi progressivamente eclipsada pelo consentimento”. No entanto, necessário destacar que, em Gramsci, os momentos de coerção e consenso estão sempre amalgamados, como partes de um todo. E esta unidade deve, segundo seu raciocínio, ser levada em conta na ciência política e na arte política. Em suas palavras: “toda luta política tem sempre um substrato militar” (GRAMSCI, 2011c, p.125).

4.4.1.1 *Sociedade Política e Sociedade Civil*

Gramsci utilizou o termo “sociedade política” para se referir ao espaço conhecido como “público”, isto é, ao conjunto do governo político e do aparato de repressão oficial. Trata-se do momento da hegemonia mais comumente identificado ao termo “Estado”¹⁰⁷. Neste plano, destacam-se as relações institucionais, a dinâmica parlamentar, a administração de bens e serviços, a burocracia, a elaboração de leis, a vida judicial, entre outras. Relações que, em seu conjunto, reposicionam os grupos sociais “no âmbito da lei” (GRAMSCI, 2011c, p.42).

Para Gramsci (2011c, p.244), a análise marxista devia incorporar também outro importante momento da hegemonia ao conceito de Estado: a “sociedade civil”. Para evitar confusões conceituais, uma ponderação: Marx utilizou o termo para representar o conjunto das relações de produção e forças produtivas¹⁰⁸, ao passo que Gramsci usou-o para significar relações da superestrutura política (BOBBIO, 1999, p.54)¹⁰⁹. Dito isto, sociedade civil representa, em Gramsci, o plano de relações políticas conhecido usualmente como “privado”. Tratam-se dos aparelhos da hegemonia relativamente autônomos à sociedade política, tais como sindicatos, associações, mídia, escolas, movimentos sociais, entre outros.

Tanto na sociedade política quanto na sociedade civil as relações amalgam consenso e coerção para reprimir, estabelecer e difundir comportamentos sociais, conformando o terreno da hegemonia. Contudo, há diferença funcional sensível entre esses planos superestruturais. Para Gramsci, a sociedade política se constitui enquanto espaço que *concentra* os principais instrumentos da violência, garantidores, em última instância, das suas relações. Na sociedade civil, a seu turno, *preponderam-se* os elementos do consenso, isto é, de construção e de difusão de valores, fazendo-o, inclusive, a identificar este plano enquanto “conteúdo ético-político do Estado” (GRAMSCI, 2011c, p.225).

¹⁰⁷ Por essa razão, Gramsci, algumas vezes, usou o termo “Estado” como sinônimo de “Sociedade Política”.

¹⁰⁸ Sobre esse tema, vide **tópico 1.3.3**.

¹⁰⁹ Em face dessa particularidade, Norberto Bobbio (2011, p.48) chegou a afirmar que o conceito de “sociedade civil” se apresentaria como a chave para a compreensão da teoria política de Gramsci. A sua interpretação, por sua vez, ao defender que este rechaçaria a determinação da economia sobre as relações sociais ao colocar a centralidade na superestrutura, gerou debates acalourados entre os comentadores. Para Coutinho (2007, pp.121-3), em que pese Gramsci não ter aprofundado suas investigações sobre o momento econômico, isso não o tornou um determinista da política como desenhou a interpretação de Bobbio. Em nossa perspectiva, Bobbio parece incorrer em uma leitura mecanicista e dualista da questão entre estrutura e superestruturas, tomando a divisão como orgânica, ao invés de metodológica.

Gramsci, ainda, observou que, conexo ao movimento da divisão social do trabalho no interior do modo de produção, esses planos da superestrutura política se complexificam e se diferenciam. Por um lado, o pensamento dualista apreende essa diferenciação de maneira dicotômica, como por meio da dualidade público x privado. Por outro lado, a perspectiva da filosofia da práxis destaca o vínculo dialético entre esses planos, cuja unidade integra justamente o exercício da hegemonia, evitando fissuras entre as forças em cada conjuntura. Inclusive, notou Gramsci, um dos espaços de mediação entre esses planos recebe, na modernidade, a alcunha de “opinião pública” (GRAMSCI, 2011c, p.265).

Nessa perspectiva ampliada, o Estado se constitui como mecanismo da hegemonia: campo de relações que media, incorpora e desenvolve aspirações corporativas dentro de um quadro de interesses universais/gerais. Neste campo, orbitam as forças e suas frações, moldando alianças e conflitos em torno da direção política e cultural na sociedade. E, à medida que sintetiza violência e eticidade, o Estado revela seu caráter estratégico para a sociabilidade burguesa:

Se todo o Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e de cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito¹¹⁰ será instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos (GRAMSCI, 2011b, p.28).

Em face dessas características gerais, Gramsci demonstrou a necessidade de avançar nas particulares da vida estatal em cada situação concreta, visando a melhor linha de intervenção capaz de alterar a relação de forças e, com isso, superar o quadro da hegemonia. Nesse espírito, encontramos sua polêmica sobre o *Oriente* e o *Ocidente*.

¹¹⁰ Em nossa interpretação, o termo “direito” nesta passagem deve ser entendido como sinônimo de “lei”.

4.4.1.1.1 *Oriente e Ocidente*

Para Gramsci, a equação entre a sociedade política e a sociedade civil apresenta diferenças em cada sociedade, variando com as relações de força que estabelecem o quadro de desenvolvimento das classes em dado terreno histórico-social. Essa diferenciação, por conseguinte, coloca caminhos distintos para a ação revolucionária, como expressam as suas comparações entre o que chamou de “Ocidente” e “Oriente”:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer como robusta estrutura da sociedade civil (GRAMSCI, 2011c, p.232).

Apesar de certamente resultar de uma comparação entre as formações na Rússia e nos países do centro europeu, importa salientar que a distinção “Ocidente-Oriente” não é, em Gramsci, de natureza geográfica, mas de natureza histórico-política. Com esse par de conceitos, preocupou-se em destacar a “robustez” da esfera da sociedade civil nos países capitalistas centrais em face do observado nos periféricos, onde a sociedade política seria mais hipertrofiada em face da sociedade civil¹¹¹.

Em que pesem as polêmicas sobre a exata justeza na equação dos elementos da formulação anteriormente apresentada¹¹² e atentando à necessidade de se distinguir o “ocasional do orgânico”, o importante ressaltar aqui são dois pontos de seu argumento: (i) o de investigar as alterações na relação entre *sociedade política* e *sociedade civil* e (ii) o de que tais mudanças impõem novas táticas políticas para alterar a relação de forças.

O alargamento da sociedade civil no Ocidente, para Gramsci, era um dos elementos que enfraqueciam a possibilidade de um crise econômica se transformar

¹¹¹ Para Coutinho, diferentemente de Marx, Engels e Lenin, “Gramsci, porém, trabalha numa época e num âmbito geográfico nos quais já se generalizou uma maior complexidade do fenômeno estatal: ele pôde assim ver que, com a intensificação dos processos de socialização da participação política, que tomam corpo nos países ‘ocidentais’ sobretudo a partir do último século XIX (formação de grandes sindicatos e de partidos de massa, conquista do sufrágio universal, etc.) surge uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado” (COUTINHO, 2007, p. 124).

¹¹² Perry Anderson afirmou, por exemplo, que esses termos oscilam nos escritos de Gramsci, podendo ser encontrados em três posições diferentes: (a) o “Estado” contraposto à “sociedade civil”; (b) o “Estado” simétrico à “sociedade civil”; (c) o “Estado” como a resultante da soma entre a “sociedade civil” e da “sociedade política”. Estas diferentes análises embasariam as ações políticas propostas por Gramsci: a “fórmula da Hegemonia Civil”, “frente única”, “guerra de posição e de movimento” e o debate da “revolução permanente”. (ANDERSON, 2002, pp. 24-5; 38-57).

imediatamente em uma crise de hegemonia. Para afastar esse determinismo economicista no âmbito da análise política – presente, segundo ele, na teoria da Rosa Luxemburgo -, utilizou-se de analogias militares. Para Gramsci, assim como o desenvolvimento do complexo bélico-industrial modificou a arte e a ciência militar, como expressa a superação da tática conhecida por “guerra manobrada” (ataque frontal) para a da “guerra de posição” (ataque de assédio), a complexificação do Estado, particularmente da sociedade civil, colocou igualmente mudanças na política. Em suas próprias palavras:

A mesma transformação deve ocorrer na arte e na ciência política, pelo menos no que se refere aos Estados mais avançados, onde a ‘sociedade civil’ tornou-se uma estrutura muito complexa e resistente às ‘irrupções’ catastróficas do elemento econômico imediato (crises, depressões, etc.); as superestruturas da sociedade civil são como o sistema das trincheiras da guerra moderna. [...] durante as grandes crises econômicas: nem as tropas atacantes, por efeito da crise, organizam-se de modo fulminante no tempo e no espaço, nem muito menos adquirem um espírito agressivo; do outro lado, os atacados tampouco se desmoralizam, nem abandonam suas defesas, mesmo entre as ruínas, nem perdem a confiança na própria força e no próprio futuro. (GRAMSCI, 2011c, p.73).

Importante notar que, como salientou, a comparação com a arte militar deve ser estabelecida “*cum grano salis*, isto é, apenas como estímulos ao pensamento” (GRAMSCI, 2011c, p.122). Nesse preciso sentido, sensível à complexificação da luta revolucionária, adotou o desafio de “estudar com ‘profundidade’ quais são os elementos da sociedade civil que correspondem aos sistemas de defesa na guerra de posição” (GRAMSCI, 2011c, p.73). E, nessa chave, encontramos o fio que conduz as suas investigações sobre os *intelectuais*.

4.4.2 Intelectuais e Direito

No cárcere, Gramsci dedicou muitas notas ao tema dos *intelectuais*: suas características, suas relações com a produção, com a cultura, com a política etc. Trata-se de

assunto principiado no mencionado ensaio pré-carcerário sobre a “questão meridional” e que foi incorporado ao seu projeto de pesquisa na prisão¹¹³.

Para Gramsci (2011b, p.18), o critério de distinção dos intelectuais enquanto uma camada social específica não reside em alguma particularidade intrínseca à atividade intelectual, mas no sistema de relações em que se desenvolve. Isso porque não é correto pressupor ação humana desprovida de atividade intelectual, não sendo possível “separar o *homo faber* do *homo sapiens*” (GRAMSCI, 2011b, p.53). Desse modo, todos são intelectuais. Acontece que, como destacou: “nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates)” (GRAMSCI, 2011b, p. 18). Ou seja, a distinção está na sua função social:

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político: o empresário cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito, etc. (GRAMSCI, 2011b, p.15).

Os intelectuais se formam, então, em torno das funções de organização e de representação (“homogeneidade e consciência da própria função”) dos grupos sociais. Como destacou, o surgimento dessa camada especializada, “não ocorre num terreno democrático abstrato” (2011b, p.20), mas em quadro histórico determinado pela divisão de classes. Por essa razão, os dominantes conseguem produzir maior quantidade de intelectuais, influenciando sobremaneira os valores e as práticas dos dominados. No quadro da hegemonia, esta

¹¹³ Em diversas cartas endereçadas à sua cunhada, Tatiana Schucht, Gramsci explicitou o interesse de desenvolver o tema dos intelectuais. Em 19 de março de 1927, “Em suma, gostaria, segundo um plano preestabelecido, ocupar-me intensa e sistematicamente de algum tema que me absorvesse e centralizasse a minha vida interior. Pensei em quatro temas até agora, e este já é um indicador de que não consigo me concentrar. São eles: 1) Uma pesquisa sobre a formação do espírito público na Itália no século passado, em outras palavras, uma pesquisa sobre os intelectuais italianos, suas origens, seus agrupamentos segundo as correntes culturais, seus diversos modos de pensar, etc., etc.;[...] 2) Um estudo de lingüística comparada! [...] 3) Um estudo sobre o teatro de Pirandello e sobre a transformação do gosto teatral italiano que Pirandello representou e contribuiu para determinar [...]. 4) Um ensaio sobre os romances de folhetim e o gosto popular na literatura [...]” (GRAMSCI, 2011a, pp.77-8); Em 24 de fevereiro de 1929, “Decidi ocupar-me predominantemente e tomar nota sobre os três assuntos seguintes: - 1º. A história italiana no século XIX, com especial referência à formação e ao desenvolvimento dos grupos intelectuais; - 2º. A teoria da história e da historiografia; - 3º. O americanismo e o fordismo [...]” (GRAMSCI, 2011a, p.78).

camada cumpre, por isso, a função de conferir algum grau de unidade, organizativa e ideológica, na sociedade de classes .

Notemos, desde logo, que, ao abordar o tema a partir da funcionalidade e da posição frente as classes sociais, a categoria de intelectuais transcende o plano individual. Nesse sentido, tendo em vista que as organizações são qualitativamente distintas da mera soma quantitativa dos indivíduos que as constituem, podemos inferir também que estas, à medida que difundem e desenvolvem comportamentos sociais, agindo como instrumentos da hegemonia, atuam, em algum grau, como intelectuais. Então, além de personalidades notáveis, podem ser considerados enquanto intelectuais: partidos, sindicatos, igrejas, jornais, universidades, escolas, entre outros.

Para evitar determinismos, destacou, ainda, que a conexão dos intelectuais com as classes não é imediata, mas “mediatizada”, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas” (GRAMSCI, 2011b, p.20). Dessa forma, os intelectuais atuam como espécies de “funcionários das superestruturas”, exercendo as funções:

1) do consenso ‘espontâneo’ dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina dos grupos que não consentem, nem ativa e nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (GRAMSCI, 2011b, p.20).

Ademais, estas funções são exercidas por múltiplas camadas de intelectuais, diferenciadas em torno de atividades, de qualidades e de vínculos com as classes sociais. Essa diferenciação se estabelece em sentido tanto vertical (as hierarquias político-culturais, como entre criadores e divulgadores) quanto horizontal (os locais de atuação, como nos distintos aparelhos das superestruturas). Organizando metodologicamente essa multiplicidade, Gramsci, ao analisar processos históricos de formação dos intelectuais, estabeleceu dois grandes tipos: *intelectuais tradicionais* e *intelectuais orgânicos*.

No primeiro, enquadrando a categoria de intelectuais que “emergiu na história a partir da estrutura econômica anterior” (GRAMSCI, 2011b, p.16), isto é, da dinâmica de classes em modos de produção anteriores ao capitalista. Este é o caso, por exemplo, dos “eclesiásticos”: camada de intelectuais forjada no período feudal, que, por muito tempo, respondeu pela direção cultural do quadro social erigido em torno da aristocracia fundiária¹¹⁴. Em suma, os intelectuais tradicionais podem ser entendidos como sedimentos do passado incorporados ao terreno da hegemonia.

Às camadas que atuam conscientemente vinculadas às classe sociais fundamentais do modo de produção capitalista, assumindo funções de desenvolvimento intelectual e moral destas, Gramsci chamou de *intelectuais orgânicos*. Em nível mais elementar, essa função orgânica é desempenhada na superação do “momento econômico-corporativo”, contribuindo para colocar a força social a que se conecta no plano “universal”, de modo a organizar a hegemonia desta sobre as demais. Nesse plano, a categoria se aproxima, na modernidade, à ideia de “partido”¹¹⁵.

Em vista dessas atividades político-culturais desempenhadas pelas diversas camadas de intelectuais, Gramsci aprofundou a investigação sobre o campo do conhecimento socialmente difundido, que conformam as principais representações no interior de um bloco histórico.

¹¹⁴ Interessante notar que, para Gramsci, os distintos pesos dessa camada intelectual em cada país servem de parâmetro para explicar os níveis de radicalidade alcançados nas transformações burguesas ao longo da história. Na Itália, por exemplo, o longo monopólio cultural dos intelectuais ligados à Igreja Católica e à sua função cosmopolita, na visão de Gramsci, contribuiu para o extenso período de desagregação territorial e pela tardia unificação nacional (GRAMSCI, 2011b, p.26), enquanto que a relativa ausência dessa camada nos EUA contribuiu tanto para a descentralização religiosa quanto para a unidade nacional em torno da atividade industrial (GRAMSCI, 2011b, pp.29-30). Para os apontamentos de Gramsci sobre os “intelectuais tradicionais” na França, Rússia, Inglaterra, Alemanha, entre outros países, cf. GRAMSCI, 2011b, pp. 25-32.

¹¹⁵ Como dito anteriormente, Gramsci tem uma noção funcional de partido. Nesse sentido, uma organização coletiva se torna “partido” não quando se autodenomina como tal, mas quando se torna instrumento da superação da consciência corporativa de uma força social. Nessa chave, desenvolveu as suas reflexões sobre o partido dos subalternos, o “Moderno Príncipe”. Para Gramsci (2011c, pp.13-9), o Moderno Príncipe seria o intelectual orgânico dos subalternos; construtor de uma vontade “nacional-popular” capaz de realizar uma “reforma cultural e moral”, através das transformações das relações econômicas fundamentais ao modo de produção burguês, iniciando, assim, um novo “bloco histórico”.

4.4.2.1 Ideologia: *senso comum, bom senso e filosofia*

Para Gramsci, todo conhecimento disposto na sociedade está, em alguma medida, conectado à relação entre dirigentes e dirigidos. Isso significa que desde a teoria científica mais avançada até as concepções místicas mais pitorescas cumprem alguma função na hierarquia social.

Em face dessa conexão com a hegemonia, Gramsci (2011a, p.111) estabeleceu algumas premissas para a investigação da ideologia, como a necessidade de se distinguir as concepções arbitrárias das historicamente orgânicas, ou seja, as elocubrações conjunturais das representações socialmente necessárias em um bloco histórico.

Dessa forma, para melhor compreender esse plano da hegemonia, Gramsci diferenciou a ideologia em alguns tipos, dentre os quais destacamos: *senso comum, bom senso e filosofia*¹¹⁶.

Por *senso comum*, Gramsci significou o “consenso espontâneo”, ou seja, o conjunto de representações difundido e compartilhado entre os grupos sociais. À medida que significa conhecimentos socializados, pode-se entender que cada camada social, mesmo as mais intelectualizadas, desenvolve sua espécie de *senso comum* (GRAMSCI, 2011a, pp.100-1). O *senso comum* da grande massa, por sua vez, é particularmente difuso e compósito, incorporando distintas concepções de mundo. Verdadeiro mosaico ideológico, onde coexistem expressões da consciência tanto dos subordinantes quanto dos subalternos, conferindo significados distintos aos conflitos sociais. E, ao passo que expressa a normalização de determinadas representações sociais, o *senso comum* se apresenta como *locus* central da operação ideológica da hegemonia¹¹⁷.

Por sua vez, o *bom senso* é justamente a resultante do processo que depura do *senso comum* parte de seus elementos contraditórios visando uma certa conduta¹¹⁸. Em

¹¹⁶ Nesse âmbito, Gramsci desenvolveu, de maneira fluida e pouco sistematizada, outros tipos de expressões da consciência, como “folclore”, “religião” e “ciência”, para melhor delimitar o universo ideológico. Em nossa leitura, esses tipos estariam localizados entre o *senso comum* e a filosofia, em graus distintos. Para uma crítica em torno da não diferenciação entre “ciência” e “ideologia” no sistema conceitual de Antonio Gramsci, cf. COUTINHO, 2007, pp. 106-114.

¹¹⁷ Dado o seu caráter tendencial de filosofia de massas, a filosofia da práxis, para Gramsci (2011a, p.116), deve sempre partir do *senso comum*, desenvolvendo-se, em torno dele, a crítica das relações sociais.

¹¹⁸ Da análise da influência francesa sobre a literatura italiana, Gramsci nos trouxe um exemplo dessa dinâmica: “Se a cultura italiana até 1900 não for estudada como um fenômeno de provincianismo francês,

razão disso, a categoria do bom senso possui em Gramsci uma imanência progressista, vez que pode ser estabelecida a partir de valores dos subalternos difusos no senso comum, a fim de resultar em condutas conexas aos seus interesses (GRAMSCI, 2011a, p.98)¹¹⁹.

Com o tipo filosofia, Gramsci (2011a, pp.96-7) se referiu ao ordenamento coerente da concepção de mundo em torno de um grupo social, sendo sua expressão lógica em grau mais elevado. Assim como o bom senso, significa uma superação crítica do senso comum, mas diferencia-se daquele à medida que se constitui enquanto ordem intelectual mais constante e abstrata, sistematicamente elaborada pelos seus intelectuais orgânicos. Por isso, para ele, não é correto falar em “filosofia em geral”, mas em filosofias que expressam a consciência mais desenvolvida das formas de vida de grupos sociais, em cada época. Em Gramsci, o processo de difusão de determinada filosofia, mesclando-se no senso comum para extrair um bom-senso, é um fato político. Ao contrário da filosofia da práxis (concepção de mundo dos subalternos) que busca elevar o nível das concepções de vida da massa¹²⁰, os intelectuais da hegemonia operam no senso comum para reproduzir a ordem social, quando não modificá-la dentro de seus limites (bom senso conservador).

4.4.3 *Americanismo e fordismo e Direito*

Em seus apontamentos sobre as transformações na hegemonia operadas no ascendente ciclo de desenvolvimento capitalista dos EUA, Gramsci trouxe à lume outros

será muito mal compreendida. Mas é preciso distinguir: na admiração pelas coisas da França, está mesclado um sentimento nacional antifrancês: vive-se de reflexo e, ao mesmo tempo, se odeia. Pelo menos entre os intelectuais. No povo, os sentimentos “franceses” não são deste tipo, mas aparecem como senso comum, como coisas próprias do próprio povo; e o povo é francófilo ou francófobo, conforme seja ou não instigado pelas forças dominantes.” (GRAMSCI, 2011e, p.243).

¹¹⁹ Evidente a preocupação prática-política no estudo dos elementos que compõem o senso comum do povo italiano, buscando, certamente, o potencial de serem transformados em bom senso em prol dos subalternos. Este parece ser o sentido das notas que, por exemplo, abordam o “economicismo-histórico” enquanto senso comum da filosofia da práxis (GRAMSCI, 2011c, p.50); o “parlamentarismo” para o senso comum (GRAMSCI, 2011c, pp.82-3); as noções de “subversivo”, “revolução” e “internacionalismo” no senso comum (GRAMSCI, 2011c, pp.189-92); a “Psicologia” no senso comum (GRAMSCI, 2011c, p.245); a concepção de “Má-fé na política” para o senso comum (GRAMSCI, 2011c, p.253); o conceito de “teórico” para o senso comum (GRAMSCI, 2011c, p.272); a ideia de “classe média” no senso comum em diferentes países (GRAMSCI, 2011d, pp.86-9); entre outras expressões do senso comum.

¹²⁰ Em suas palavras, “a filosofia da práxis não busca manter os ‘simples’ na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (GRAMSCI, 2011a, p.103).

elementos para o estudo do direito. Tratam-se das suas notas sobre o que chamou de *Americanismo e Fordismo*.

Para Gramsci (2011d, pp.241-2), o americanismo representava uma reação das forças do capital financeiro às crises inseridas no regime liberal da economia e aos impulsos das forças revolucionárias proletárias. No plano das relações de produção, esse movimento era expresso na passagem para uma economia programática, racionalizada e organizada, alterando, sobremaneira, o exercício da hegemonia.

A relativa ausência de uma camada de intelectuais parasitária, isto é, descolada das atividades produtivas capitalistas, na formação dos EUA, ajuda a explicar como os impulsos modernizantes da indústria conseguiam se irradiar na vida social de maneira menos mediatizada, aumentando a produtividade dessa economia. A forte concorrência com a indústria americana colocava, por sua vez, a necessidade de emular a modernização produtiva no velho continente. Acontece que a reação européia ao americanismo estava particularizada pelos conflitos com essa camada parasitária (como os intelectuais tradicionais e a burocracia¹²¹), sendo “por isso que a introdução do fordismo encontra tantas resistências ‘intelectuais’ e ‘morais’ e ocorre sob formas particularmente brutais e insidiosas, através da mais extrema coerção” (GRAMSCI, 2011d, p.242). Nesse sentido, o fascismo podia ser entendido, inclusive, como um desses movimentos de modernização nas relações de produção italianas (GRAMSCI, 2011d, p.249).

Nos EUA, segundo Gramsci (2011d, p.247): “a inexistência dessas sedimentações viscosamente parasitárias, legadas pelas fases históricas passadas, permitiu uma base sadia para a indústria”. Tal particularidade histórica permitia o sucesso na organização do trabalho combinando mecanismos de coerção (repressão sindical, por exemplo) e de consenso (altos salários¹²², benefícios sociais, puritanismo, entre outros). Em face dessa capacidade de moldar os comportamentos sociais em benefício da atividade industrial, observou que “a hegemonia nasce da fábrica e necessita, apenas, para ser

¹²¹ Sobre esse aspecto, Gramsci (2011d, p.245) chegou a destacar o estudo de Renato Spaventa que apontou o dado de que cerca de um décimo da população italiana (cerca de quatro milhões) vivia em torno do orçamento estatal.

¹²² Para Gramsci, as inovações do fordismo permitiam os benefícios de monopólio da indústria americana e, com isso, os salários de monopólio. Do ponto de vista político, destacou que “os altos salários ligam-se necessariamente a uma aristocracia operária e não são pagos a todos os trabalhadores americanos” (GRAMSCI, 2011d, p.273).

exercida, de uma quantidade mínima de profissionais da política e da ideologia” (GRAMSCI, 2011d, pp.247-8).

Nessa perspectiva, a “autonomia” das superestruturas é mais relativizada em torno da atividade industrial. Esse movimento de acoplação resta perceptível tanto na esfera dos costumes (como o Estado assumindo funções de regular a vida sexual e moral dos trabalhadores) (GRAMSCI, 2011d, p.267) quanto na da economia (como a reorientação da poupança pública para desenvolvimento produtivo, além da assunção estatal de funções empresarias) (GRAMSCI, 2011d, pp.276-7). Do ponto de vista teórico, as transformações operadas pelo americanismo colocariam, inclusive, em xeque as concepções liberais da relação entre economia e Estado.

4.5. *Estatolatria e Sociedade Regulada*

Além de investigar as transformações no capitalismo, Gramsci refletiu sobre os desafios da transição socialista, apresentando sua perspectiva sobre a mesma. Acontece que, tanto pela censura quanto pela escassez de informações, no cárcere, as notas sobre o tema são particularmente cifradas. A isso, deve-se acrescentar o contexto de disputas no interior do grupo dirigente bolchevique e os seus reflexos no movimento comunista internacional, instaurando um clima político avesso aos questionamentos sobre rumos da revolução¹²³.

Em nota escrita entre 1931 e 1932, Gramsci desenvolveu uma crítica ao que chamou de “Estatolatria”, ou seja, a uma determinada atitude em relação à sociedade política (GRAMSCI, 2011c, p.279). Esta atitude estava representada no movimento de hipertrofização dessa esfera da vida estatal no socialismo soviético. Para Gramsci, as raízes desse movimento eram até compreensíveis historicamente, haja vista “alguns grupos sociais que, antes da elevação à vida estatal autônoma, não tiveram um longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente” (GRAMSCI, 2011c, p.279). Essa identificação dos subalternos com a sociedade política devia, contudo, ser transitória: um impulso para construir as bases da sua própria superação. Com isso, criticou a redução do socialismo à sociedade política, transformando-o em uma espécie de Estado social.

¹²³ Sobre esse tema, vide **tópico 2.3**.

Para Gramsci, a tomada da sociedade política deve servir para desenvolver uma reforma intelectual e moral no conjunto da sociedade, erigindo uma sociedade civil onde “o indivíduo particular se governe por si sem que, por isto, este seu autogoverno entre em conflito com a sociedade política, tornando-se, ao contrário, sua normal continuação, seu complemento orgânico” (GRAMSCI, 2011c, p.279). Dessa forma, salientou que a estatolatria não deve “tornar-se fanatismo teórico e ser concebida como ‘perpétua’: deve ser criticada, exatamente para que se desenvolvam e se produzam novas formas de vida estatal” (GRAMSCI, 2011c, p.280).

Notemos que, em Gramsci, a superação do Estado é entendida enquanto processo de dissolução orgânica da sociedade política na nova sociedade civil, construindo uma ordem social fundada no fim do antagonismo de classes. A esse horizonte comunista, deu a alcunha de “sociedade regulada” (GRAMSCI, 2011c, pp.244-5). O ponto de vista da sociedade regulada é, portanto, superior ao da estatolatria. Enquanto aquela compreende o desafio histórico de crítica das formas de sociabilidade burguesa, essa tende a absolutizar e eternizar as formas sociais herdadas. Essa absolutização é expressa na visão tanto sobre o Estado (no caso específico da estatolatria, sobre a sociedade política) quanto sobre o direito.

4.5.1 A questão do “fim do Estado e do direito”

Da análise da hegemonia, Gramsci observou que a burguesia revolucionou o que se entendia por direito e por Estado. Enquanto que as classes dominantes precedentes eram organizadas hierarquicamente em estamentos (sendo cada camada social uma espécie de “Estado” próprio com um “direito” particular, variando, da base ao topo, da servidão à nobreza, as obrigações e os privilégios), a burguesia se propôs a universalizar a sua condição de vida para toda a sociedade, assimilando os grupos sociais numa nova concepção de Estado e direito (GRAMSCI, 2011c, p.271).

A burguesia desenvolveu, assim, uma concepção universal do Estado e do direito. Para tanto, aboliu os privilégios e a escravidão, propondo reestruturar a sociedade em torno dos valores da igualdade, liberdade e fraternidade. No entanto, a sua própria

condição de classe se revelou incompatível com a radicalidade desses valores, que foram progressivamente reduzidos ao plano formal.

Superando o horizonte das formas sociais da hegemonia, Gramsci lançou o seguinte desafio para o proletariado:

Uma classe que se ponha a si mesma como passível de assimilar toda a sociedade e, ao mesmo tempo, seja realmente capaz de exprimir esse processo leva à perfeição esta concepção do Estado e do direito, a ponto de conceber o fim do Estado e do direito, tornados inúteis por terem esgotado sua missão e sido absorvidos pela sociedade civil. (GRAMSCI, 2011c, p.271)

O ponto de vista da sociedade regulada é, para Gramsci, a superação dessa concepção de Estado e direito: sua *perfeição e fim*.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Certamente, uma grande distância - temporal e territorial - separa o ambiente que impulsionou as investigações de Pasukanis e Gramsci dos dias de hoje. Ao longo desse intervalo, é notório que o próprio capitalismo passou por inúmeras transformações e, com isso, o direito também se modificou. Frente a essa constatação, poderiam, legitimamente, questionar-nos acerca da atualidade das ideias expostas nesse trabalho para o estudo jurídico.

Sobre indagações desse gênero, notemos que, assim como as múltiplas mudanças no capitalismo não eliminaram a sua particularidade (a saber, a relação de assalariamento como fundamento do modo de produção), as transformações no direito não parecem ter também eliminado a sua singularidade (qual seja, a relação entre “sujeitos de direito” como fundamento das relações jurídicas). Por isso, ao iluminarem a lógica de relações relativamente permanentes que conformam uma certa totalidade, Pasukanis e Gramsci se tornaram “clássicos” no melhor sentido da expressão. Clássicos porque nos ajudam a pensar o presente.

A força explicativa das categorias desenvolvidas por esses autores resulta do esforço metodológico de abordar os fenômenos a partir de uma totalidade, significando-os em torno das suas especificidades históricas. Afastaram-se das “abstrações em geral”, caso das abordagens do direito enquanto “sistema coercitivo de normas” ou da política enquanto “sistema de governo”, equivocadamente alçadas a ponto de partida em muitas análises sobre esses temas. Isso porque esses tipos de abstrações obscurecem as mudanças qualitativas nas relações sociais ao longo da história, servindo, em verdade, para justificar no passado aquilo que é específico do presente como se fosse um desdobramento temporal da condição humana. Afinal, se “normas” e “governo” podem ser encontrados em todas as sociedades, seja no Código de Hamurábi, seja no Pajé, como não pensar o direito e a política como partes inerentes da natureza humana?

Rompendo com esse pressuposto analítico a-histórico, Pasukanis e Gramsci buscaram, cada qual à sua maneira, investigar, respectivamente, a lógica particular das relações jurídicas e políticas no modo de produção capitalista. Por essa razão, entendemos

que os conceitos de *forma jurídica* e *hegemonia* iluminam o terreno sobre o qual se estabelecem essas relações, servindo de guia para compreender o direito na contemporaneidade. Nesse preciso sentido, é necessário atualizar as análises de Pasukanis e Gramsci.

Como vimos, na relação de equivalência entre sujeitos livres e dotados de vontade para dispor igualmente de suas propriedades, reside, para Pasukanis, todo o segredo da *forma jurídica*: o sujeito de direito como conectivo da relação elementar do capitalismo, da relação de assalariamento.

Observemos, então, que, nessa perspectiva, o termo “direito” é entendido enquanto tipo particular de relação social: aquela estabelecida entre sujeitos de direito, e, nessa condição, comportando-se como livres, iguais e proprietários. A isto chamou de “forma jurídica”: comportamento social que se desenvolveu às margens das relações de servidão, mas que se generalizou plenamente pela dinâmica de exploração de classes que tem no contrato de trabalho a sua mediação necessária.

De fato, a burguesia, em luta contra os grilhões feudais, proclamou a igualdade e a liberdade de todos no plano do sujeito de direito, organizando, nesse patamar, o nível cultural e moral da sociedade. A formulação dos Direitos Humanos, dos direitos oriundos da condição humana (e não da condição na hierarquia social), representou, nesse sentido, o impulso democrático daquele processo revolucionário.

Acontece que a utopia democrática da burguesia se revela irrealizável pela sua própria condição de classe. À medida que no interior do modo de produção nem todos alçam à condição burguesa e, ao contrário, cresce a massa desprovida da propriedade privada dos meios de produção, os valores democráticos se reduzem ao plano formal. E, com isso, a desigualdade material passa a ter como contrapeso a equivalência de todos perante o direito.

O modo de produção capitalista inaugurou, dessa maneira, fato novo na história: à violência e à desigualdade concreta correspondem, no plano formal, a liberdade e igualdade jurídicas. Em outras palavras, à exploração do empregado pelo patrão, a equivalência enquanto sujeitos de direito. Afinal, sem este pressuposto, não há relação mercantil entre capital e trabalho.

Inclusive, quando o direito incorpora a desigualdade concreta por meio de princípios como o (i) da proteção, (ii) da norma social mais favorável, (iii) da condição mais benéfica, (iv) da indisponibilidade de direitos, dentre outros, nada mais faz do que garantir as condições da equivalência para as trocas entre os sujeitos de direito, permitindo a continuidade social da subjetivação jurídica. Decerto, o desenvolvimento e a aplicação efetiva de tais princípios se conectam intimamente à dinâmica da luta de classes, refletindo, do ponto de vista jurídico, as condições mínimas da reprodução social do trabalho enquanto mercadoria.

Importante destacar que o vínculo entre o direito e a mercadoria não é imediato, mas mediatizado pelo conjunto de aparelhos judiciais, normativos e ideológicos que edificam a superestrutura jurídica em sua autonomia (relativa) às demais esferas da vida social (economia, política, moral, religião etc). Para Pasukanis, a análise da relação mercantil elementar do modo de produção capitalista é o que permitiu desvendar a lógica presente em todos os campos de desenvolvimento do direito: a transação entre sujeitos de direito. Esta é a forma jurídica, corolário necessário das relações capitalistas, que se alastra pelo tecido social, canalizando, por meio de sua lógica, os diversos conflitos sociais.

Portanto, o direito, ao incorporar dentro de seu campo de atuação inúmeras condutas sociais, das mais diversas temáticas, possui como eixo de gravitação a lógica da subjetividade jurídica. Ou seja, somente quando moldada por essa forma, a relação social adquire o caráter eminentemente jurídico. As regras penais, de trânsito, constitucionais, administrativas, ambientais, entre tantas outras, deixam de ser um enunciado literário para se tornarem elementos de uma relação jurídica quando incorporadas efetivamente à lógica das trocas entre sujeitos de direito. Por isso que a resposta que o direito confere, por exemplo, ao problema social da violência é sempre o da transação: o conflito é individualizado em uma conduta e, com base nesta, mensura-se a equivalência devida por um sujeito ao outro¹²⁴ pelo dano (na modernidade, essa equivalência é parametrizada principalmente por uma quantidade de tempo de liberdade e por multas pecuniárias). Com a troca entre os sujeitos, o direito faz, assim, a sua justiça.

¹²⁴ Mesmo quando o Estado avoca e retira do particular a capacidade de ser polo da relação jurídica penal contra aquele (também um sujeito de direito) que causou o dano, isso em nada muda a lógica da forma jurídica, substituindo, apenas, um sujeito de direito por outro.

A generalização de determinados comportamentos, fazendo que, no caso, os seres humanos se relacionem enquanto sujeitos de direito (pessoas físicas e jurídicas), é uma operação eminentemente política. Nesse sentido, a análise de Gramsci sobre a *hegemonia* contribui sobremaneira ao estudo da dinâmica das relações jurídicas.

Como vimos, em Gramsci, a hegemonia é também um conceito construído à luz das particularidades que conformam as relações políticas na totalidade capitalista. De maneira sintética, hegemonia pode ser entendida como a relação política em seu nível mais elementar, onde se estabelece o terreno que garante os *interesses gerais* da burguesia ao mesmo tempo que incorpora e desenvolve, parcialmente, os *interesses particulares* das diversas frações sociais.

A hegemonia pressupõe, por isso, que esse “terreno” seja compartilhado entre os grupos, de modo a moldar e mediar as relações humanas dentro de determinadas lógicas e representações. Em outras palavras, dentro de determinadas *formas sociais* - como, por exemplo, o direito, o dinheiro, o Estado etc. O compartilhamento, por condição lógica, requer que o espaço da interação seja apreendido enquanto “comum”, não como “particular”. A autonomização das formas sociais capitalistas em face da burguesia pode ser entendida, assim, como correlato da sua própria hegemonia. E a distinção entre “público” e “privado” representa teoricamente esse movimento da realidade.

Notemos, ainda, que esse compartilhamento não resulta de uma mera opção subjetiva, individual, mas se trata de uma realidade objetiva social que se impõe a cada indivíduo de modo independente da sua vontade particular. Isso vale tanto para dominantes quanto para os dominados. Trata-se, segundo Gramsci, de uma situação que deve ser entendida como determinada pela “relação de forças” na sociedade. Somente à luz desse quadro é possível analisar os efeitos das vontades humanas, como a capacidade de generalizar certos comportamentos, superando formas sociais.

Tendo em vista o plano analítico das formas sociais, vejamos algumas reflexões sobre o direito como terreno de compartilhamento da hegemonia.

Vimos em Pasukanis que, em torno da *forma jurídica*, trabalhador e capitalista, ambos *sujeitos de direito*, estabelecem as relações fundamentais do modo de produção. Para tanto, no esteio de Gramsci, a forma jurídica deve ser capaz de incorporar

interesses parciais tanto dos trabalhadores (como direitos sociais e direitos políticos, por exemplo) quanto das frações burguesas (como leis alfandegárias e creditícias, por exemplo). E, na mesma medida em que incorpora as demandas corporativas nesta forma social, garante a reprodução dos interesses gerais dos capitalistas – no caso, a relação de assalariamento.

Decerto, tanto a positivação desses interesses no sistema de leis quanto a sua eficácia real (isto é, engendrar relações jurídicas) estão condicionados pela relações de forças. A isso deve ser acrescentado a possibilidade real de, em determinadas situações, interesses de frações de classes da burguesia e dos trabalhadores poderem coincidir nos conflitos contra frações burguesas internacionais, por exemplo, o que complexifica ainda mais o campo de luta entre as forças, em cada sociedade. A análise do conteúdo da legislação se apresenta como um dos termômetros importantes à aferição da intensidade e do nível dos conflitos em cada conjuntura.

Em suma, no interior da hegemonia, o direito se desenvolve como forma social particular que molda os conflitos dentro da lógica de equivalência dos sujeitos de direito, incorporando anseios particulares à medida que garante a reprodução dos interesses gerais capitalistas.

Se isso é correto no plano abstrato das formas sociais, necessário, por conseguinte, atentar ao universo ideológico da relação entre hegemonia e direito. Pois é por meio deste universo que os conflitos do cotidiano são apreendidos, representados e desenvolvidos nos mecanismos da hegemonia.

Observamos que o direito se constitui como elemento tanto para edificar o “consenso espontâneo” - e nisto salta aos olhos a força ideológica do sujeito de direito (dirigente e dirigido, patrão e empregado, rico e pobre etc., todos são, independentemente das desigualdades, equivalentes na condição jurídica) – quanto para disciplinar, em tempos “normais”, os “aparelhos de coerção”, fornecendo medidas à violência, que, se desmedida, pode estrangular os interesses gerais da burguesia ao inviabilizar as trocas mercantis. Para ser legítimo, o exercício da força não pode ser *privado*, mas deve ser *público*. Não pode, assim, ser fruto da vontade única do soberno, mas deve ser impessoal. Não pode ser subjetivo, mas objetivo. Deve ser, por isso, conforme a legalidade. Eis a *alma mater* da ideia de “Estado de Direito”.

Sobram, dessa forma, motivos para a ideologia moderna colocar no altar a Constituição, substituindo a Bíblia e os sacerdotes por códigos e juristas¹²⁵.

Como vimos anteriormente, de acordo com Gramsci, os intelectuais se caracterizam pelo exercício das funções do “consenso espontâneo” e do “aparelho de coerção”. Em face da relação entre direito e hegemonia, percebemos que se desenvolve um tipo especial de intelectual, que atua na mediação dos conflitos sociais no “âmbito da lei”: o *jurista*.

Atuando na fronteira entre “sociedade civil” e “sociedade política”, esse tipo de intelectual – lembrando Sísifo – assume o papel de estabelecer a unidade social por meio do direito¹²⁶. E, em torno dos seus instrumentos de trabalho (a lei, a doutrina e os aparelhos judiciais), desenvolve e difunde a ideologia jurídica como sua profissão de fé, ao passo que garante, do ponto de vista jurídico, as melhores condições de desenvolvimento das relações privadas.

Em notas históricas, inclusive, Gramsci destacou o papel dos juristas na organização, do ponto de vista político-legal, das melhores condições de desenvolvimento das relações mercantis nascentes no limiar da Baixa Idade Média. Tarefa expressa no movimento jurídico conhecido por “renascimento do direito romano”: movimento caracterizado pela incorporação do método casuístico de criação do direito romano na estrutura de normas codificadas do direito bizantino. Para ele, esse movimento coincidiu com o surgimento da burguesia: classe aspirante de ordem jurídica relativamente estável e superior aos arbítrios absolutos dos magistrados. Em suas palavras: “somente num quadro permanente de ‘*concordia discorde*’, de luta dentro de moldura legal que determine os limites do arbítrio individual, pode ele (grupo social burguês) desenvolver as forças implícitas em sua função histórica.” (GRAMSCI, 2011b, p.142).

Ainda de acordo com Gramsci, a conexão entre o intelectual do direito e as relações sociais burguesas ajuda a compreender os significados dos movimentos na jurisprudência e na doutrina, como aquelas observadas em torno do conceito jurídico de

¹²⁵ As semelhanças ritualísticas não são, entretanto, fortuitas, constituindo-se outro capítulo da história do direito.

¹²⁶ Em momentos de crises, como nas manifestações de junho de 2013, é notória a importância quase mística conferida a este tipo de intelectual para estabelecer limites ao conflito, defendendo a ordem (ainda que, naquele momento, com mudanças); nos termos gramscianos, reestabelecendo a hegemonia.

“empregado”. Investigando os debates jurídicos italianos, alertou que as disputas conceituais não podiam ser apreendidas como querelas desprovidas de importância. Nas suas palavras, “este é um aspecto (e muito importante) da história do trabalho, isto é, o reflexo jurídico-legislativo do movimento histórico real: ver como se dá esse processo significa estudar um aspecto da reação estatal ao próprio movimento, etc” (GRAMSCI, 2011b, p.238). Esses “reflexos” representam, assim, o desenvolvimento jurídico das relações privadas burguesas.

Esses exemplos ajudam a clarear o papel ativo dessa camada de intelectuais de costurar o vínculo entre a forma jurídica e a forma mercantil. Trata-se do esforço de refletir juridicamente, nos diversos campos da dogmática em que se divide, os conflitos oriundos do desenvolvimento das relações capitalistas. Esse é o impulso real subjacente ao embate teórico sobre os institutos, as técnicas de decisão e a hermenêutica.

À luz desse vínculo, a análise dos impulsos daquilo que Gramsci chamou de “americanismo-fordismo” ajuda a compreender a criação de institutos e de doutrinas mais direcionados às demandas da economia. Tratou-se do desacoplamento da ideologia liberal dos ditames da acumulação capitalista à época, engendrando alterações na teoria do direito. Isso é perceptível, por exemplo, na esfera da regulação das relações privadas, onde o direito passou a ser entendido não só como garantidor da dinâmica contratual (a chamada “segurança jurídica”), mas enquanto instrumento de política econômica. Foi nesse contexto, inclusive, que surgiram os primeiros discursos do campo da dogmática jurídica conhecido por Direito Econômico¹²⁷. Movimento semelhante pode ser percebido ainda na regulação trabalhista, através da construção de sistemas de proteção social (previdenciário, saúde etc.), fundamentando, por conseguinte, o discurso dos “Direitos Sociais”. Com efeito, as transformações na dinâmica da acumulação capitalista dos últimos anos, o fortalecimento do capital financeiro, revigorando o ideário liberal, ajudam igualmente a compreender os pressupostos materiais latentes das atuais disputas doutrinárias nesses campos do direito¹²⁸.

¹²⁷ Conforme esclarece Gilberto Bercovici (2009, p.508), “o discurso liberal do século XIX, ao negar as vinculações entre direito e economia, impossibilitava o discurso sobre um direito econômico”.

¹²⁸ Para uma interessante crítica dos reflexos jurídicos da financeirização da economia, cf. MASSONETTO; BERCOVICI, 2006.

Outra reflexão a destacar sobre os juristas: parece-nos que a ideologia produzida por estes intelectuais possui singular efeito naquilo que Gramsci chamou de “senso comum”. Isso porque a ideologia jurídica busca delimitar os valores de justiça, difusos e contraditórios no senso comum, no interior de uma determinada forma social: a forma jurídica. Nesse sentido, o jurista reposiciona a hegemonia ao *reduzir* os conflitos (as diferentes visões do “justo” em cada contenda particular) aos limites da lógica da transação entre sujeitos de direito, “normalizando” esse comportamento social. Além do exemplo anterior da violência e dentre outros inúmeros possíveis, observemos isso na *redução* das demandas por justiça ambiental à aplicação do princípio jurídico do “poluidor-pagador”¹²⁹. A incorporação desse princípio implica individualizar a conduta do sujeito de direito (pessoa física ou jurídica) e, com base nesta, mensurar a prestação devida ao outro (no caso, ao Estado) pelo dano causado. Essa é a resposta do direito ao problema ambiental. Por isso, reduzir a questão ambiental aos termos da relação jurídica serve para garantir, no limite, a reprodução das relações da propriedade privada, ainda que em novos termos, ainda que não resolvendo os problemas a que se propõe.

Do exposto, notamos que, a despeito da ideologia dominante no senso comum teórico do jurista, não há identidade entre o que podemos chamar de *luta por direitos* e *luta jurídica*.

Enquanto a primeira expressa o multiforme movimento dos subalternos em torno das contradições sociais, a segunda consiste na modulação dos conflitos no interior da forma jurídica, isto é, na lógica da transação entre sujeitos de direito. A “luta por direitos” representa, por isso, demandas e aspirações de justiça comumente ancorados nos valores de igualdade e liberdade difusos na ideia popular do direito. Coisa distinta é a incorporação desses conflitos no interior dos aparelhos judiciais, com seus ritos e procedimentos individualizantes para realizar uma transação.

Em síntese, a luta por direitos é a forma como se representa ideologicamente a luta de classes no capitalismo. Por essa razão, os intelectuais orgânicos dos subalternos devem partir deste “senso comum”, buscando extrair um “bom senso” (uma atitude) capaz de alterar as relações de força que os subjugam. O sucesso dessa

¹²⁹ Trata-se de um princípio jurídico desenvolvido para dar uma resposta a demandas internas e internacionais em torno de problemas ambientais. No Brasil, o princípio foi introduzido no ordenamento jurídico pela lei da Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.938/1981).

empreitada, contudo, não está garantido pela crítica teórica aos limites das formas sociais burguesas. Pois, para mudar as relações políticas, não basta ter razão, é necessário ter força. E a construção dessa força é justamente o objetivo a ser perseguido para alterar a hegemonia.

Em face desse objetivo, a luta por direitos e a luta jurídica não podem ser vistos como polos *necessariamente* antagônicos e, logo, excludentes. Ao contrário, devem ser vistos enquanto terrenos distintos dos conflitos sociais e, nesta qualidade, serem explorados para amplificar a força dos subalternos. Esse é o sentido, por exemplo, das ações penais que visam resguardar as liberdades democráticas dos militantes populares; das ações sindicais que visam melhores condições econômicas para os trabalhadores; das ações judiciais internacionais que explicitam contradições nacionais e, com isso, impulsionam lutas por direitos, como nos acontecimentos que se desdobraram a partir da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos no “Caso Julia Gomes Lund e Outros vs. Brasil”¹³⁰. Enfim, inúmeros são os exemplos que revelam como a combinação entre luta jurídica e luta por direitos pode ser usada tanto para fortalecer a organização dos trabalhadores quanto para evitar retrocessos.

No entanto, ainda que a luta por direitos possa, em determinadas situações, explorar o campo da luta jurídica, a *redução* da primeira à segunda é certamente uma operação para repor a hegemonia, isto é, para limitar a ação dos subalternos aos contornos da forma jurídica. Por essa razão, as ações que visam alterar as relações de força para construir uma sociedade sem classes não podem ficar restritas ao horizonte das formas sociais capitalistas, mesmo que mediadas por elas, haja vista o caráter estruturante da hegemonia.

Fica claro que a luta por direitos é, no limite, a busca pela radicalização da igualdade e da liberdade. O sucesso dessa luta implica, por sua vez, a superação da lógica jurídica.

¹³⁰ Ao analisar o caso dos desaparecidos e assassinados da “Guerrilha do Araguaia”, a Corte decidiu que a Lei de Anistia brasileira é incompatível com a Convenção Americana de Direitos Humanos e, portanto, determinou que o país removesse os entraves jurídicos à investigação dos crimes de Estado no período ditatorial e ao direito à memória, verdade e justiça. Essa decisão, por sua vez, entrou em conflito com o entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) no julgamento da ADPF 153, que decretou a constitucionalidade da Lei de Anistia. Além do impasse jurisdicional, o importante para o nosso argumento é observar que essa decisão internacional criou, por um momento, ambiente político para as lutas contra as heranças da ditadura militar no país, impulsionando a criação das “comissões da verdade”, os escrachos populares aos torturadores, entre outras ações.

Ao final dessa jornada, esperamos ter demonstrado que os referenciais teóricos deste trabalho oferecem conceitos ricos em determinações e em capacidade explicativa para o estudo do direito em sua especificidade e dinâmica.

Em verdade, no circuito acadêmico brasileiro, já é visível o reavivamento da influência das ideias de Pasukanis e Gramsci no debate jurídico, inspirando pesquisas que dialogam com o arcabouço conceitual destes autores - destacando-se, por exemplo, as recentes obras de Alessandro Octaviani¹³¹, Alysson Mascaro¹³², Flávio Batista¹³³, Márcio Naves¹³⁴ e Marcus Orione¹³⁵.

Esperamos que, antes de propor respostas definitivas, o terreno conceitual exposto ajude a formular as perguntas adequadas à crítica científica do direito.

¹³¹ Cf: OCTAVIANI, 2010, pp. 333-367; OCTAVIANI, 2013.

¹³² Cf: MASCARO, 2013; MASCARO, 2012.

¹³³ Cf: BATISTA, 2013.

¹³⁴ Cf: NAVES, 2008; NAVES (org.), 2009; NAVES, 2013.

¹³⁵ Cf: CORREIA, 2010, pp. 111-172; CORREIA, 2011, pp. 311-317; CORREIA, 2011, pp. 48-55; CORREIA, 2012; CORREIA, 2013a, PP.21-26; CORREIA, 2013b, pp.530-560.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALAPANIAN, S. “A Crítica Marxista do Direito: um olhar sobre as posições de Evgeni Pachukanis”, pp.21-43, In: NAVES, M. B. (org.). **O Discreto Charme do Direito Burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: Unicamp, 2009.
- ALTHUSSER, L. **A Favor de Marx**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental / Nas trilhas do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- _____. “As Antinomias de Gramsci” In: **Afinidades seletivas**. Tradução de Paulo Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2002.
- ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho: ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 1999.
- ARRIGHI, G. **O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.
- BATISTA, F. **Crítica da Tecnologia dos Direitos Sociais**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.
- BEAUD, M. **História do Capitalismo: de 1500 aos nossos dias**. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- BERCOVICI, G. **Constituição Econômica e Desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.
- _____. “O Ainda Indispensável Direito Econômico” In: **Direitos Humanos, Democracia e República: homenagem a Fábio Konder Comparato**. Maria Victoria de Mesquita Benevides; Gilberto Bercovici; Claudineu de Melo. (Org.). São Paulo: Quartier Latin, 2009.
- BIANCHI, A. **Lukács, Gramsci e a crítica ao Ensaio popular de Bukharin**. Universidade e Sociedade (Brasília), Brasília, v. XIII, n.30, p. 182-187, 2003.

BOBBIO, N. **Ensaio sobre Gramsci e o Conceito de Sociedade Civil**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BUCI-GLUCKSMANN, C. **Gramsci e o Estado**. Tradução de Angelina Peralva. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BUKHARIN, N. **Imperialism and World Economy**. London: Martin Laurence Editor, 1972.

_____. **A Teoria do Materialismo Histórico: Manual Popular de Sociologia Marxista**. Edição Caramuru, 1933, disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1921/teoria/cap06.htm>>, acesso em 25 de abril de 2014.

CANDREVA, L.; MAESTRI, M. **Antonio Gramsci: vida e obra de um comunista revolucionário**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARONE, E., “A Internacional Comunista e as 21 condições”, In **Gramsci e o Brasil**, 2003, disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=109>>, acesso em 12 de maio de 2013.

COMPARATO, F. K. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CORREIA, M. O. G. “O estado na afirmação dos direitos humanos e os direitos sociais”. In: Tércio Sampaio Ferraz Jr.. (Org.). **O estado na afirmação dos direitos humanos e os direitos sociais**. 1ed. São Paulo: Manole, 2012;

_____. “Uma leitura marxista do trabalho doméstico”, In: **Revista LTR**, v. 75, p. 311-317, 2011;

_____. “Os Conflitos de Princípios e as Falácias da Liberdade”, pp. 48-55, In: **Revista TRF 3ª Região**, n. 107, São Paulo, maio-junho, 2011;

_____. “Interpretação dos Direitos Fundamentais Sociais, Solidariedade e Consciência de Classe”, pp.: 111-172, In: CANOTILHO, J.J.; CORREIA, M. O.

G; CORREIA, E. P. B. (coord.). **Direitos Fundamentais Sociais**. São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. “Uma leitura marxista da redução penal”, pp.21-26, In: **Margem Esquerda: ensaios marxistas**, vol. 21, São Paulo: Boitempo, 2013a.

_____. “Que fazer”, pp.530-560, In: COSTA, J; ANDRADE, J. MATSUO, A. (orgs.). **Direito: teoria e experiência**. Estudos em homenagem a Eros Roberto Grau. São Paulo: Malheiros, 2013b.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **De Rosseau a Gramsci: ensaios de teoria política**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____.; NOGUEIRA, M. A (orgs). **Gramsci e a América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. “Introdução”, pp.11-31, In: GRAMSCI, A. **Escritos Políticos: 1910 – 1920**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. “Introdução”, pp.7-45, In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere – Vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

_____. A democracia como valor universal, pp. 33-47, In: SILVEIRA, E. (et.al.). **Encontros com a civilização brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

DEBRUN, M. **Gramsci: filosofia, política e bom senso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

DEL ROIO, M. “Breve nota sobre a teoria do imperialismo”. **Revista Novos Rumos**, v. 47, p. 33-47, 2007.

_____. **Os Prismas de Gramsci: a fórmula política de frente única (1919-1926)**. São Paulo: Xamã, 2005.

- DUGUIT, L. **Las Transformaciones del Derecho (publico y privado)**. Buenos Aires: Editorial Heliasta, 1975.
- EDELMAN, B. **O Direito Captado pela Fotografia**. Coimbra: Centelho, 1976.
- ENGELS, F. **Anti-Dühring**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. “Prefácio às Lutas de Classe em França”, pp. 36-62. In MARX, K. **A Revolução antes da Revolução – Vol. II**, São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- _____.; KAUTSKY, K. **O Socialismo Jurídico**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FELDMAN, J.; ARICÓ, J. (orgs.). **Debate sobre la huelga de masas – primeira parte**. Buenos Aires: Cuadernos de Pasado y Presente, 1978.
- FIORI, G. **A Vida de Antonio Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- GAGLIARDI, A. “O Problema do Corporativismo no Debate Europeu e nos *Cadernos*”, pp.233-261 In: AGGIO, A.; HENRIQUES, L.; VACCA, G. (Orgs.). **Gramsci no seu tempo**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, coedição – Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere – Vol. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.
- _____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 2**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011b.
- _____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 3**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011c.
- _____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 4**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011d.
- _____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 5**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011e.

_____. **Cadernos do Cárcere** – Vol. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011f.

_____. **Escritos Políticos: 1910 – 1920**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004a.

_____. **Escritos Políticos: 1921-1926**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004b.

_____. **Cartas do Cárcere** (Antologia). Galícia: Editora Estaleiro, 2011.

GRUPPI, L. **O Conceito de Hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

HILFERDING, R. “O Capital Financeiro”. In: CARNEIRO, R. (org.). **Os Clássicos da Economia** – v.2. São Paulo: Ática, 1997.

HOBSBAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Companhia das letras, 1996.

_____. “Contracapa” In: GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere** – Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a.

KASHIURA JR., C. N.; NAVES, M. B. Pachukanis e A teoria geral do direito e o marxismo. **Revista Jurídica Direito e Realidade**, v. 1, 2011.

KELSEN, H. **Teoria Pura do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

KONDER, L. **Marx: vida e obra**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

_____. **A questão da ideologia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002

LENIN, V. I. **O Estado e a Revolução: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Que Fazer?** A organização como sujeito político. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

_____. **O Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **Collected works**. Volume 31. Moscou: Progress, 1966.

LINHART, R. **Lênin, os Camponeses, Taylor**: ensaio de análise baseado no materialismo histórico sobre a origem do sistema produtivo soviético. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

LOSURDO, D. **Antonio Gramsci**: do liberalismo ao “comunismo crítico”. Rio de Janeiro: Revan, 2006.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

_____. **A Acumulação de Capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARX, K. **Para a Questão Judaica**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____.; ENGELS, F. **Textos. Volume I**. São Paulo: Edições Sociais, 1977.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007b.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. ‘Prefácio’ In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, Coleção os Pensadores, 1978.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro 3. Volume 5. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. “Prefácio”, pp.3-8. In: MARX, K. **Contribuição à Crítica da Economia Política**, São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MASCARO, A. L. B. **Filosofia do Direito**. São Paulo: Atlas, 2012.

_____. **Estado e Forma Política**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASSONETTO, L. F.; BERCOVICI, G. A. **A Constituição Dirigente Invertida: a Blindagem da Constituição Financeira e a Agonia da Constituição Econômica**. Boletim de Ciências Econômicas (Coimbra), Vol. XLIX, 2006.

NAVES, M. B. **Marx: ciência e revolução**. São Paulo: Moderna; Campinas, SP: Editora da Universidade de Campinas, 2000.

_____. **Marxismo e Direito: um estudo sobre Pasukanis**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. (org.). **O Discreto Charme do Direito Burguês: ensaios sobre Pachukanis**. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. **Marx, o Direito, e o Socialismo Jurídico**. Tese (Livre-Docência) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2013.

OCTAVIANI, A. **Hegemonia e Direito: uma reconstrução do conceito de Gramsci**. Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, São Paulo, 2005.

_____. “Hegemonia e Direito”. In: BARRETO LIMA, M. M.; BELLO, E. (Org.). **Direito e Marxismo**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010, pp. 333-367.

_____. **Recursos Genéticos e Desenvolvimento: os desafios furtadiano e gramsciano**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PASUKANIS, E. B. **A Teoria Geral do Direito e o Marxismo**. Tradução de Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

_____. **Pashukanis: select writings on marxism law.** Editores: BEIRNE, P.; SHARLET; R. Londres: Academic Press, 1980.

PAULANI, L. **A Autonomização das Formas Verdadeiramente Sociais na Teoria de Marx:** comentários sobre o dinheiro no capitalismo contemporâneo. Economia: Brasília, 2011.

PORTELLI, H. **Gramsci e o bloco histórico.** Tradução de Angelina Peralva. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SADER, E (org.). **Gramsci: poder, política e partido.** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

SARLET, I. W. **A eficácia dos direitos fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SECCO, L. “O Comunismo Histórico e a Ideia de Revolução no Século XX”, In **Revista Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 12, n. 2/n.3, p. 67-87, 2008, disponível em: <<http://www.dialogos.uem.br>>, acesso em 12 de maio de 2013.

_____. **Gramsci e o Brasil: recepção e difusão de suas ideias.** São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Gramsci e a Revolução.** São Paulo: Alameda, 2006.

_____. “Notas sobre a Filosofia da Práxis”, In **Anais do XX Encontro Regional de História: História e Liberdade.** ANPUH/SP – UNESP-Franca, de 06 a 10 de setembro de 2010, disponível em: <<http://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/index.html>>, acesso em 15 de maio de 2014.

SILVA, W. L. R. **Crise de representatividade e participação dos sindicatos em políticas ativas de emprego.** Tese (Titularidade) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

STALIN, J. **Sobre o Materialismo Dialético e o Materialismo Histórico.** Rio de Janeiro: Horizonte, 1945.

STUTCHKA, P. **Direito de classe e revolução socialista**. São Paulo: Sundermann, 2001.

STUCKA, P. **Direito e Luta de Classes**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988.

TRINDADE, A. A. C. **A humanização do direito internacional**. Belo Horizonte: DelRey, 2006.

TROTSKY, L. **A Revolução Permanente**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VACCA, G. **Vida e Pensamento de Antonio Gramsci: 1926-1937**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

WOLKMER, A. C. **Introdução ao Pensamento Jurídico Crítico**. São Paulo: Saraiva, 2006.